

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

PEDRO ROZALES RODERO DOMINCZAK

**INVESTIGANDO A FINANCEIRIZAÇÃO
PELOS SEUS TEÓRICOS**

**VITÓRIA
2014**

PEDRO ROZALES RODERO DOMINCZAK

**INVESTIGANDO A FINANCEIRIZAÇÃO
PELOS SEUS TEÓRICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Mauricio de Souza Sabadini.

**VITÓRIA
2014**

PEDRO ROZALES RODERO DOMINCZAK

INVESTIGANDO A FINANCEIRIZAÇÃO PELOS SEUS TEÓRICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

_____ em 27 de junho de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Paulo Nakatani
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota
Universidade Estadual de Campinas

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

D671i Dominczak, Pedro Rozales Roder, 1986-
Investigando a financeirização pelos seus teóricos / Pedro
Rozales Roder Dominczak. – 2014.
127 f.

Orientador: Mauricio de Souza Sabadini.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Capital (Economia). 2. Mercado financeiro. 3. Créditos. 4.
Capital fictício. I. Sabadini, Mauricio de Souza, 1970-. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

“Tudo o que era sólido desmancha no ar...”
(Marx e Engels, 1848)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao professor e amigo Maurício de Souza Sabadini. Pela sempre competente atenção dispensada nas inúmeras conversas e reuniões. No mestrado aprendi a admirá-lo pela discreta, mas profunda firmeza com que, em meio à orientação, manteve-se trabalhando quando do desaparecimento do professor Reinaldo. Aqui fica registrado, além do agradecimento, a admiração.

Vivendo longe de São Paulo este Espírito Santo tornou-se meu lar graças ao conjunto de amigos que formei nestes quase três anos. Amigos com os quais partilhei discussões, certezas e dúvidas. Assim, agradeço à Claudinei, Merci, André, Aline, Daniel, Carol, Taís, Rafael e Charles. Em particular, um agradecimento especial à Demian, pela grande amizade e pelo convívio diário. Agradeço também ao grupo de professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social, em especial, à Paulo Nakatani, Renata Moreira, Rogério Faleiros e Ana Targina. O agradecimento se estende à Roberta Traspadini e Helder Gomes. Agradeço também à professora Eliza Bartolozzi que, na reta final da dissertação, abriu as portas do Programa de Pós-Graduação em Educação para que eu pudesse assistir suas aulas.

Agradeço também à sempre disposta diretora Grazielly, da Escola Estadual Marinete de Souza Lira, que não mediu esforços para que eu concluísse este mestrado. Um especial agradecimento à sincera amizade formada com Alexandre pelo dia a dia da sala de aula e pelo companheirismo nas horas difíceis, além da contribuição direta no período final de elaboração do texto que segue.

Mais que algumas linhas, quero registrar meu sincero agradecimento ao grupo da editora Expressão Popular nas figuras de Belé e Fábio (com quem trabalhei nos quatro anos anteriores ao ingresso no mestrado). Grupo que foi como uma segunda família. E que, mesmo distante, se manteve próximo.

O amadurecimento teórico e o primeiro contato com a temática abordada foram desenvolvidos no que, para mim, foi como uma segunda graduação: o curso de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário realizado por esta Universidade (UFES) e pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF). Assim, agradeço ao coletivo de educadores desta verdadeira universidade popular, em especial, à Pizetta e Joselma.

Agradeço também aos amigos mais próximos que, junto das amizades formadas aqui no Espírito Santo, foram os pilares que me mantiverem sempre focado na conclusão deste trabalho. Mais que um agradecimento pelos últimos anos, estas pessoas contribuem diretamente para a construção deste pensamento em formação que é apresentado neste

trabalho. Pessoas que apostam em mim e que, de minha forma, também aposto nelas. A elas ofereço este trabalho. À Maria de Fátima (mãe), Hilton (pai), Argentina (tia), Miguel e Delana, Rogério e Ricardo. Em especial à minha querida avó Crispina.

Evidentemente que, sem o apoio persistente e às inúmeras dúvidas e certezas compartilhadas com minha companheira de toda hora (na distância e nas dificuldades) que, fazendo o impossível, tem se mantido ao meu lado, este trabalho não teria se quer iniciado. Bruna, este trabalho também é seu.

Além destas pessoas este trabalho é dedicado à memória do Professor Reinaldo Antonio Carcanholo. Ele que, de forma militante, contribuiu para a aproximação de gerações de jovens às categorias e conceitos da teoria do valor de Marx descansa tendo cumprido seu papel. Este trabalho é uma modesta tentativa de conhecimento da realidade que, dentre inúmeras outras, mais elaboradas e ousadas que esta, vão se multiplicando como frutos de rebeldia que o Professor havia plantado.

RESUMO

Partimos do fato de que, nas últimas décadas, em especial a partir da década de 1980, o capital retoma parte da lucratividade perdida na década anterior. Essa retomada da lucratividade, contudo, se dá sobre características fortemente diferenciadas da acumulação que marcou o crescimento do período conhecido como os “30 anos dourados” do capitalismo (sobretudo para a perspectiva das classes dominantes dos países centrais). Nesse sentido, nosso pressuposto é que, desde a virada operada pela crise estrutural da década de 1970, a esfera financeira ganhou autonomia em relação ao ciclo global da reprodução capitalista. E, decorrente dessa autonomia, a esfera financeira salta à condição de dominância em relação ao ciclo global. Assim, o *objetivo geral* desta dissertação é analisar os trabalhos que, pela perspectiva crítica, têm como objeto a esfera financeira. E nosso *objetivo específico* é compreender como a esfera financeira se relaciona com o ciclo global da reprodução capitalista. Dessa forma, quais seriam as principais características deste novo momento? Quais as causas que teriam impulsionado um crescimento tão acelerado da esfera financeira? Se vivemos em uma fase do capitalismo com forte influência financeira, em que consiste a financeirização, termo que aqui adotamos? E, principalmente, qual o seu relacionamento com o ciclo global do capital? Ela contribuiu para o desenvolvimento da acumulação capitalista ou pode ser considerada como refratária ao desenvolvimento e à expansão do capitalismo? Estas serão as questões que serão trabalhadas ao longo da dissertação.

Palavras-chave: Financeirização. Capital produtivo. Capital a juros. Capital fictício.

ABSTRACT

The *specific objective* of this dissertation is to comprehend how the financial sphere is related to the global cycle of capitalistic reproduction. We depart from the fact that in recent decades, specially from the 1980s, the capital recovery takes part of the lost profitable share of the previous decade. Nevertheless, this recovery in profitability occurs on strong differentiated characteristics of accumulation that marked the growth of the period better known as the “30 golden years” of capitalism (specially from the perspective of the ruling classes in core countries). In this sense, our assumption is that, since the the turn managed by the structural crisis of the 1970s decade, the financial sphere gained autonomy in relation to the global cycle of the capitalistic reproduction. And, due to this autonomy, the financial sphere shifts in condition of the dominance in relation to the global cycle. Thus, what are the main features of this new moment? What causes that have driven a rapid growth of the financial sphere? If we live in a stage of capitalism with strong financial influence the term financialization, in what consists? And above all, what is its relationship to the global capital cycle? Was there any contribution to the development of capitalist accumulation or may it be considered as refractory to the development and/or expansion of capitalism? These are the issues that will be worked on throughout the dissertation.

Keywords: Financialization. Productive capital. Capital interest. Fictitious capital.

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1. Como chegamos a uma nova fase?	18
Introdução	18
Antecedentes	19
Por que vivemos em uma nova fase?	23
Conclusão: Estamos em vias de transição para uma fase posterior ao capitalismo?	38
Capítulo 2. Investigando a esfera financeira	43
Introdução	43
A financeirização e sua relação dialética com a esfera produtiva	46
Do capital monetário (ou capital-dinheiro) ao capital a juros	48
Relação entre taxa de juros e lucro do empresário	51
Primeiro momento: a taxa de lucro determina a taxa de juros	51
Segundo momento: a taxa de juros se autonomiza em relação à taxa de lucro	52
Terceiro momento: a taxa de juros determina a taxa de lucro	55
Retorno ao capital a juros	57
O papel do crédito	59
A composição do capital bancário	62
O capital fictício e o capital especulativo parasitário: fundamentos da financeirização atual	66
O capital fictício	66
O capital especulativo parasitário	69
Conclusão: a natureza da esfera financeira	70
Capítulo 3. Investigando as posições contrárias às teorias da financeirização	73
Introdução	73
Distanciamento da esfera financeira em relação ao ciclo global de reprodução do capital e crítica à existência de uma nova fase do capitalismo dominada pelas finanças	76
Relação entre a taxa de lucro e taxa de juros	95
As controvérsias em torno do que é de como se comporta o capital fictício. Qual a dimensão do capital fictício no interior da esfera financeira	98
A crítica de Eleutério Prado e as formas de extração de mais-valia ou a subsunção do trabalho pelo capital	100
Conclusão	110

Considerações finais	115
Primeiras conclusões	115
Para onde caminha a nova fase do capitalismo?	119
Referências	124

Introdução

1. Os objetivos, a hipótese e o objeto da pesquisa

Partindo do fato de que, nas últimas décadas, em especial a partir da década de 1980, o capital retoma parte da lucratividade perdida na década anterior, apoiamo-nos na análise de que essa retomada da lucratividade se dá sobre características fortemente diferenciadas da acumulação que marcou o crescimento do período conhecido como os “30 anos dourados” do capitalismo (sobretudo para a perspectiva das classes dominantes dos países centrais). Nesse sentido, nosso pressuposto é que, desde a crise estrutural da década de 1970, a esfera financeira ganhou autonomia em relação ao ciclo global da reprodução capitalista. E, decorrente dessa autonomia, a esfera financeira salta à condição de dominância em relação ao ciclo global.

Assim, o *objetivo geral* desta dissertação é analisar os trabalhos que, pela perspectiva crítica, têm como objeto a esfera financeira. Para compreender as relações existentes entre o que estamos designando como esfera financeira e as outras “esferas” do capital (capital produtivo e capital comercial) percorreremos dois grupos de trabalhos que se dividem, fundamentalmente, na concordância e discordância de nosso pressuposto.

O primeiro grupo ao qual designaremos por “teóricos da financeirização” acredita que existe uma autonomia (ainda que relativa) da esfera financeira sobre a esfera produtiva e comercial de capitais. Havendo essa autonomia, suas análises chegam ao resultado que tomamos como pressuposto: a de que, na atualidade, é a esfera financeira que mantém uma relação de dominação com o conjunto do ciclo global do capital.

O segundo grupo é composto por trabalhos que, ainda que não tenham uma unidade de posições quanto à análise dos principais traços da acumulação capitalista atual, discordam da afirmativa de que a esfera financeira possui uma autonomia em relação à esfera produtiva, bem como, e como decorrência do ponto anterior, discordam de que haja dominância entre as mencionadas esferas. Para este grupo, se houver algum tipo de dominância ela só poderia existir do capital produtivo sobre o ciclo global da reprodução, como afirmam Bonnet (2002) e Katz (2010).

Dessa forma, nosso *objetivo específico* é compreender como a esfera financeira se relaciona com o ciclo global da reprodução capitalista. Quais seriam as principais características deste novo momento? Quais as causas que teriam impulsionado um crescimento tão acelerado da esfera financeira? Se vivemos em uma fase do capitalismo com

forte influência financeira, em que consiste a financeirização, termo que aqui adotamos? E, principalmente, qual o seu relacionamento com o ciclo global do capital? Ela contribuiu para o desenvolvimento da acumulação capitalista ou pode ser considerada como refratária ao desenvolvimento e a expansão do capitalismo? São essas as respostas que buscaremos responder ao longo da dissertação.

A hipótese principal sobre a qual iremos trabalhar nesta dissertação é a de que a expansão do capital fictício passa a ser um elemento fundamental no seio das atuais mutações da economia capitalista mundial. Essa expansão, ao mesmo tempo em que se autonomiza no ciclo global, pressiona e intensifica o capital produtivo, aumentando o grau de exploração da força de trabalho. Portanto, se nossa hipótese estiver correta, não significa afirmar que a esfera financeira tenha uma completa autonomia¹ em relação ao ciclo global da reprodução do capital. Significa o contrário, que com a expansão do capital fictício a esfera financeira absorve uma magnitude cada vez maior de mais-valia da esfera produtiva demonstrando, assim, a unidade dialética que caracteriza o ciclo global de reprodução do capital.

Assim, o entendimento desse processo deve-se dar, portanto, a partir da compreensão da natureza dialética do ciclo global de reprodução do capital que, por um lado, possibilita certa autonomia da esfera financeira sobre as outras esferas do capital, mas, por outro lado, mantém essa esfera financeira presa à esfera produtiva, na medida em que é a esfera produtiva que produz mais-valia através do trabalho humano.

Entendemos dessa forma, que o conceito de capital fictício é uma das chaves conceituais para a interpretação do atual momento pelo qual atravessa a economia. E, o seu correto entendimento a partir do que propôs Marx, no livro III d' *O Capital*, é de fundamental importância.² Veremos, portanto, que uma parcela do capital a juros ainda tem base real e, sendo assim, não podemos entendê-la como capital fictício, mas como capital que financia o capital produtivo e comercial retirando sua renda como juros, deduzindo a mais-valia do capital produtivo.

¹ Como veremos à frente (Cf. capítulo 3), o termo *autonomia* é um termo relacional. Toda autonomia se dá em relação a algo. Se a autonomia fosse total o mais correto seria utilizar o termo: *separação*.

² Deve-se frisar, contudo, que Marx não desenvolveu, em todas as suas possibilidades a categoria de capital fictício. Ele apenas trabalha o conceito no livro III, mas, tendo em conta que, à sua época, a esfera financeira não

² Deve-se frisar, contudo, que Marx não desenvolveu, em todas as suas possibilidades a categoria de capital fictício. Ele apenas trabalha o conceito no livro III, mas, tendo em conta que, à sua época, a esfera financeira não tinha a proporção que tem hoje, estando aquém de suas possibilidades (e interesses) lançar-se nesse percurso. Como sugerem Carcanholo e Sabadini (2009, p. 42): “Em primeiro lugar, não se trata de um conceito que tenha sido desenvolvido por Marx e isso pode ser definitivo para muitos. Por suposto que na época desse autor, na qual a ideia de um capital fictício dominante sobre o capital substantivo estava longe de ser possível, pensar que uma parte dos lucros não fosse derivada da mais-valia e nem do excedente-valor das formas de produção não salariais constituía um verdadeiro contra-senso”.

Além das diferenças de interpretação em relação à existência ou não de uma nova fase que teria entre as características mais marcantes a dominância de uma esfera produtiva sobre o ciclo global, vale mencionar que existe alguma resistência na própria aceitação de que seja o capital fictício a categoria explicativa para a mencionada hipertrofia financeira.

E essa resistência reside mesmo entre o campo de autores que concordam com a existência de uma dominância financeira. Como veremos, por exemplo, apenas recentemente Chesnais (2010a) entende que seria o capital fictício que teria ganhado proeminência no interior do “regime de acumulação predominantemente financeirizado”. Dessa forma, devemos compreender, além da relação entre a esfera financeira e o ciclo global do capital, qual é a relação do capital fictício e do capital especulativo parasitário com a forma funcional autonomizada do capital industrial conhecida como capital a juros.

* * *

Dividiremos a dissertação em três capítulos: o primeiro apresentará um levantamento dos trabalhos que indicam algumas características percorridas pela economia mundial que nos levam a afirmar que vivemos em uma nova fase e que tal fase é dominada pela esfera financeira. Estes trabalhos prendem-se no fato de que a esfera financeira teria ganhado uma autonomia cada vez maior em relação à esfera produtiva. Entre eles temos os de Amin (2002), Beinstein (2001; 2009), Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 2005; 2010a; 2010b), Carcanholo (2011; 2013), Carcanholo e Nakatani (1999; 2001), Carcanholo e Sabadini (2009); Carcanholo (2006a; 2006b), Duménil e Lévy (2003), Lapavitsas (2009), Marques (2010), Marques e Nakatani (2009; 2013) e Paulani (2009; 2011; 2013).

Assim, o pressuposto deste capítulo é o de que vivemos em uma nova fase do capitalismo. Aqui, serão levantados alguns aspectos cruciais para o entendimento das principais transformações que ocorreram ao menos nas últimas quatro décadas do capitalismo mundial. Faremos isso com base no que Marx expõe em seu *Prefácio a Contribuição à crítica da economia política* em que nos mostra que a contradição entre as relações sociais de produção, quando se tornam entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, produzem um período de revolução social. Com base nessa indicação de Marx, será traçada a questão a ser respondida ao longo do capítulo: como chegamos a uma nova fase do capitalismo?

Nesse sentido, tentaremos demonstrar se a questão do capítulo é, de fato, verdadeira: ainda que vivamos em uma nova fase do capitalismo, dominada pela esfera financeira, ela ainda *não* produziu contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção

que poderiam caracterizá-la como uma “época de revolução social” como Marx nos indica em seu famoso *Prefácio*? Ao final do capítulo, iremos responder a essa questão.

No segundo capítulo apresentaremos o que julgamos serem os elementos fundamentais que contribuem para a interpretação do que constitui a esfera financeira. A pergunta a ser respondida aqui será: qual é a base do que estamos denominando por financeirização? Aqui, recorreremos ao que está exposto n’*O Capital* quando Marx trata da acumulação do capital-dinheiro (ou capital monetário), forma funcional ainda não autonomizada do ciclo global de reprodução do capital industrial, em “oposição” ao capital-real. Nesta parte da obra de Marx são analisadas também as formas funcionais que se autonomizam no ciclo global do capital industrial e que, para nós, são de fundamental importância para o entendimento do atual momento do capitalismo.

Neste capítulo, será feito um levantamento das indicações de Marx quanto à autonomização das formas funcionais do capital. Em especial, será exposto o caminho que Marx percorre na explicação da autonomização do capital portador de juros. Na sequência, iremos tentar compreender as formas de capital que se autonomizam dele, tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário, categoria esta criada por Carcanholo e Nakatani (1999), e que *não* aparece na obra de Marx.³

No terceiro capítulo iremos observar alguns trabalhos contrários ao entendimento de que estaríamos agora em uma nova fase do capitalismo e que tal fase seria dominada pela esfera financeira. Nestes trabalhos, críticos às teses do primeiro grupo de autores (que serão apresentadas no primeiro capítulo), recorre-se, em geral, a Marx, para demonstrar que aqueles trabalhos fogem ou “deturpam” a teoria do valor-trabalho, bem como caminham, por vezes, em uma perspectiva keynesiana. São reduzidos, porém, os trabalhos que criticam estes autores e suas ideias. Como afirma o próprio Katz (2011, p. 73, grifo nosso): “[...] esta tão ampla rede de raízes, e densidade de conhecimentos acumulados conduziu a TF⁴ [*Teorias da Financeirização*] ao status de *mainstream* da Esquerda”. Na contracorrente desse “mainstream” encontram-se os trabalhos de Astarita (2008), Bonnet (2002), Cipolla e Pinto (2010), Katz (2011) e Prado (2013a; 2013b; 2014).

Assim, nosso objetivo, neste capítulo, é apontar os limites e possibilidades para o desenvolvimento teórico dos trabalhos que serão apresentados como “Teorias da Financeirização” (TF). Nossa hipótese aqui é a de que a análise da autonomização da esfera

³ Deve-se frisar que o termo *capital fictício*, ainda que apareça na obra de Marx, não é desenvolvido em todas as suas possibilidades. Cf. capítulo 2 desta dissertação.

⁴ Este é o termo utilizado por Katz (2011) que será explicado no terceiro capítulo.

financeira não invalida a teoria do valor-trabalho de Marx e, pelo contrário, mantém o método dialético do autor atualizando as ferramentas interpretativas do marxismo privilegiadas pela investigação da nova fase do capitalismo.

Por fim, a dissertação tenta demonstrar que não apenas vivemos em uma nova fase do capitalismo dominada pela esfera financeira, mas também que ela se configura como um ambiente propício à valorização fictícia de capital. A esfera financeira mantendo um desenvolvimento próprio estabelece uma relação de “autonomia relativa”, como nos indica Chesnais (1998a), em relação à esfera produtiva. Nela podemos perceber as fragilidades da acumulação capitalista que nos abrem possibilidades cada vez maiores de questionamento sobre quais os limites para a desproporcional acumulação de capitais, “sem base real”.

Dessa forma, as análises que têm como objeto de estudo a esfera financeira, ou tão somente o processo de “financeirização”, como indica Lapavitsas (2009), serão o objeto de nossa investigação. Este objeto se baseia na *O Capital* de Marx, em especial pelo seu livro III.

Marx, ao longo de *O Capital*, apresenta a teoria do valor-trabalho, mas o faz especialmente no livro I. Já no livro III, principalmente em seu quinto volume e, em especial na quinta parte, Marx trabalhará com os conceitos que darão o aporte teórico para a presente pesquisa: *capital portador de juros* e *capital fictício*. A partir da obra de Marx, que nos oferece as bases conceituais e o parâmetro metodológico, analisaremos os mencionados trabalhos que serão apresentados no primeiro e terceiro capítulos da dissertação.

* * *

Ademais, não queremos propor resultados fixos, imutáveis. Entendemos que, para o marxismo, não existem respostas fechadas. Podemos falar de descrição de fenômenos sociais decorrentes de suas contradições internas. E, para Marx, a realidade é, em essência, movimento.

Concordamos, assim, com a ressalva feita por Carcanholo; Nakatani (1999, p. 285) de que:

O método marxista trata os fenômenos sociais como processos em transformação, movidos por uma dinâmica decorrente de suas contradições internas que não podem ser captadas por definições. Estas só podem capturar o estático. Mais do que isso, as realidades resumem-se aos próprios movimentos e eles são passíveis de descrição e de compreensão, mas nunca de definição. Os movimentos implicam sempre metamorfoses. A realidade é o próprio movimento, aquela inexistente fora deste.

Interessante também é a síntese que Prado (2008) faz acerca da dialética de Engels em *Dialética da natureza*. Vejamos:

Engels, como se sabe, definiu a dialética por oposição à metafísica: esta última raciona com “categorias fixas”, enquanto que a primeira pensa com “categorias fluídas” [...]. Ao invés de operar com opostos estáveis e que se excluem um ao outro – tais como causa e efeito, identidade e diferença, etc. – a dialética trabalha com opostos que se pertencem e que se transformam um no outro, ou seja, portanto, com movimentos e desenvolvimentos constituídos por “contradições progressivas”. Enunciou, nesse sentido, três leis da dialética: transformação da quantidade em qualidade, interpenetração dos contrários e negação da negação. Em síntese, para Engels, a dialética vem a ser a lógica do movimento sempre quando este apresenta mudanças qualitativas: nesse caso, o pensamento está obrigado a considerar que A é igual a A dentro de certos limites, mas além deles, ele tem de admitir que A torna-se não-A. Assim, para apreender o mundo em transformação com veracidade – convém essa visão –, o pensamento científico rigoroso é forçado a acolher a contradição: eis que cada objeto da ciência tem de ser visto, então, como A e não-A, ao mesmo tempo (PRADO, 2008, p. 26-27).

Nesse sentido, pela perspectiva dialética, a teoria deve acompanhar o movimento da realidade, mas para além da mera descrição dos fenômenos analisados. Cabe à teoria reproduzir idealmente a estrutura e funcionamento interno dos objetos que se pesquisa. Assim, para a perspectiva do materialismo dialético, toda teoria é, em suma:

[o] movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). [...] para Marx, o objeto da pesquisa (no caso a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. (NETTO, 2011, p. 21 e 22).

Marx (2009), n’*A Miséria da Filosofia*, nos mostra como as categorias econômicas são históricas e transitórias, ou seja, emanam da realidade. Para ele, “essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios*” (MARX, 2009, p. 126).

Assim, as categorias são formuladas conforme o movimento da realidade lhes apresenta sentido, mas depois se tornam obsoletas à medida que a realidade se altera. Nesse sentido, podemos afirmar que, ao longo da história, por exemplo, algumas formas de capital fictício se conformaram, mas posteriormente deixaram de existir. De acordo com Marques e Nakatani (2009, p. 31), por exemplo, teriam existido, ao longo da história: “[...] formas de capital fictício que surgem em um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas e que desaparecem quando o próprio desenvolvimento dessas forças suprime as bases do surgimento daquela forma específica de capital fictício”. Assim:

Marx explica que o capital empregado na compra e venda de uma mercadoria exportada da Inglaterra para a China converte-se em capital fictício duplicado nas duas pontas do negócio, nos dois países, por meio do sistema de crédito. A existência desse capital fictício era possível devido ao longo tempo necessário para o transporte da mercadoria. A rapidez com que o sistema de transporte entrega as mercadorias nos dias de hoje acabou com essa forma de existência do capital fictício (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 31).

Porém, essa categoria retorna vigorosamente a atualidade, à medida que passa a estar estreitamente ligada à forma da reprodução do capitalismo no século XXI e que para nós é uma das categorias centrais para o entendimento do que seja a esfera financeira.

Por fim, compreendemos que o ciclo global do capital, de acordo com Marx (2008), deve ser interpretado de acordo com duas dimensões: aparência e essência. Ao longo da dissertação iremos indicar a valorização financeira que se dá sob inúmeras formas de ativos, tais como ações, títulos de dívida pública e derivativos. Nesse caso, estaremos tratando da perspectiva da aparência, na qual, para a perspectiva dos detentores destes títulos, essa valorização financeira apresenta-se como real. O aumento neste tipo de ativo representa um ganho no patrimônio de quem os detém.

Por outro lado, na dimensão da essência, os termos que iremos utilizar são capital-dinheiro (ou capital monetário), capital bancário, capital portador de juros, capital fictício e capital especulativo parasitário. A valorização desta última forma de capital, por exemplo, não mantém relação alguma com o ciclo global do capital. E é nessa medida que podemos falar de um momento novo do capitalismo em que as formas fictícias de valorização do capital, na esfera da essência, passam cada vez mais a se distanciar do ciclo global da reprodução capitalista e a condicioná-la.

Assim, para nós, trata-se, por isso mesmo, de um novo momento da acumulação capitalista, de uma fase do capitalismo contemporâneo que se assenta sob características diferenciadas, com forte interferência do capital fictício. Mas, quais seriam as principais características deste novo momento? Quais as causas que teriam impulsionado o gigantesco aumento da esfera financeira? Como chegamos até a fase atual?

Capítulo 1. Como chegamos a uma nova fase?

1. Introdução

Partindo do pressuposto de que o capitalismo passou, nas últimas quatro décadas, por uma série de transformações que modificaram fundamentalmente o eixo da acumulação de capital, o objetivo central deste capítulo é buscar compreender como chegamos à fase atual⁵ que será, por nós, caracterizada como financeirização.

Faremos isso com base na análise de alguns dos principais marxistas contemporâneos que têm se debruçado na tentativa de compreender o período atual denominado por Lapavistas (2009) de “financeirização” ou por Chesnais (1998a) como um “regime de acumulação predominantemente financeirizado”, ou ainda de dominância das “finanças”, como sugerem Duménil e Lévy (2003a). Estas análises, como mencionado na Introdução desta dissertação, correspondem ao primeiro grupo de autores indicado. É deles que extraímos nosso pressuposto de que existe uma dominância e, concomitante, autonomia da esfera financeira sobre o ciclo global de reprodução do capital. Deve-se frisar, contudo, que essa autonomia é relativa, como nos indica Chesnais (1998b).

Ao longo do capítulo recorreremos ao que Marx expõe no livro III d’*O Capital* quando trata da autonomização das formas funcionais do capital e, em especial, do capital a juros. Neste capítulo não iremos tratar das formas de valorização que ganham autonomia em relação ao capital a juros, tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário. Isso será abordado no próximo capítulo quando desenvolvermos, mais especificamente, o objetivo central da dissertação: o da dinâmica e relacionamento da esfera financeira com as demais formas de valorização do ciclo global do capital.

Marx (2008), no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política*, de 1859, indica que a contradição entre as forças produtivas com as relações sociais de produção pode gerar uma situação de “revolução social”⁶. Para ele seria o desenvolvimento desigual entre essas forças produtivas e as relações sociais correspondentes a elas o elemento central para a

⁵ Caracterizaremos a “fase atual” como o período aberto pelas transformações em curso ao longo da década de 1980. Transformações que tem suas raízes mais próximas na década anterior. Esta seria a terceira fase identificada por Duménil e Lévy (2003a), que será detalhada mais à frente, na qual a rentabilidade do capital cresce em nível mundial, ampliando o controle sobre os salários aumentando a concentração da renda na qual as “finanças” adquirem a “[...] plena liberdade de ação [...] e o capital reencontrava a livre mobilidade que ele havia, em parte, perdido desde o final da Segunda Guerra Mundial, compreendendo as restrições contidas nos acordos de Bretton Woods” (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 24).

⁶ Neste prefácio temos que, as relações sociais de produção, “[...] De formas evolutivas das forças produtivas que eram, [...] convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 47-48).

crise de um novo modo de produção e a possibilidade de criação de um modo de produção novo.

Nesse sentido, nossa hipótese, expressa na quarta parte do capítulo, é a de que, tomando por base a contradição indicada naquele *Prefácio*, abriu-se, nas últimas quatro décadas, uma nova fase dentro do modo de produção capitalista. Mas, essa contradição ainda não atingiu um nível capaz de abrir um período de “revolução social”.

Julgamos, desta forma, que a atual fase de dominância da esfera financeira sobre o ciclo global de reprodução do capital ainda não é capaz de provocar rupturas estruturais em que o próprio modo de produção é colocado em questão. Assim, abrem-se duas grandes possibilidades:

1. ou se avança, ainda que com uma série de ajustes estruturais, dentro do mesmo modo de produção;
2. ou se caminha em outro sentido que ainda não se pode prever com exatidão qual seja.

Assim, se nossa hipótese estiver correta, de que a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção está, de fato, produzindo transformações de envergadura no desenvolvimento do capitalismo mundial, vivemos, na atualidade, em uma nova fase, com características radicalmente diferentes da fase anterior caracterizada como padrão de acumulação fordista, ou do “consenso keynesiano”⁷ como nos indicam Duménil e Lévy (2003a, p. 32).

Mas, essas transformações ainda não teriam produzido uma situação que pudesse abrir a segunda possibilidade citada acima. Então, como chegamos até a fase atual? Quais suas principais características? Essas são as questões que buscaremos desenvolver ao longo do capítulo.

2. Antecedentes

É inegável o fato de que o sistema capitalista mundial nas quatro últimas décadas passou por significativas mudanças. O período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, com traços de acumulação fordista, proporcionou crescimento relativamente contínuo nas

⁷ Que para Duménil e Lévy (2003a) refere-se ao compromisso assumido pelos trabalhadores, de um lado, e executivos capitalistas, de outro, no interior do Estado. Esse compromisso consiste em: “Além do controle macroeconômico, estatal e centralizado, calcado no crescimento e no emprego, numerosas limitações foram impostas sobre as prerrogativas da finança: as regulamentações da sua atividade nacional e internacional (notadamente através dos acordos assinados em Bretton Woods em 1944), o reconhecimento parcial do direito ao trabalho, inscrito em 1948 na legislação estadunidense, e o desenvolvimento do Estado-providência. Mas esse compromisso durou apenas o espaço de algumas décadas”.

economias centrais e conseguiu certa estabilidade por basicamente trinta anos (DUMÉNIL; LÉVY, 2003). Porém, a crise desse padrão de crescimento já começava a se manifestar no final da década de 1960 e um dos indicadores dessa mudança se deu por uma aguda manifestação de queda nas taxas de lucro em algumas economias centrais. Segundo Coggiola e Martins (2006, p. 62), “[...] a taxa de lucro passou, entre 1973 e 1982, nos EUA, de 18,8% para 4,2%; no Japão, de 35,0% para 14,3%; na Alemanha, de 14,1% para 8,1%; na Inglaterra, de 6,6% para 0,6%”.

Além da queda da lucratividade entre alguns dos principais países capitalistas, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial caiu continuamente. Entre 1970 e 1979 a média de crescimento do PIB mundial era de 4,5%. Na década seguinte (entre 1980-1989), caiu para 3,4% atingindo 2,9% entre 1990 e 1999 (BEINSTEIN, 2001, p. 104). Apenas entre os países do G7 (que ainda nas últimas quatro décadas do século XX representavam dois terços do PIB mundial), a queda no crescimento da média de seus PIBs foi mais acelerada se ampliarmos o horizonte da análise. Entre 1961 e 2000, a média de crescimento destes países saiu de 5,9% para menos de 1% (BEINSTEIN, 2001, p. 106).

Cabe mencionar, antes de tudo, algumas outras transformações ao longo deste período histórico: desregulamentação e abertura dos mercados nacionais (tanto dos países centrais quanto dos periféricos); aumento da esfera financeira do capital; desregulamentação nas relações de trabalho; incorporação e inovação tecnológica e dissolução do bloco socialista, com a concomitante expansão do capital e das relações capitalistas naqueles países.

Assim, os primeiros países a assistir algumas dessas transformações foram os Estados Unidos e o Reino Unido, já na década de 1970. Neles, teria ocorrido um aumento exponencial da esfera financeira em relação à esfera produtiva. Esse aumento da esfera financeira seria decorrente do papel cada vez mais importante que assumiu a forma funcional autonomizada do capital conhecida como capital a juros no interior do ciclo global de reprodução capitalista.

O capital a juros, de acordo com Marx, é a forma na qual o capital se relaciona consigo mesmo, aumentando o montante de valor sem passar *diretamente* pela produção de mais-valia, da perspectiva para o prestamista de dinheiro (prestamista). É o dinheiro com a capacidade de gerar mais valor “assim como dar peras é propriedade de uma pereira”⁸.

Para Nakatani e Sabadini (2010, p. 77), o capital portador de juros “[...] segundo Marx, executa as funções de: diminuir as taxas de circulação do dinheiro graças à concessão

⁸ “Torna-se assim propriedade do dinheiro gerar valor, proporcionar juros, do mesmo modo que dar peras é propriedade de uma pereira. E como tal coisa que dá juros, o prestamista vende seu dinheiro. E mais. Conforme vimos, o capital que efetivamente funciona apresenta-se rendendo juros não como capital operante, mas como capital em si, capital-dinheiro” (MARX, 2008, p. 520).

do crédito (seja pela falta de dinheiro em uma grande parte das transações, seja pela aceleração do movimento dos meios de circulação); acelerar o processo de reprodução ou permitir o crescimento da especulação, separando as compras das vendas; e reduzir os custos e as barreiras ao tempo de produção e circulação capitalista”.

O crédito capitalista, a principal ferramenta pela qual opera o capital a juros, como será analisado no segundo capítulo da dissertação, tem como uma de suas principais funções o nivelamento da taxa de lucro. O crédito ainda possibilita a redução do meio circulante, “[...] da parte do capital que tem sempre de existir na forma de dinheiro” (MARX, 2008, p. 582) servindo, assim, de base para a especulação.

Marx já havia apontado a necessidade da expansão do capital a juros (forma funcional autonomizada do capital comércio de dinheiro) e do crédito para o desenvolvimento do comércio e da produção de mercadorias contribuindo, também, para a consolidação de um mercado mundial. O que talvez não imaginasse fosse que as formas de valorização do capital na forma do dinheiro chegassem ao nível atual.

No início da década de 1970 as transações cambiais chegavam a 20 bilhões de dólares por dia. Em 1995 chegavam a 1,3 trilhão por dia (multiplicando-se por 65 em 25 anos). Em 1998, superavam 2 trilhões de dólares (BEINSTEIN, 2001, p. 122).

Em 1995, a soma dos PIBs da União Européia, dos EUA e do Japão chegavam a 20,81 trilhões de dólares. A soma do mercado de ações, dos títulos da dívida pública e títulos da dívida privada chegava a 39,36 trilhões de dólares. Assim, a soma dos “papéis” na União Europeia, nos EUA e Japão chegavam a corresponder a 189,13% da soma de seus PIBs (BEINSTEIN, 2001, p. 123). E o tamanho da esfera financeira não parou de crescer a ritmos acelerados desde então.

Assim, de acordo com Chesnais (1998b, p. 258), teria se desenvolvido um novo “regime de acumulação predominantemente financeirizado” no qual o capital financeiro⁹ teria sido reconfigurado dando lugar às instituições não-bancárias (principalmente fundos de investimento) que “fazem frutificar” o capital em sua forma-dinheiro, como apregoava Marx. O que motiva a especulação não é mais a vantagem de uso deste ou daquele bem, ou a “transformação do mesmo ou a transferência de um mercado para outro”, mas sim, a “previsão de mudança nos preços”.

⁹ A nosso ver, não existe o conceito de capital financeiro em Marx. Como afirmam Klagsbrunn (1992) e Harvey (1990), a edição francesa do livro III d’*O Capital* traduziu erroneamente o capital de comércio de dinheiro (Geldhandlungskapital) como capital financeiro, provocando problemas teóricos. De fato, o termo surge em Hilferding (1985) e se dissemina na obra de autores clássicos como Lênin, Hobson, Rosa Luxemburgo, entre inúmeros outros. Para uma leitura sobre o conceito de capital financeiro, consultar: Pinto (1994) e Sabadini (2012).

Na análise de Marx, o ciclo global de rotação do capital industrial¹⁰ (D – M – D') contém, dentro de si, três momentos distintos correspondendo cada um deles a uma *forma funcional do capital*; e em cada uma dessas formas especializar-se-á um grupo de capitalistas. Esse processo de especialização produz uma *autonomização* das formas funcionais. Ao capital acumulado que se realiza financiando a produção, Marx denomina de *capital portador de juros*¹¹; ao capital produtor de mercadorias, nomeia de *capital produtivo*; e, por fim, o capital que realiza a venda das mercadorias, como *capital comercial*. Este último desdobra-se em capital comércio de mercadorias e capital comércio de dinheiro.

Com o avanço da divisão social das funções, e com a especialização de uma fração da burguesia na atividade de adiantar dinheiro para, por hipótese, financiar a produção de mercadorias e sua venda em larga escala, é que surge uma considerável parcela de capital que, em um estágio mais avançado de autonomização, irá se multiplicar no interior do ciclo global. Essa parcela de capital multiplicada e valorizada, no futuro, perderá sua “base real”, tornando-se, assim, “irreal”.

Marx chega à conclusão de que a condição para a especialização burguesa no ramo do adiantamento de dinheiro é que exista uma enorme quantidade de dinheiro acumulada enquanto tesouro – já na condição de capital, ainda não realizado como investimento (PAULANI, 2011, p. 64). Sem que existam as condições concretas, um fenômeno não pode se realizar. Esse capital, quando investido, adquire a qualidade de produzir lucro. Seu valor de uso passa a ser, justamente, essa capacidade de produzir lucro. Segundo Marx (2008, vol. 5, p. 397):

O dinheiro, portanto, que se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é cedido sob a condição de voltar, depois de determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor de uso de produzir mais-valia.

¹⁰ “O capital que ao longo do seu ciclo adota e abandona suas sucessivas *formas funcionais* (capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria) chama-se *capital industrial*. Esse conceito se opõe a *capital comercial* e *capital a juros* e não a capital agrário. Num primeiro momento o conceito é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim o conceito de capital se confunde com o de *capital industrial*. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se *autonomizam* devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do *capital industrial* se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim o capital-mercadoria converte-se em *capital comercial*; o capital-dinheiro em *capital a juros*; e o capital-produtivo em capital produtivo”. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 291).

¹¹ Sobre mais uma característica do capital portador de juros autonomizado, Paulani (2011, p. 65) diria que: “[...] o capital se autonomiza de si mesmo. O princípio lógico que preside seu movimento de valorização salta de si para se difundir por todas as transações. Portanto, já não precisa ele se prender às exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva”. Reforçando o fato de que, mesmo ligado ao capital produtivo (e ao capital comercial), esta forma funcional (capital a juros) está fundada na valorização D – D', ao menos para o prestamista, deixando às “exigências pesadas e maçantes da valorização produtiva” (D – M – D') ao capital produtor de mais-valia.

O capital a juros tem a qualidade inerente de ser, potencialmente, um financiador da produção de mercadorias. Sua fração, sob a forma de juros, é obtida através da dedução de parte da mais-valia produzida pelo capital produtivo ou da parte do lucro do capital comercial – que também advém da mais-valia¹².

Acreditamos que este fenômeno que se inscreve em um processo de especialização das atividades econômicas e produz a autonomização das formas funcionais do capital é um dos principais aspectos sob os quais se assenta a atual fase do capitalismo “dominada” pelas finanças. Para descrever essa dinâmica, várias expressões, com características diferentes, foram cunhadas ao longo das últimas décadas, tais como: *globalização financeira*, *mundialização financeira*, *financeirização*, dentre outras. A partir de agora, começaremos a examinar estas descrições.

3. Por que vivemos em uma nova fase?

Diferentemente do que se pode imaginar, a nova fase do capitalismo é decorrente de um conjunto de fenômenos mais simples. Ainda que Chesnais (1998b) acredite se tratar da retomada das posições perdidas pelos grandes grupos industriais e financeiros desde finais da década de 1960¹³, trata-se, evidentemente, de uma queda global nas taxas de lucro nas economias centrais que já começa a se manifestar na década seguinte. Assim,

Em resumo poderíamos dizer que ela surge como consequência da aguda manifestação da lei tendencial da queda da taxa geral de lucro, manifestação essa observada especialmente nos principais países capitalistas do mundo a partir dos últimos anos da década de 60, tendo perdurado durante todos os anos 70 e até 1982 mais ou menos (CARCANHOLO, 2011b, s/p).

Ou como mostram Duménil e Lévy (2003a, p. 19):

As taxas de lucro, que atingem mais de 20% no início dos anos 1960, caem para cerca de 12% em 1982 ou 1983. Visto que os lucros realizados pelas empresas são tanto uma fonte de financiamento interno quanto um incentivo ao investimento, a queda da taxa de lucro acaba por desencorajar a acumulação e prejudicar o crescimento do emprego.

Ocorre, porém, que já no início da década de 1980, a rentabilidade do capital nos principais países começa a se recuperar. Assim,

¹² De acordo com Marques e Nakatani (2009, p. 30): “[...] a posse do capital-dinheiro concede a seu proprietário, no momento do empréstimo, direito à parte do lucro do capital comercial ou industrial, o que se consubstancia sob a forma de juros”.

¹³ Assim, para Chesnais (1998b, p. 253), a hipertrofia da esfera financeira pôde, até o momento daquela análise, ser entendida mais como a necessidade de manutenção da posição adquirida pelos grupos industriais e financeiros, do que pela tentativa de soerguimento da expansão capitalista em nível mundial. As únicas regiões no globo que teriam apresentado possibilidade de expansão econômica para além das áreas já dominadas pela esfera financeira (e que já se encontram em crise) seriam a China e o Sudeste da Ásia.

[...] a tendência da taxa de lucro inverteu-se na Europa e nos Estados Unidos. Esse movimento, que se desenrola há 15 anos, ultrapassa claramente, pela sua amplitude, as usuais flutuações que refletem os altos e os baixos da conjuntura (os aquecimentos e recessões). Essa subida da taxa de lucro [*a partir da década de 1980*] é um indicador da extrema importância do novo curso do capitalismo (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 19).

Mas essa recuperação da taxa de lucro, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, alterou as bases produtivas sob as quais havia se desenvolvido a economia capitalista desde então. Se afirmamos, na “Introdução” deste capítulo, tratar-se de uma crise no padrão de acumulação fordista, ou do “consenso keynesiano”, agora estaríamos diante de um novo quadro, em que o eixo da acumulação se desloca da esfera produtiva para a especulativa.

Assim, faremos um levantamento de algumas das interpretações que concordam com a posição de que vivemos em uma nova fase capitalista que é marcada, fundamentalmente, pela dominância da esfera financeira sobre as demais.

Primeiramente, Duménil e Lévy (2003a, p. 15) acreditam que durante a década de 1970 – estendendo-se até a década de 1980 – teria se desenvolvido uma crise estrutural e que as formas de sua manifestação foram: “baixo investimento e fraco crescimento, desemprego, inflação, redução no ritmo do progresso técnico, lentidão da progressão do salário, diminuição da rentabilidade do capital”.

A isso veio somar-se uma dupla evolução: de um lado, um conjunto de inovações tecnológicas e financeiras esboçando aquilo que se convencionou chamar ‘nova economia’; de outro, o desenvolvimento de instituições financeiras, a exemplo dos investidores institucionais, cuja influência sobre a economia é crescente (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 15).

Para estes autores, estes dois elementos teriam sido as “molas propulsoras” para uma nova fase que teria se desenvolvido a partir da década de 1980. Assim, “[...] o desaparecimento de manifestações importantes da crise nos países avançados e o surgimento de novas tecnologias e instituições – desenha os contornos de uma nova fase do capitalismo” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 15-16). O interessante é o recurso explicativo utilizado por eles para comprovar que se trata de uma nova fase. Recorrem, justamente, ao que Marx propõe no seu *Prefácio* de 1959. Tratar-se-ia de uma “nova fase”, justamente por remeter-se “[...] à grande dialética marxista das forças produtivas e das relações de produção e ao papel motor da luta de classes” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 16).

A continuidade desse processo requer ajustes recorrentes nas formas da propriedade capitalista. As formas antigas, tais como a propriedade individual, periodicamente colocam obstáculos a este desenvolvimento suscitando o aparecimento de novas configurações mais propícias à mudança, como a sociedade anônima no início do século XX ou grandes

investidores institucionais do capitalismo contemporâneo (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 16-17).

Assim, o fator principal que poderia caracterizar o período aberto na década de 1970, mas que, para os autores mencionados até aqui tem início apenas na década seguinte, teria sido a existência de novas formas de propriedade do capital, bem como de sua apropriação e distribuição. Para eles, seriam essas mudanças nas formas de propriedade do capital que poderiam ser remetidas à contradição explicitada no *Prefácio* de Marx: das forças produtivas, de um lado, e as relações sociais de produção, de outro. Ainda que estes autores não mencionem, neste texto, categorias internas à teoria marxista (tais como mais-valia, transferência, apropriação)¹⁴, trata-se, em última instância, de uma nova fase, em que, as formas de propriedade, transferência e apropriação de valor são alteradas¹⁵.

Nesse sentido, para Duménil e Lévy (2003) as mudanças nas relações de produção poderiam ser observadas, fundamentalmente, por três aspectos:

O primeiro aspecto é o da *dialética das forças produtivas e relações de produção*. As forças produtivas, de acordo com o *Prefácio* de Marx, de 1859, desenvolvendo-se em um ritmo mais acelerado que as relações sociais de produção conduzem a rupturas no desenvolvimento do modo de produção. Estas rupturas marcam os períodos de crise. A questão é saber se todas as crises levam a transformações radicais baseadas no descompasso existente entre forças produtivas e as relações sociais de produção ou se são apenas crise conjunturais que não chegam a atingir o conjunto das forças materiais de produção e as relações sociais correspondentes.

Com efeito, alguns elementos presentes nas relações sociais de produção são, historicamente, superados por elementos mais desenvolvidos e atinados com o desenvolvimento das forças produtivas. O escravismo, por exemplo, vai dando lugar a formas mais adaptadas ao desenvolvimento das forças produtivas do capital, tais como o trabalho “livre” assalariado em diversos lugares e em momentos históricos distintos. Ainda que nas

¹⁴ Referente à análise de Duménil e Lévy, Carcanholo (2006, p. 147) diz que: “O trabalho empírico e a análise dos mencionados autores é de grande significação e indispensável para entender aspectos importantes da fase atual do capitalismo. No entanto, apesar de os autores proporem-se a realizar uma interpretação marxista, poucos dos conceitos dessa teoria são efetivamente utilizados, exceto os mais genéricos de forças produtivas e relações de produção”.

¹⁵ Os autores dão bastante ênfase a essas transformações nas formas de propriedade do capital. Quando, valendo-se do exemplo das transformações operadas no capitalismo no final do século XIX e início do XX, em que se abria uma nova fase imperialista com o surgimento dos grandes monopólios, faz-se um comparativo com a fase atual em que, “Em uma grande medida, pode-se falar de uma revolução *pela gestão* no início do século, e de uma revolução *na gestão* ao longo das últimas décadas. Mas, também aí, trata-se de um novo episódio de um mesmo processo, ainda que seu conteúdo tenha-se modificado um pouco” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003, p. 34).

nações em que o capitalismo passa a vigorar como modo de produção dominante possa se encontrar relações escravistas, estas têm de se adaptar à acumulação de capital e ao desenvolvimento das forças produtivas¹⁶.

Com o amadurecimento das relações sociais capitalistas ao longo do século XX, algumas formas de propriedade vão dando lugar a outras formas mais desenvolvidas que possibilitam o pleno desenvolvimento das forças materiais de produção. E aqui reside, para Duménil e Lévy (2003a), um dos elementos fundamentais pelos quais pode ser observado o desenvolvimento histórico. Este desenvolvimento é acompanhado de seguidas crises, e superações de crises. Vejamos:

Colocada numa perspectiva histórica, a análise dos movimentos recentes é rica de ensinamentos. Se consideramos a economia dos Estados Unidos – e basta remontar à segunda metade do século XIX para percebermos o grande movimento que acabamos de evocar, tanto na crise quanto fora da crise –, damos-nos conta de que o atual movimento lembra singularmente um movimento anterior: a crise desencadeada no fim do século XIX, entre o fim da Guerra de Secessão (1865) e os anos 1890 (período qualificado pelos historiadores econômicos como Grande Depressão) e a retomada nos anos 1920, por meio da Primeira Guerra Mundial. *O capitalismo atravessa, assim, crises estruturais e as supera através de transformações profundas em seu funcionamento.* Às duas grandes crises já evocadas, aquelas do final dos séculos XIX e XX, é preciso acrescentar a crise de 1929, de natureza diferente, mas, evidentemente considerável e igualmente geradora de mudanças (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 16, grifo nosso).

E, em cada um destes momentos, novas formas de propriedade, e novas relações sociais de produção vão se sobrepondo às relações estabelecidas nos períodos anteriores.

Nessas transformações, a oposição entre propriedade e gestão desempenha um papel central. A relação de propriedade capitalista em sua plenitude, a propriedade dos meios de produção, incluía tradicionalmente a propriedade no sentido jurídico do termo (abrangendo o direito de dispor dos bens e da renda que eles proporcionam) e a capacidade de utilizar essa propriedade (ou seja, as funções daquilo que Marx chamava de “capitalista ativo”). Na expressão “separação da propriedade e da gestão”, a propriedade assume um sentido estreito (jurídico), e a gestão compreende as funções capitalistas delegadas. Sobre estes dois terrenos, propriedade e gestão, a continuidade

¹⁶ Prado Junior (2000, p. 3), escrevendo em 1942, afirmaria com relação ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e à formação de uma economia nacional em difícil construção: “Não me refiro aqui unicamente a tradições e a certos anacronismos berrantes que sempre existem em qualquer tempo ou lugar, mas até a caracteres fundamentais da nossa estrutura econômica e social. No terreno econômico, por exemplo, pode-se dizer que o trabalho livre não se organizou ainda inteiramente em todo o país. Há apenas, em muitas partes dele, um processo de ajustamento em pleno vigor, um esforço mais ou menos bem sucedido naquela direção, mas que conserva traços bastante vivos do regime escravista que o precedeu”. Assim, as novas relações sociais de produção, caminhando em um ritmo mais lento, guardam consigo traços e elementos das relações sociais de produção antigas e arcaicas. E, mesmo que estas persistam, tal como o escravismo conviveu e ainda convive em algumas regiões do Brasil, estas relações têm de se adaptar ao desenvolvimento das forças produtivas, no caso, capitalistas. Tal como a ideia apresentada por Martins (1990) quando afirma que se trata da produção de capital baseada sobre relações sociais de produção não capitalistas.

entre os acontecimentos característicos dos dois finais de século é surpreendente [...] (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 33).

Como o foco dos autores se dá entre a oposição entre as frações da burguesia chamadas de “finança”, de um lado, e “industrial”, de outro, a transformação nas relações de produção atinge, fundamentalmente, as formas como essas frações relacionam-se entre si e com a classe trabalhadora. As mudanças operadas pela fração da burguesia designada por “finança” com relação à distribuição das funções que, outrora lhe pertenciam, podem ser observadas, na análise dos autores, pela separação da *propriedade* do capital em *gestão* do capital. Antes a propriedade e a gestão do capital eram responsabilidade do mesmo grupo de “empresas financeiras”. Agora trata-se de uma nova transformação nas relações de propriedade. Vejamos:

A transformação da relação de propriedade e sua ambivalência: sob certo ângulo, a separação da propriedade e da gestão, nos Estados Unidos do final do século XIX, reforçou a propriedade capitalista através de sua financeirização e de sua institucionalização. [...] O capitalismo neoliberal, aquele das instituições financeiras gigantescas, dos fundos de investimento, prolonga essa financeirização e essa institucionalização, com a mesma ambiguidade: tamanho e força de um lado, distância de outro lado. No próprio interior das instituições financeiras, sua dimensão cria a necessidade forma similar àquela a que as empresas não-financeiras haviam recorrido. Trata-se, portanto, da continuidade da mesma evolução, fenômeno que se verifica através da sucessão das formas jurídicas da propriedade (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 33).

É nesse sentido que, para os autores, ocorre, em certa medida, um “restabelecimento” da hegemonia das “finanças”. Assim,

O movimento que se desenrola entre a finança e os gestores nada mais é do que a transformação da relação de propriedade capitalista, no sentido amplo. Naquilo que concerne à parte principal e dinâmica do sistema produtivo, a propriedade individual está ultrapassada. Os proprietários se desincumbiram da gestão e, progressivamente, de sua outra função crucial, a de agentes da mobilidade do capital (nos termos de Marx e dos clássicos), isto é, de arbitrar a aplicação de seus fundos – derivados das rendas obtidas com os lucros das empresas – entre as empresas e os setores (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 35).

Vale ressaltar, como Duménil e Lévy apontam acima, que essa característica da propriedade individual do capital como algo “ultrapassado” já era apontada por Marx no livro III d’*O Capital* quando o autor trata do papel do crédito para a aceleração do ciclo global da reprodução capitalista. Ali, Marx está se referindo à multiplicação cada vez maior do número e do tamanho das sociedades “anônimas” ou “por ações” na segunda metade do século XIX. Características que seriam acentuadas nas primeiras décadas do século XX e que receberiam

as análises de Hilferding (1985) e Lênin (1989). Mas, antes destes trabalhos que se tornariam clássicos, temos o que Marx apresenta em seu livro III d' *O Capital*, no qual:

Nas sociedades por ações dissociam-se a função e a propriedade do capital, e, em consequência, o trabalho aparece por completo separado da propriedade quer dos meios de produção quer do trabalho excedente. Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim, como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social (MARX, 2008, p 583).

Engels, na organização que faz para a edição deste livro III da obra de Marx vai mais longe ao observar, alguns anos mais tarde, que as sociedades por ações levariam à criação de cartéis e monopólios que seriam a própria “negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo”.¹⁷ Vejamos:

Depois de Marx ter escrito as linhas acima [*livro III*], desenvolveram-se, como é notório, novas formas de empresas industriais em que a sociedade por ações se eleva à segunda ou à terceira potência. A rapidez cada dia maior com que se pode atualmente aumentar a produção em todos os grandes domínios industriais se depara com a lentidão sempre acrescida com que se expande o mercado para essa produção ampliada. O que aquela fornece em meses, leva este anos para absorver. [...] *A consequência são superprodução crônica geral, preços deprimidos, lucros em baixa ou mesmo desaparecendo por completo; em suma, a liberdade de concorrência, essa veneranda celebridade, já esgotou seus recursos*, cabendo a ela mesma anunciar sua manifesta e escandalosa falência. É o que evidencia o fato de se associarem, em cada país, os grandes industriais de determinado ramo para constituir cartel, destinado a regular a produção. [...] Assim se chegou, em certos ramos em que o nível da produção o permitia, a concentrar a produção toda do ramo industrial em *uma grande sociedade por ações com direção única* (MARX, 2008, p. 584, grifo nosso).

Vale notar que, ainda que essas análises se referissem a um capitalismo ainda em desenvolvimento e em expansão em oposição ao capitalismo “senil” apontado por Amin (2002) do momento atual, algumas das características apontadas por Engels parecem retornar à cena nestas últimas quatro décadas.

Nesse sentido, deixam de ser características novas. São as características da “velha” contradição apontada n' *O Prefácio* de 1959. A de que “Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de

¹⁷ “É a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é a fase de transição para nova forma de produção. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, provando a intervenção do Estado. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamentos e comércio de ações. Há produção privada, sem o controle da propriedade privada” (MARX, 2008, p. 585). Estas, palavras do próprio Marx.

produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade” (MARX, 2008, p. 48).

O segundo aspecto apontado por Duménil e Lévy (2003) diz respeito à *luta de classes*¹⁸. As mencionadas alterações nas relações de produção causam choques que fazem reorientar a organização e as funções das classes e frações de classes no desenvolvimento histórico. Vejamos:

É preciso, igualmente, ver no desenvolvimento das políticas macroeconômicas e, mais geralmente, dos mecanismos capazes de assegurar a estabilidade monetária e financeira do sistema, uma transformação das relações de produção. As *performances* crescentes da gestão privada aumentam a instabilidade potencial do sistema econômico. Instituições e mecanismos centrais (combinando regulamentação, controle e intervenção) foram constituídos e progressivamente melhorados – através de numerosos fracassos e crises – no intuito de enfrentar essa propensão crescente à instabilidade. Elas interferem em certos aspectos fundamentais da propriedade capitalista, notadamente na capacidade de criar moeda, portanto, de criar capital (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a, p. 35-36).

Assim, “Deste modo, sucedem-se historicamente grandes conjunturas marcadas pelas configurações do poder de classe: primeiro, hegemonia da finança no início do século [XX]; compromisso keynesiano; nova hegemonia da finança no neoliberalismo” (DUMÉNIL, LÉVY, 2003b, p.99).

Este parece ser um dos pontos mais polêmicos levantados pela crítica que será apresentada a essas teses no terceiro capítulo da dissertação. Como mencionamos, Duménil e Lévy prendem-se, sobremaneira, nas contradições entre duas frações de classe no interior da burguesia: de um lado as “finanças” e, de outro, a burguesia industrial. As “finanças” conhecem sua primeira hegemonia no final do século XIX e início do XX, tendo como marco decisivo o final deste período, a crise de 1929. Segue-se a hegemonia da burguesia industrial e seu “compromisso keynesiano” para, na atualidade (a partir da década de 1980), haver um retorno da hegemonia das “finanças”, mas agora apoiada em novas condições entre as quais, a

¹⁸ Ainda que a luta de classes não apareça no texto de Duménil e Lévy como elemento central e nem como Marx a sugere: contradição fundamental da história: “Quando a luta de classes é chamada a cumprir algum papel, restringe-se à contraposição entre proprietários e gestores do capital que, embora se trate de uma contradição com algum significado para um entendimento concreto da história do capitalismo desde o início do século XX, não pode, do ponto de vista marxista, ser considerada principal ou fundamental. Há, assim, uma sobrestimação dessa contradição e, em contrapartida, o papel dos trabalhadores, em especial o dos trabalhadores produtivos, embora lembrado em algumas passagens do texto, recebe tratamento genérico e sem relevância para o essencial da interpretação” (CARCANHOLO, 2006b, p. 147).

mencionada separação entre propriedade e gestão do capital e a criação de inúmeros mecanismos institucionais “combinando regulamentação, controle e intervenção”.

Sem nos adiantarmos à crítica que será apresentada a seguir, cabe mencionar que para os críticos de Duménil e Lévy, nestes autores estaria implícito um necessário retorno ao “compromisso keynesiano” como saída das crises potencializadas pela atual “hegemonia das finanças”. Pode-se falar de uma crise patente da hegemonia das finanças, mas que, no máximo nos levaria a uma reordenação das condições de produção anteriores: algo próximo do que foi o “compromisso keynesiano”. Mas isso será melhor explorado no capítulo final desta dissertação.

Por fim, o último aspecto apontado por Duménil e Lévy diz respeito à *dinâmica da mudança técnica e da distribuição* (das mercadorias) que pressupõe a existência de uma classe dirigente de proprietários que impõe a “[...] maximização da taxa de lucro como critério de gestão; [...] a apropriação privada da mais-valia, através das rendas dessa classe; [...] a concentração da propriedade capitalista nas mãos de uma minoria; [...] o controle das políticas econômicas, como aspecto particular do controle geral do Estado” (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 35-36).

Assim, combinando estes três aspectos (da dialética das forças produtivas e das relações de produção, da luta de classes e da dinâmica da mudança técnica e da distribuição) estaríamos, na atualidade, diante de uma nova fase. Vejamos:

Do ponto de vista do primeiro movimento, aquele da socialização, a história continua, com sua direção reorientada pelo neoliberalismo; do segundo ponto de vista, identifica-se uma nova configuração de poder, novos compromissos de classes; o terceiro componente define uma real modificação de tendências. *Estes elementos reunidos permitem falar de uma nova fase* (DUMÉNIL; LÉVY, 2003b, p. 99, grifo nosso).

Nessa nova fase, contudo, algumas características marcantes do período anterior seriam reproduzidas na atualidade, tais como o crescimento desenfreado da “esfera financeira” fundado na exploração do trabalho e na extração de mais-valia a níveis em muito superiores que o período anterior; a concentração e centralização de capitais e; a retomada do papel hegemônico do sistema financeiro (principalmente dos Estados Unidos) na totalidade da

reprodução capitalista – características do início do século XX¹⁹, mas que retornam à atualidade em novos patamares e apresentando características novas.

Não se trataria, assim, da transição para um outro modo de produção, mas de uma mudança de fase interna ao modo de produção capitalista.

Chesnais (1998a, p. 12) insere-se na mesma perspectiva, ao indicar que teríamos ingressado em uma nova fase do capitalismo a partir da década de 1960. Ele nos indica que o processo de desregulamentação dos mercados nacionais que se acentuou nestas últimas décadas foi decorrente, predominantemente, das transformações ocorridas na esfera financeira. A liberalização adotada inicialmente nos Estados Unidos e Reino Unido, entre 1979 e 1987, possibilitou a criação de um espaço financeiro mundial que teria três características: (i) seria fortemente hierarquizado, tendo o sistema financeiro dos Estados Unidos o papel dominante (graças ao dólar e às grandes dimensões dos mercados de bônus e ações desse país); (ii) teria um *vácuo* de instâncias de supervisão e controle e; (iii) teria sua unidade garantida pelos “operadores financeiros” em diferentes graus nos diferentes “compartimentos” (ações, obrigações e câmbio, etc.).

Assim, o desencadeamento de uma nova fase na acumulação capitalista mundial seria atravessado por três períodos que corresponderiam aos “choques financeiros” desde a década de 1970 (CHESNAIS, 1998b, p. 250-251). Na primeira fase, que teria início ainda na década de 1960 e se estenderia até 1980, haveria uma “integração indireta do mercado de eurodólares” e teria se assistido a uma “evolução do sistema financeiro norte-americano rumo às finanças diretas e à liberalização financeira”. As crises deste período começam a atingir os bancos nos EUA (Franklin National) e na Europa (Herstatt). O Japão e os “novos países industrializados” não sofrem diretamente nesta “fase”.

Um segundo momento iniciou-se em 1980, estendendo-se até 1985. Aqui se assiste a uma alta brutal dos juros, abertura dos mercados nacionais e desregulamentação financeira, e a passagem à securitização da dívida pública. Mais bancos são atingidos nos EUA, ainda que a Europa sofra “repercussões limitadas da crise da dívida do Terceiro Mundo sobre os [seus] bancos [...]”. O México não consegue pagar sua dívida (1982), seguido por Brasil e

¹⁹ Neste sentido, Marques (2010, p. 3) faz a mesma ressalva de que, em muitos aspectos parece ser um retorno das condições do capitalismo do final do século XIX e início do XX. Pode-se falar, nesse sentido, do “[...] retorno do capital portador de juros, que aconteceu em bases muito mais profundas e complexas do que no passado (final do século XIX até 1929)” e que teria sido “[...] acompanhado pela construção de uma nova relação entre os diferentes componentes do capital (portador de juros, industrial e comercial) e por uma nova correlação de forças entre o capital e o trabalho, desfavorável a este último” (MARQUES, 2010, p. 3).

Argentina. O crédito quase cessa para a América Latina entre 1983 e 1986 (CHESNAIS, 1998b, p. 250-251).

Por fim, um terceiro período teria se iniciado em 1986 e se estenderia até meados da década de 1990. Nele, teriam sido acentuados os “mecanismos dos mercados financeiros” (CHESNAIS, 1998b, p. 251) e outros novos mercados seriam incorporados a este espaço financeiro mundial. Neste período aumenta o número de bancos que vão à falência, bem como a ajuda para salvá-los. Entre eles, ressaltamos os casos do Bank Texas Dallas (1987), First City Bank de Houston (1988), First Republic (1986 e 1988). Algumas corretoras também vão à falência e ocorre o *crash* da Bolsa de Wall Street (1987). Na Europa desaba o mercado imobiliário (1990) e nota-se “grandes dificuldades dos bancos na Suécia e Noruega”, eclodindo na França (1994). O mercado imobiliário do Japão também é atingido, seguido da quebra do mercado acionário. Ali, muitos bancos começam a passar por dificuldades. O México volta a sofrer com a crise dos mercados de títulos e ações, com a desvalorização brutal do peso (entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995). Essa crise também atinge Argentina e Brasil e abala os “mercados emergentes” (CHESNAIS, 1998b, p. 251).

Duménil e Lévy (2003a, p. 23-24), como vimos, também têm a mesma posição quanto à existência de uma nova fase do capitalismo. A nova fase, para eles, também teria atravessado por três períodos, mas que não seriam coincidentes com os que são propostos por Chesnais. No primeiro, “ao longo dos anos 1970”, a “[...] queda da rentabilidade do capital ocasionara uma redução drástica das distribuições de rendimentos; a inflação diminuía as taxas de juros reais (ou seja, corrigidas pela inflação) a próximo de zero”.

No segundo período, no final desta mesma década (de 1970), a taxa de juros sobe sem precedentes, a gestão das firmas foi redirecionada para atender aos interesses dos acionistas e os lucros foram distribuídos entre as finanças. A bolsa que estava em queda, começa a subir a partir de então. Esses ajustes prolongam os efeitos sobre o desemprego e são operados no “coração da crise estrutural” (EUA, Reino Unido, França e Alemanha).

Por fim, no terceiro período, iniciado em meados dos anos 1980, a rentabilidade do capital continua crescendo e amplia-se o estrito controle sobre os salários e o custo do trabalho em geral, fazendo com que a drenagem de renda para as camadas superiores assumisse proporções consideráveis. Assim, é que,

[...] no plano nacional e internacional, a finança se atribuía os meios para adquirir a plena liberdade de ação: as moedas flutuavam segundo o capricho dos mercados e o capital reencontrava a livre mobilidade que ele havia, em parte, perdido desde o final da Segunda Guerra Mundial, compreendendo as restrições contidas nos acordos de Bretton Woods. Nessas evoluções, os Estados Unidos (ou melhor, a finança estadunidense) ocupam uma posição

hegemônica, que os libera de vários dos constrangimentos que continuam a pesar sobre outros países capitalistas avançados (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 24).

Chesnais, por sua vez, que talvez seja uns dos pioneiros na afirmativa de que estaríamos vivendo em uma nova fase²⁰, foca-se mais no fato de que a hegemonia norte-americana daria os novos contornos dessa nova fase. Porém, para Chesnais, o aspecto novo, e que ganha muito mais ênfase do que em Duménil e Lévy, é o aparecimento de uma nova “bolha financeira” e, no interior dela, do capital portador de juros como fonte para a recuperação das taxas de juros perdidas no período “fordista” (CHESNAIS, 1998a; 1998b)²¹.

Assim, para Chesnais (1998b), conforma-se um “regime de acumulação predominantemente financeirizado” em que o “capital financeiro” seria reconfigurado dando lugar às instituições não-bancárias (principalmente fundos de investimento) que “fazem frutificar” o capital em sua forma-dinheiro como apregoava Marx (CHESNAIS, 1998b, p. 258). O que motiva a especulação não é mais a vantagem de uso deste ou daquele bem, à “transformação do mesmo ou à transferência de um mercado para outro”, mas sim, a “previsão de mudança nos preços” (Ibid., p. 258).

Diferentemente de Husson e Bihl, Chesnais (1998b) levanta um importante elemento de que o que houve no período de acumulação predominantemente financeirizado não foi uma queda das taxas de acumulação em detrimento da recuperação das taxas de lucro. Houve deslocamentos internacionais de investimento para regiões antes pouco exploradas pelo capital, principalmente para a China²². Assim teria havido uma queda nas taxas de investimento, mas ela não deve ser indicada como um dos principais elementos para o fim do regime de acumulação fordista em detrimento do regime de acumulação predominantemente financeirizado.

Por fim, Lapavistas (2009, p. 32-33) nos indica que a financeirização seria decorrente de três aspectos principais. Em primeiro lugar, esta fase seria derivada do baixo crescimento da produtividade desde meados da década de 1970. Em segundo, das transformações no processo de trabalho decorrentes das mudanças tecnológicas, das transformações nas regulações sobre o trabalho e das elevadas taxas de desemprego no período. Por fim, um

²⁰ De acordo com Duménil e Lévy (2003, p. 97), Chesnais: “[...] foi um dos primeiros a assinalar a pretensão da finança de construir um novo regime de acumulação, isto é, um conjunto de relações sistêmicas capazes de assegurar a acumulação *real* num longo período”.

²¹ A análise de Chesnais muda um pouco depois de 2010. Ali, o regime de acumulação predominantemente financeirizado passa a ser caracterizado, também, pela dominância do capital fictício, e não apenas do capital portador de juros. Cf. Chesnais (2010a), como veremos no próximo capítulo.

²² As diferenças entre as análises de Husson, Bihl e Chesnais não param por aí. Cf. Marques (2011).

último aspecto a ser considerado é que a financeirização é decorrente, também, do fato de que a produção e o comércio mundial estariam submetidos nesta nova fase à dominação de empresas multinacionais surgidas de fusões e aquisições. Assim, deslocou-se a capacidade produtiva global do ocidente para regiões de crescimento mais dinâmico como a China.

Lapavitsas (2009, p. 32-33) concorda com as análises anteriores (DUMÉNIL, LÉVY, 2003a; 2003b; CHESNAIS, 1998a, 1998b, 2005) de que essa nova fase, por ele caracterizada como “financeirização”, seria decorrente, em primeiro lugar, da queda nas taxas de lucro, seguido do baixo crescimento da produtividade desde meados da década de 1970 e, por fim, das mudanças nas relações de trabalho decorrentes da mudança do padrão técnico. Mas este autor acrescentaria uma última característica. Na fase atual, a produção e o comércio mundial estariam agora submetidos à dominação de empresas multinacionais surgidas recentemente de fusões e aquisições. Assim, a capacidade produtiva global teria se deslocado do ocidente para regiões de crescimento mais dinâmico como a China e, neste ponto, Lapavitsas concordaria com o que propõe Chesnais (1998b).

Assim, para Duménil e Lévy, Chesnais e Lapavitsas, estaríamos vivendo em uma nova fase dominada pelas “finanças”, mas mais que isso. Esta nova fase estaria, em síntese, assentada sobre as seguintes características:

1. Aguda manifestação nas quedas das taxas de lucro nos principais países capitalistas (EUA, Alemanha, Reino Unido, Japão), já a partir do final da década de 1960. Queda que mantém continuidade na década seguinte;
2. Crise estrutural do capitalismo, manifestada como crise do “padrão de acumulação fordista” em que se desmonta o antigo “Estado Providência”²³ que proporcionava relativa proteção aos trabalhadores e condições mínimas de consumo nas economias centrais;
3. Mudança nas relações de trabalho decorrentes do aumento da extração de mais-valia dos países centrais, bem como decorrente do aumento da exploração sobre os trabalhadores nos países periféricos. Essa mudança nas relações de trabalho contribuiu para uma retomada das taxas de lucro que se manifestam na década de 1980;
4. Mudança nas formas de gestão do capital em que as finanças passam a comandar e orientar a ação dos grandes capitais, em detrimento do setor produtivo. Trata-se aqui

²³ Fenômeno elencado por Wallerstein (2003) e que, ainda que possa passar despercebido, julgamos ser um elemento fundamental desta nova fase do capitalismo.

da contradição subjacente entre a *produção* e a *apropriação* de valor²⁴. Ou, como nos indica Beinstein (2001) e Lapavitsas (2009), é o fenômeno caracterizado como o da “financeirização das grandes empresas”, no qual, no interior das firmas transnacionais, a “área financeira” passa a comandar as operações de investimento;

5. Em seguida, como decorrência do ponto anterior, na atual fase capitalista, o capital produtivo (forma funcional autonomizada do capital industrial) não consegue mais gerar o excedente necessário com vistas a garantir a reprodução do capital de forma “ampliada”, nos termos de Marx²⁵. Assim, uma enorme magnitude de valor que nos aparece como excedente de riqueza é redirecionada para a esfera financeira. Nesse campo, o capital busca valorização mais acelerada, mas também arriscada²⁶. Ainda assim esse ponto deve ser redimensionado. Trata-se de redirecionamento de parcela considerável da mais-valia que aparece sob a forma de lucro canalizada para a esfera financeira. Mas não é possível afirmarmos que seja um redirecionamento do investimento para a esfera financeira, pois não se trata de um ponto consensual. Ainda que tenha ocorrido uma queda nas taxas de investimento, como vimos, para Chesnais (1998a; 1998b), teria ocorrido um redirecionamento de parte dos investimentos para áreas antes pouco exploradas pelo capital, tais como a Ásia e, em particular, para a China;
6. Por fim, a última característica da atual fase capitalista é a da dominância do capital a juros e, acrescentamos aqui, do capital fictício e do capital especulativo parasitário sobre o capital produtivo e o capital comercial. Estes conceitos e a dominância destas formas de capital sobre o conjunto do ciclo global serão analisados à frente.

²⁴ Este talvez seja um dos aspectos principais desta nova fase. Sobre ele, Carcanholo (2011, s/p) afirma que: “Uma questão central para entender o capitalismo em geral [...], é a contradição *produção* x *apropriação* de riqueza. E isso não só no que se refere à relação entre capital e trabalho, mas também em relação à redistribuição do excedente-valor (do qual a mais-valia é uma parte) entre os não trabalhadores e entre as diversas frações ou formas autonomizadas do capital”.

²⁵ Sobre a reprodução ampliada de capital temos que: “Não sendo possível aumentar extensivamente ou intensivamente a exploração dos trabalhadores já empregados, têm de ser utilizadas forças de trabalho adicionais. O mecanismo da produção capitalista já resolveu esse problema, reproduzindo a classe trabalhadora como classe que depende de salário e à qual este ordinariamente assegura não só a conservação, mas a multiplicação. O capital precisa apenas incorporar essas forças de trabalho adicionais anualmente fornecidas, em diversas idades, pela classe trabalhadora aos meios de produção adicionais já contidos na produção anual. Com isso, completa-se a transformação da mais-valia em capital. De um ponto de vista concreto, a acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente” (MARX, 2011, livro 1, vol. 2, p. 679).

²⁶ “E é justamente isso que nos permite caracterizar a atual etapa capitalista como especulativa e parasitária, presidida pela insuficiente capacidade do capital produtivo de gerar o necessário excedente econômico real para atender às exigências de remuneração do chamado capital “financeiro” e do capital em seu conjunto. E isso apresenta não só conseqüências na relação intracapitalista, mas também na que existe entre o capital e o trabalho” (CARCANHOLO, 2011b, s/p).

Estes elementos combinados seriam os principais traços que teriam nos levado a essa nova fase. E, nesta perspectiva, a tese aqui defendida tenta se respaldar no próprio movimento da realidade que, na atualidade, nos mostra o tamanho a que chegou o crescimento da esfera financeira chegando a ser treze vezes maior que a soma do PIB mundial²⁷.

Assim, ainda que exista a discordância de um grupo de autores que serão examinados no terceiro capítulo da dissertação, para nós, a interpretação de que estamos em uma nova fase do capitalismo não viola, necessariamente, a perspectiva marxista de análise. Como indicamos anteriormente, Marx (2008, vol. 5), no livro III, já havia sugerido que o desenvolvimento do capital a juros contribui para a acumulação produtiva²⁸. São várias as passagens em que o autor dá claras indicações de que, quando analisamos a totalidade do ciclo global, o “capital portador de juros só se afirma como tal à medida que o dinheiro emprestado é realmente transformado em capital e se produz um excedente, do que o juro é uma parte” (MARX, 1984, p. 285).

Ademais, o capital portador de juros (ou simplesmente capital a juros) é uma forma de capital pretérita²⁹. Assim, o capital a juros mantém estreita relação com o capital produtivo na medida em que o juro é dedução de parcela da mais-valia produzida pelo capital produtivo. Em contrapartida, ambas as formas funcionais do capital (quando autonomizadas), mantém, entre si, uma “autonomia relativa”. Vejamos:

A melhor prova da autonomia com que, nos primeiros períodos do modo capitalista de produção, o juro se apresentava perante o lucro, e o capital produtor de juros, perante o capital industrial, é o fato de só se descobrir – graças a Massie, seguido de Hume –, em meados do século XVIII, que o juro é apenas parte do lucro bruto, tendo sido necessária essa descoberta (MARX, 2008, p. 500).

É de se refletir também sobre o movimento de determinação da taxa de juros apresentado por Marx e sua relação com a taxa de lucro. Marx apresenta, ao longo dos capítulos 23, 24 e 25 do Livro III, passagens no mínimo curiosas e que nos levam a questões controversas.

²⁷ De acordo com a revista Carta Capital (12 de junho de 2013), em 2011, no mundo, a soma das “finanças” e dos derivativos atingia a marca dos 904 trilhões de dólares, enquanto o PIB mundial chegava a 70 trilhões. Ou seja, o “tamanho” da esfera financeira em relação ao PIB era quase 13 vezes maior. (BERNABUCCI, 2013, p. 52).

²⁸ Nesse sentido, em especial, julgamos correta a posição de Cipolla e Pinto (2010), críticos das teses “da financeirização” abordados com mais detalhes no último capítulo. Para eles, “[...] grande parte da acumulação monetária é um reflexo da acumulação real” (CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 23).

²⁹ “Ora, historicamente, o capital produtor de juros, forma pronta e acabada, tradicional, e o juro (forma secundária conclusa da mais-valia produzida pelo capital) já existiam muito antes de haver o modo capitalista de produção e as correspondentes concepções acerca de capital e lucro” (MARX, 2008, p. 499).

Primeiramente, o autor nos indica o aspecto “qualitativo” da taxa de juros³⁰ considerando que o juro é uma parcela da mais-valia que é “embolsada” pelo capital a juros e “desembolsada” pelo capital produtivo. Em seguida, e de forma gradativa, Marx nos indica que a taxa de juros, com o crescimento da divisão do trabalho que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas, ganha uma autonomia aparente em relação à taxa de lucro média. O capital a juros embolsa a parcela que lhe cabe como juro advindo da mais-valia e o restante aparece como lucro do empresário. Vejamos:

[...] a taxa de juro – embora dependa da taxa geral de lucro – é determinada de maneira autônoma e, além disso, se revela – como o preço de mercado das mercadorias – relação fixa, uniforme e sempre dada, apesar de todas as oscilações, contrastando com a taxa fluida do lucro. Se o capital todo estivesse nas mãos dos capitalistas industriais, não existia juro nem taxa de juro. A forma autônoma assumida pela divisão quantitativa do lucro gera a divisão qualitativa. O que, numa comparação, distingue o capitalista industrial do capitalista financeiro é apenas o lucro do empresário, o excedente do lucro bruto sobre o juro médio, que graças à taxa de juro se revela grandeza empírica dada. E o que o distingue do capitalista industrial que emprega capital próprio em vez de emprestado é somente a circunstância de este embolsar o juro, na qualidade de capitalista financeiro, em vez de desembolsá-lo. Nos dois casos, a parte do lucro bruto destacada do juro constitui para o capitalista industrial lucro de empresário, e o próprio juro, mais-valia que o capital por si mesmo rende e que renderá, portanto, sem aplicação produtiva (MARX, 2008, p. 500-501).

Por fim, Marx chega mesmo a afirmar que:

O capital produtor de juros é o capital-*propriedade* em face do capital-*função*. E, enquanto não funciona, o capital não explora os trabalhadores nem está se opondo ao trabalho.
Primeiro, dado o lucro médio, a taxa do lucro de empresário é determinada não pelo salário, mas pela taxa de juro, variando na razão inversa desta.
Segundo, o capitalista ativo deriva o direito ao lucro de empresário e, portanto, o próprio lucro de empresário, não de sua propriedade sobre o capital, mas da função do capital oposta à destinação em que existe como propriedade inerte (MARX, 2008, p. 503).

Evidentemente, sabemos que essas afirmações não podem ser descontextualizadas e que a possível autonomia da taxa de juro não é absoluta, apenas relativa, ocorrendo, portanto, na dimensão da aparência. De todas as formas, ela é um dos elementos sobre os quais se assenta a “autonomia relativa” do capital a juros, e principalmente do capital fictício, sobre as outras formas funcionais autonomizadas, tais como o capital produtivo e o capital comercial.

Essa autonomia relativa da forma funcional autonomizada do capital a juros e as formas de capital derivadas dele, tais como o capital fictício e o capital especulativo

³⁰ “Sob o aspecto *quantitativo*, o juro é mais-valia, proporcionada pela nua propriedade do capital, pelo capital em si, embora o proprietário esteja fora do processo de reprodução; é mais-valia que o capital rende, dissociado de seu processo” (MARX, 2008, p. 500).

parasitário, encontram-se na base do que, para nós, fundamenta a atual fase do capitalismo, qual seja, a especulação financeira. Mas este tema será melhor trabalhado no próximo capítulo. Feito este exame que converge para a afirmativa de que vivemos na atualidade em uma nova fase dentro do capitalismo, devemos agora voltar à nossa hipótese. As transformações em curso na acumulação capitalista provocaram uma ruptura de tal ordem que podemos falar em uma “época de revolução social”? Como nos indica Marx, no *Prefácio* de 1959, quando aponta o movimento pelo qual os modos de produção se sucedem no capitalismo? Estas serão as questões que serão observadas a partir de agora.

4. Conclusão: estamos em vias de uma transição para uma fase posterior ao capitalismo?

De acordo com o famoso *Prefácio à Crítica da Economia Política*, a crise de um modo de produção pode ser encontrada quando as relações sociais de produção entram em contradição com as próprias forças produtivas dessa sociedade. Assim,

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura (MARX, 2008, 47-48).

Mas, esse quadro apresentado por Marx e que serve para embasar as análises políticas das grandes revoluções deve ser completado pela advertência que é feita logo em seguida. A advertência de que:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, 48).

Este parece ser o momento que estamos vivendo. O de colocar um “novo problema”, mas também de entender se estamos ou não, de fato, diante da crise de um modo de produção. Por outro lado, é inegável que se trata, também, da permanência das velhas estruturas econômicas. Estaríamos assim, diante de um novo quadro – que não necessariamente se trata

do quadro de uma transição para outro modo de produção –, em que as velhas relações sociais de produção estão em mudança para se adequar às novas estruturas econômicas.

Acreditamos que o atual momento do capitalismo é caracterizado por uma nova fase, ainda que nem todos acreditem nisso. Existem alguns, porém, que vão mais longe, acreditando que vivemos em um período que abre possibilidades para a transição para um “novo sistema” ou para outro modo de produção. Wallerstein (2003, p. 91), por exemplo, acredita que “as camadas capitalistas”: “[...] tentarão erigir um novo sistema, de tipo desconhecido, capaz de perpetuar os privilégios atuais. Esse sistema não será mais capitalista, mas conservará suas características hierárquicas e desiguais”.

Marx, neste *Prefácio*, nos indica que a dinâmica do desenvolvimento das relações sociais de produção é mais lenta que as forças produtivas. As relações sociais de produção, “De formas evolutivas das forças produtivas que eram, [...] convertem-se em entraves” (MARX, 2008, p. 47). E, por oposição, tendo as forças produtivas um desenvolvimento mais dinâmico condicionado ao mesmo tempo, pela necessidade de acumulação do capital, e pela transformação veloz da técnica e da tecnologia, acelera a contradição do lento desenvolvimento das relações sociais de produção. Assim: “A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p. 47-48). É nesse sentido que se abre “uma época de revolução social”. Assim,

Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (MARX, 2008, p. 48).

A transformação “mais ou menos lenta ou rapidamente” de “toda a colossal superestrutura” é um dos pontos ainda em aberto da presente questão: vivemos ou não em uma nova fase do capitalismo?

O problema colocado não tem um aspecto apenas temporal, mas sim, é uma questão a ser discutida dentro da organização das bases estruturais sobre as quais se assenta a sociedade capitalista na atualidade. Quais os principais traços dessa sociedade? Quais as esferas privilegiadas de valorização do capital no atual momento?³¹ Inúmeros são os trabalhos que

³¹ Questões que, como mencionamos na Introdução, serão abordadas no segundo capítulo da dissertação.

tratam do momento atual como um período de crise estrutural do capitalismo³². Mas, poucos têm conseguido demonstrar com clareza para onde nos levará essa crise.

Amin (2002, p. 79) também acredita se tratar de uma nova fase do capitalismo. Mas a característica principal dessa fase é a que é dada por um desenvolvimento desigual entre o que chama de “dimensão criadora” das forças produtivas do capitalismo e sua dimensão destrutiva. Neste caso, estaríamos vivendo uma fase “senil” que é marcada pela superação sem tamanho da dimensão destrutiva em detrimento da dimensão construtiva do capitalismo³³. Vejamos:

As condições para que um outro modo de organização da produção suceda ao capitalismo estão doravante em vias de serem realmente reunidas. O capitalismo está objetivamente caduco. Mas ele permanece e afirma mais que nunca a pretensão do capital de dominar o trabalho. No mundo do capitalismo real, o trabalho não pode ser acionado por si mesmo, ele é acionado pelo capital que o domina na medida em que encontra aí a sua conta, quer dizer, na medida em que o “investimento” é rentável. Ora, este funcionamento, excluindo da ocupação uma proporção crescente de trabalhadores potenciais (e, por isso, privando-os de qualquer rendimento) condena o sistema produtivo a contrair-se, não necessariamente em termos absolutos, pelo menos só permite desenvolver-se a um ritmo de crescimento muito inferior àquele que a revolução tecnológica permitiria sem ela (AMIN, 2002, p. 82-83).

Nesse sentido, o que Amin (2002, p. 82) chama como as “revoluções tecnológicas” anteriores era marcado pela substituição crescente na utilização do “trabalho direto” pelo “indireto” (que era incorporado nos equipamentos).

As revoluções tecnológicas precedentes na história do capitalismo (a tecelagem e a máquina a vapor, o aço e a ferrovia, o complexo eletricidade-petróleo-automóvel-avião) todas se caracterizavam pela exigência de investimentos maciços à montante da cadeia de produção. Eram inovações que poupavam o trabalho direto ao preço de uma utilização maior de trabalho indireto, incorporado nos equipamentos.

Mas, e no atual curso do desenvolvimento do capitalismo? O que marca a nova revolução tecnológica? “O que significa este caráter específico – e novo – da revolução tecnológica em curso? Ele é portador do que potencialmente (quer dizer, independentemente das relações sociais próprias ao capitalismo) e realmente (quer dizer, no quadro dessas relações” (AMIN, 2002, p. 82). Ou, podemos até mencionar, em outras palavras, qual é o elo

³² Não é possível mencionar todos os trabalhos que tratam da existência de uma crise estrutural que se abre com as crises da década de 1970. Mas, elencamos entre alguns os mais emblemáticos: Harvey (1996), Amin (2002), Beinstein (2001), Chesnais (1996; 1998a, 1998b), Duménil e Lévy (2003a; 2003b).

³³ “Ora, a senilidade em questão não é a antecâmara da morte cuja hora se possa aguardar tranquilamente. Ao contrário, ela se manifesta por uma retomada da violência pela qual o sistema procurará se perpetuar custe o que custar, mesmo ao preço de impor uma barbárie extrema à humanidade” (AMIN, 2002, P. 81).

que liga essencialmente as transformações em curso a suas características históricas (e transitórias), mas internas ao modo de produção do capitalismo?

O potencial e o real entrem em conflito aqui. A revolução tecnológica significa que se pode produzir mais riqueza com menos trabalho, sem a exigência de que este resultado só possa ser obtido sob a condição de conceder ao capital seu poder sobre o trabalho, que ele conserve o poder que tinha até o momento (AMIN, 2002, p. 82).

É assim que Amin (2002, p. 82) nos indica que as “[...] condições para que um outro modo de organização da produção suceda ao capitalismo estão doravante em vias de serem realmente reunidas”, e que o “[...] capitalismo está objetivamente caduco”.

Contudo, quando voltamos ao *Prefácio* de Marx, abre-se, novamente a pergunta: estamos em vias da transição para um outro modo de produção? Será que o elo que liga as atuais transformações em curso, o da essência da dinâmica capitalista da reprodução social às formas históricas (e transitórias), pode ser remetido, justamente, à contradição apontada por Marx no mencionado *Prefácio*: o do desenvolvimento desigual entre as “forças materiais” e o das “formas ideológicas” que abrem um período de revolução social? Parece que seguimos nesse caminho, mas, ainda que possamos falar de um “capitalismo caduco” ou “senil” nos termos de Amin (2002), talvez tenhamos de dimensionar o nível das transformações em curso.

No momento atual, vimos que uma série de transformações tem alterado o ritmo do desenvolvimento das forças produtivas. Poucos afirmam, como Wallerstein (2003), que o traço mais marcante do momento atual seja o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas. Como demonstrado na primeira parte do capítulo, parte dos indicadores econômicos mostra que está ocorrendo uma “contração” relativa das forças produtivas³⁴.

Em contrapartida, essas quedas são compensadas, para o conjunto dos grandes capitais, pelo surgimento de uma gigantesca esfera de capitais que, nos termos de Chesnais (1998b), é caracterizada como “bolha financeira”³⁵.

³⁴ Isso foi demonstrado através da redução nas taxas de lucro que, entre 1973 e 1982, nos EUA, cai de 18,8% para 4,2%, no Japão de 35,0% para 14,3%, na Alemanha de 14,1% para 8,1% e na Inglaterra de 6,6% para 0,6% (COGGIOLA; MARTINS, 2006, p. 62). Atrelado à redução na queda das taxas de lucro, ocorre também uma queda no PIB mundial. Entre 1970 e 1979 a média de crescimento mundial do PIB era de 4,5% caindo para 2,9% entre 1990 e 1999 (BEINSTEIN, 2001, p. 104). Queda que é maior quando se considera apenas os países do G7: entre 1961 e 2000 o PIB destes países cai de 5,9% para apenas 1% (BEINSTEIN, 2001, p. 106).

³⁵ Como vimos, no início da década de 1970, as transações cambiais atingiam 20 bilhões de dólares diários. Já em 1995 essas transações chegam a 1,3 trilhão por dia, superando 2 trilhões diários em 1998! (BEINSTEIN, 2001, p. 122). Não sendo possível dimensionar o tamanho exato dessa “bolha”, pode-se destacar o gigantesco crescimento dessa esfera financeira no período caracterizado por nós como o da “financeirização”: em 1995, a soma dos PIBs das principais economias (EUA, Japão e Europa) chegava a 20,81 trilhões de dólares. Já a soma do mercado de ações, dos títulos da dívida pública e da dívida privada (desses estados) chegava a 39,36 trilhões (BEINSTEIN, 2001, p. 123). Mas, como veremos a seguir, esse descompasso entre o que estamos caracterizando como “esfera financeira” e o restante do ciclo global de reprodução do capital, não parou de crescer desde então.

Assim, podemos afirmar que as análises de Amin (2002) e Beinstein (2001) têm ganhado cada vez mais adeptos. Significa que vivemos em um capitalismo cada vez mais ditado pelo ritmo impresso pelo desenvolvimento da esfera financeira em detrimento do crescimento das forças produtivas materiais. Isso significa que estamos em face de um capitalismo senil. E que as relações sociais de produção têm de se readaptar a esse ritmo.

Quando refazemos a pergunta: estamos em via da transição para outro modo de produção? A resposta é que, pelo que nos mostram os autores trabalhados na primeira parte do capítulo e como indicam alguns dos dados apresentados, as condições para a superação do capitalismo estão mais que dadas. Resta agora que elas estejam em contradição com as relações sociais de produção. Sabemos, como nos indica o *Prefácio* de Marx, que essas relações têm um ritmo mais lento. Mas, como vivemos em uma época de relativa lentidão nas forças produtivas materiais, a contradição é transferida, na atualidade, para a produção de riqueza, de um lado, e para apropriação dessa riqueza produzida, de outro.

Nesse sentido é que podemos afirmar, como faz Amin (2002), de que, ainda que as condições para a transição a outro modo de produção já estejam reunidas, ainda resta que essas contradições sejam superadas por novas relações sociais de produção. Como não é o objetivo central desta dissertação fazer uma discussão acerca dos elementos presentes nas relações sociais de produção, resta, agora, analisarmos o relacionamento que mantém a esfera financeira com as esferas produtivas e comerciais de capitais.

Como se dá o relacionamento entre a esfera financeira e o ciclo global de reprodução do capital? Como Marx trata das formas de capital que vão ganhando autonomia em relação ao capital industrial? Podemos, de fato, falar de uma autonomia da esfera financeira? Exista separação entre os capitais que se valorizam na esfera financeira e os que se valorizam no conjunto do ciclo global da reprodução capitalista? Ou, ao contrário, a valorização financeira é apenas um “reflexo” da valorização produtiva? Como se dá a determinação das taxas de juros? Qual é a ideia de capital fictício para Marx e como podemos interpretá-la na atualidade? Essas são as questões que buscaremos responder a partir de agora.

Capítulo 2. Investigando a esfera financeira

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é compreender qual é a natureza da esfera financeira. Para isso, investigaremos o que Marx expõe, n' *O Capital*, a respeito da autonomização das formas funcionais do capital. Isso será feito com base no estudo, em especial, do livro III de sua obra máxima. Ali, investigaremos como Marx demonstra que, com o desenvolvimento das forças produtivas sob o modo capitalista de produção desenvolve-se, concomitantemente, o capital a juros e as formas cada vez mais fictícias de valorização do capital que ganham, a nosso ver, proeminência na atualidade. Mas, para atingir o objetivo proposto, teremos de investigar, também, como se dá o relacionamento desta esfera financeira com as outras esferas de capitais, elemento fundamental para a compreensão de qual é a natureza da esfera financeira.

Antes, porém, faremos uma rápida introdução metodológica do caminho que Marx traçará para a exposição dos três livros que constituem *O Capital*. Alguns autores³⁶ parecem desconsiderar que a teoria, para Marx visa alcançar a essência dos objetos pesquisados, por meio da análise sistemática dos elementos aparentiais que esse objeto oferece. Nesse sentido, desconsidera-se que o ciclo global de reprodução do capital é uma unidade contraditória em que um mesmo capital tem de atravessar várias fases. Mas esse trajeto ainda não está explícito no primeiro livro d' *O Capital*, no qual temos ali um capitalismo “abstrato” no qual um mesmo capital “em geral” realiza todas as funções.

Será apenas no livro II que Marx indicará que o processo “cíclico do capital realiza-se em *três estádios*” (MARX, 2011, 39). Vejamos.

Primeiro. – O capitalista aparece como comprador no mercado de mercadorias e no mercado de trabalho; seu dinheiro converte-se em mercadoria ou efetua o ato da circulação D-M.

Segundo. – Consumo produtivo das mercadorias compradas pelo capitalista, que funciona como produtor capitalista de mercadorias. Seu capital percorre o processo de produção. Resultado: mercadoria cujo valor supera o dos elementos que concorrem para sua produção.

Terceiro. – O capitalista volta ao mercado como vendedor; sua mercadoria converte-se em dinheiro, isto é, efetua o ato de circulação M-D.

³⁶ Como veremos no próximo capítulo da dissertação, algumas das críticas às teorias da financeirização parecem interpretar *O Capital* como um todo linear em que Marx vai apresentando o processo de desenvolvimento do capitalismo como se seguisse em uma linha evolutiva, das formas mais puras da acumulação capitalista até as mais desenvolvidas e abstratas formas de valorização de capital apresentadas no livro III. Cf. Cipolla e Pinto (2010); Katz (2011).

Assim, o “processo cíclico” ou “ciclo global” de reprodução do capital engloba as várias funções que um mesmo capital atravessa no processo de valorização e que, como veremos mais à frente, se constitui em uma unidade contraditória.

No livro I essas funções são realizadas pelo que Marx denomina como *capital industrial*, que se caracteriza, em suma, como um “capital em geral”, abstrato, sem se levar em consideração, até ali, as dimensões aparentiais de como ele se apresenta e se reproduz na realidade concreta, entre os “vários capitais” interagindo e concorrendo entre si para aumentar seus ganhos.

Até ali Marx está trabalhando na esfera da *essência*³⁷. Será apenas no livro III que Marx retornará à *aparência* da sociedade, mas como resultado da análise das categorias trabalhadas no livro I, no qual um mesmo capital realiza todas as funções necessárias à reprodução capitalista. Vejamos o que Marx diz no livro III:

No Livro Primeiro, investigamos os fenômenos do *processo de produção* capitalista considerado apenas como processo imediato de produção, quando abstraímos de todos os efeitos induzidos por circunstâncias a ele estranhas. Mas o processo imediato de produção não abrange a vida toda do capital. Completa-o o *processo de circulação*, que constitui o objeto de estudo do Livro Segundo. Aí – sobretudo na Parte Terceira, em que estudamos o processo de circulação enquanto agente mediador do processo social de reprodução – evidenciou-se que o processo de produção capitalista, observado na totalidade, é unidade constituída por processo de produção e processo de circulação. O que nos cabe neste Livro Terceiro não é desenvolver considerações gerais sobre essa unidade, mas descobrir e descrever as formas concretas oriundas do *processo de movimento do capital, considerando-se esse processo como um todo*. Em seu movimento real, os capitais se enfrentam nessas formas concretas; em relação a elas, as figuras do capital no processo imediato de produção e no processo de circulação não passam de fases ou estados particulares. Assim, as configurações do capital desenvolvidas neste livro abeiram-se gradualmente da forma em que aparecem na superfície da sociedade, na interação dos diversos capitais, na concorrência e ainda na consciência normal dos próprios agentes da produção (MARX, 2008, p. 41).

É nesse sentido que Marx tratará da especialização do capital como *autonomização das formas funcionais* como elas “[...] aparecem na superfície da sociedade, na interação dos diversos capitais”. Se antes, no livro I, nos é apresentado um sistema em que um mesmo

³⁷ “Para Marx, como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial” (NETTO, 2011, p. 22). Assim, no percurso metodológico traçado n’*O Capital*, Marx, partindo da análise das determinações aparentiais da sociedade burguesa, chega às categorias, leis e tendências do desenvolvimento dessa sociedade alcançando, assim, a dimensão da essência. E isso é feito ainda no livro I. Já no livro III Marx opera um retorno à aparência com os elementos (categorias, leis e tendências históricas) da essência desenvolvidos no livro I. Vale sempre frisar que o método de pesquisa marxista “[...] visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou” (NETTO, 2011, p. 22).

capital “em geral” executa todas as funções, agora, no livro III, quando Marx retorna às determinações aparentiais da sociedade capitalista, é necessário aproximar suas análises da forma mais próxima como ela se apresenta na realidade, “[...] mas não como resultado de uma descrição pura e simples, não como produto de uma análise superficial. Trata-se de chegar a ela por meio das categorias da essência do sistema que foram estudadas especialmente no primeiro livro d’*O Capital*” (CARCANHOLO, 2013, p. 12).

Dessa forma, neste capítulo da dissertação, iremos acompanhar o caminho exposto por Marx no livro III no qual será analisado o processo de autonomização das formas funcionais do capital. Assim, a forma funcional ainda não autonomizada caracterizada como *capital-mercadoria*, neste livro III, quando autonomizada, chamar-se-á de *capital comercial*.³⁸ A forma funcional conhecida como *capital monetário* (ou simplesmente *capital-dinheiro*), quando autonomizada chamar-se-á *capital portador de juros* (ou, simplesmente, capital a juros).

Neste sentido, iremos abordar dois aspectos da autonomização das formas funcionais do capital. Primeiro, como se relaciona a forma funcional do capital conhecida como capital a juros – e as formas derivadas do capital a juros, tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário –, com as outras formas de capital: capital comercial e capital produtivo. Em seguida, como se relaciona a forma funcional autonomizada do capital conhecida como capital de comércio de dinheiro e como dela também emergem o capital fictício através do sistema de crédito e do sistema bancário³⁹.

Como partimos do pressuposto, expresso na “Introdução” e no “Primeiro capítulo” desta dissertação, de que vivemos em um período em que a esfera financeira ganha autonomia em relação às outras formas funcionais do ciclo global do capital, acreditamos, desta forma, que agora é o momento de compreendermos melhor no que consiste o que, até aqui, estamos caracterizando como “esfera financeira”. Assim, nossa hipótese, para este capítulo, é a seguinte: na atualidade, a maior parte dos capitais que se valorizam na esfera financeira (e que

³⁸ Que, com o desenvolvimento da produção capitalista e com a especialização produtiva, irá se autonomizar em “capital de comércio de mercadorias” e “capital de comércio de dinheiro”.

³⁹ Devemos notar, ainda, que Marx compreenda que no processo de especialização produtiva as formas funcionais do capital vão se autonomizar, isso não significa uma completa separação entre cada uma das formas funcionais. Significa que, no processo de expansão do valor, e no movimento da realidade concreta da sociedade, as empresas vão se especializar em ramos e setores cada vez mais específicos sem, contudo, desaparecer a interação e combinação entre elas. E, no plano abstrato, cada uma das formas funcionais autonomizadas, representa uma fase do ciclo de valorização do capital. Vejamos: “Apesar de Marx ter apresentado as formas funcionais do capital industrial de maneira “separada” em três etapas, elas representam em conjunto o ciclo de valorização do capital. A produção capitalista exige uma constante alternância entre as fases de produção e de circulação, formando uma unidade que começa e recomeça de maneira se não desorganizada ao menos caótica” (SABADINI, 2009b, p. 11).

corroboram para o que estamos caracterizando como financeirização) está fundada não no capital a juros, mas sim, na base da especulação, fundada, sobretudo, no incremento do capital fictício e do capital especulativo parasitário.

Mas isso só pode ser feito, a nosso ver, quando compreendermos, conseqüentemente, como se estabelece o relacionamento entre essa esfera financeira e o ciclo global do capital. Qual é a base do que estamos denominando por financeirização? Quais as formas de capital que sustentam o incremento desenfreado da esfera financeira? Como é definida a taxa de juros? Como opera o crédito bancário? Como se forma o capital bancário e como ele se reproduz? Qual é a base da composição do capital bancário? E, acima disso, qual é o relacionamento que esta esfera financeira mantém com o conjunto do ciclo global de reprodução do capital? Estas serão as questões que tentaremos responder neste capítulo.

2. A financeirização e sua relação dialética com a esfera produtiva

O desenvolvimento das forças produtivas condiciona a divisão social do trabalho e aumenta a especialização e a divisão do trabalho, tanto *entre* as classes sociais, quanto no *interior* delas. Assim, no livro III d' *O Capital*, ao tratar do capital de comércio de dinheiro, forma do capital comercial autonomizado deste, Marx refere-se à divisão social das funções entre a classe burguesa. Vejamos:

A divisão do trabalho faz que [...] operações técnicas, condicionadas pelas funções do capital, sejam tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas como funções exclusivas, ficando concentradas em suas mãos. Há aí divisão do trabalho em duplo sentido, como acontece com o capital mercantil. Aquelas funções se tornam negócio especializado, e porque se efetuam como negócio especializado concernente ao mecanismo financeiro de toda a classe, concentram-se, são exercidas em grande escala; ocorre nova divisão de trabalho nesse negócio especializado, por se repartir em diversos ramos independentes entre si e por se aperfeiçoarem as condições de trabalho desses ramos (grandes escritórios, numerosos contadores e caixas, adiantada divisão de trabalho). Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, escrituração de contas-correntes, guarda do dinheiro etc., todas essas operações técnicas, separadas dos atos que as tornam necessárias, transformam em capital financeiro [*sic*] o capital nelas adiantado (MARX, 2008, p. 423, grifo nosso).

E continua:

As diferentes operações que, ao se tornarem autônomas convertidas em negócios especiais, dão origem ao comércio de dinheiro resultam das diversas destinações do próprio dinheiro e de suas funções, que também o capital na forma de capital-dinheiro tem de exercer (MARX, 2008, p. 423).

Neste sentido, entendemos que o ciclo de rotação do capital é uma unidade contraditória que atravessa várias fases, nas quais um mesmo capital aparece sob várias *formas*. Mas que, com a divisão social das funções da reprodução capitalista e com o desenvolvimento das forças produtivas que a condiciona, as várias formas sob as quais o capital se apresenta vão se autonomizar, ainda que mantenham estreitas relações de submissão e dominância entre si⁴⁰.

Assim, a crescente autonomização financeira aprofunda e intensifica a exploração da força de trabalho, necessária inclusive para remunerar as frações da burguesia ligadas às finanças. Por suas contradições internas, a sobrevivência do capitalismo só é possível pelo aumento da precarização e intensificação do trabalho. Aqui reside a necessária compreensão dialética das fases funcionais do ciclo global.

E, se aprofundarmos a análise, notamos que ainda que se tornem “formas funcionais autônomas”, permanece o “entrelaçamento” entre elas, dado que uma única empresa pode *não* cumprir funções específicas de *apenas* uma das formas funcionais do capital. Vejamos:

Assim, o *capital industrial*, entendido como síntese global e abstrata da circulação de três formas autônomas de capital (o *capital a juros*, o capital produtivo e o *capital comercial*), é o mesmo conceito de capital, mas em um nível mais concreto de análise. Mesmo assim o conceito de *capital industrial* não é capaz de dar conta de toda a complexidade da realidade concreta. Uma unidade de capital (sob o controle de um único empresário ou de uma única empresa) não cumpre exclusivamente a função autonomizada de *capital produtivo*, ou somente a de *capital comercial*, ou ainda a de *capital a juros*. É provável que cumpra diferentes funções e não necessariamente de um único *capital industrial*. Assim, a operação de um capital individual só pode ser entendida como realizando parcial ou totalmente diversas funções e funcionando como entrelaçamento da circulação de mais de um *capital industrial*. Dessa maneira, estaremos muito mais próximos da complexidade do real (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 292, grifo dos autores).

É nesse âmbito, marcado pela autonomização, ainda que relativa, do capital a juros, atrelado à sua atual dominância sobre as outras formas de capital, que devemos compreender as outras formas de capital derivadas do capital a juros e que Marx já havia dado indicações n’*O Capital*.

⁴⁰ De acordo com Carcanholo e Nakatani (1999), existiria certa confusão entre o conceito de *capital industrial* e o de *capital produtivo*. Esse seria uma forma funcional autonomizada daquele. Vejamos: “Num primeiro momento o conceito [*de capital industrial*] é tratado como se todas as funções fossem cumpridas pelo mesmo empresário. Assim o conceito de *capital* se confunde com o de *capital industrial*. Em seguida, Marx explicita que as diversas formas funcionais se *autonomizam* devido à divisão social das tarefas entre os capitalistas. As funções do capital-dinheiro, do capital-produtivo e capital-mercadoria podem ficar entregues, cada uma delas, a empresas especializadas. Quando uma forma funcional do *capital industrial* se autonomiza, ela se converte de forma funcional em capital autônomo. Assim o capital-mercadoria converte-se em *capital comercial*; o capital-dinheiro em *capital a juros*; e o capital-produtivo em capital produtivo” (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999, p. 291-292).

Saltemos agora ao percurso traçado por Marx, neste livro III, para a compreensão de como se dá a autonomização do capital-dinheiro até o desenvolvimento do capital a juros, da formação da taxa de juros, dos mecanismos pelos quais opera o sistema de crédito e da composição do capital bancário para, em seguida, ilustrar o que compreendemos por esfera financeira, que a nosso ver, funda-se, predominantemente, nas formas de capital derivadas do capital a juros, tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário.

3. Do capital monetário (ou capital-dinheiro)⁴¹ ao capital a juros

Primeiramente, Marx, no livro III d’*O Capital*, tratará das várias formas de valorização do capital sob a forma do dinheiro e das formas derivadas dele: capital a juros e capital fictício. Neste percurso, a quinta parte deste livro III, em que trata da divisão do lucro entre *juro e ganho do empresário* e da *composição do capital bancário* merecem especial atenção para o aprofundamento do debate em torno da financeirização atual.

Inicialmente, ainda no capítulo 21, o primeiro capítulo desta quinta parte⁴² do livro III d’*O Capital*, Marx considera o dinheiro da seguinte maneira:

Dinheiro – considerado aqui expressão autônoma de certa soma de valor, exista ela em dinheiro ou em mercadorias – pode na produção capitalista transformar-se em capital, quando esse valor determinado se transforma em valor que acresce, que se expande. É dinheiro produzindo lucro, isto é, capacitando o capitalista a extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não-pago – produto excedente e mais-valia – e dela apropriar-se (MARX, 2008, p. 453).

Assim o dinheiro,

Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar. Vale dizer – o capital como capital se torna mercadoria (MARX, 2008, p. 454).

Dinheiro como capital com a propriedade de gerar valor, de proporcionar juros (quando se autonomiza e atinge a forma de capital a juros)⁴³. E o valor, na forma do dinheiro, perde todas as diferenças como valores-de-uso. O dinheiro é o capital como um “valor-de-troca autônomo”.

Dinheiro é exatamente a forma em que se dissolvem as diferenças das mercadorias como valores-de-uso, e, por conseguinte, as diferenças entre os

⁴¹ Na edição que estamos utilizando (MARX, 2008) o termo grafado é “capital-dinheiro”. Já na edição da editora Abril Cultural, o termo é “capital monetário” (MARX, 1984), que julgamos mais preciso.

⁴² O nome desta parte d’*O Capital*, na edição utilizada (Marx 2008), recebe o nome de “*Divisão do lucro em juro e lucro do empresário. O capital produtor de juros*”.

⁴³ “Torna-se assim propriedade do dinheiro gerar valor, proporcionar juros, do mesmo modo que dar peras é propriedade de uma pereira. E como tal coisa que dá juros, o prestamista vende seu dinheiro. E mais. Conforme vimos, o capital que efetivamente funciona apresenta-se rendendo juros não como capital operante, mas como capital em si, capital-dinheiro” (MARX, 2008, p. 520).

capitais industriais consistentes nessas mercadorias e nas condições de produção delas; é a forma do valor – e aqui o capital – existe como valor-de-troca autônomo. *No processo de reprodução do capital, a forma dinheiro é efêmera, simples elemento transitório. Ao revés, no mercado de dinheiro, o capital existe sempre nessa forma* (MARX, 2008, p. 521, grifo nosso).

Em seguida, Marx se referirá a dois tipos de capitalistas: o capitalista “em ação” ligado, predominantemente,⁴⁴ à esfera produtiva e o capitalista “proprietário” que mantém suas atividades ligadas, fundamentalmente, à valorização do dinheiro, proprietário desta forma de capital, extraindo seu lucro como juros. Mais à frente, quando tratará do capital a juros, isso aparece em inúmeras passagens como essa: “O capital produtor de juros é o *capital-propriedade* em face do *capital-função* [*considerado como o capitalista produtivo*]” (MARX, 2008, p. 503, grifo nosso).

Assim, os juros se apresentam como parte do lucro bruto, ou como parte da mais-valia, como Marx, recorrentemente, tratará nos capítulos em questão.

A parte do lucro paga ao cedente [*de dinheiro*] chama-se de juro, que nada mais é que nome, designação especial da parte do lucro, a qual o capitalista em ação, em vez de embolsar, entrega ao dono do capital (MARX, 2008, p. 454).

Assim também começa a se autonomizar uma das formas funcionais do capital conhecida como capital-dinheiro (ou capital de comércio de dinheiro). Nela, o capital é capital, fundamentalmente, no processo de circulação: no ato de lançar um montante de dinheiro (como capital) no processo de circulação e retirá-lo, depois de certo tempo, com o acréscimo dos juros.

No processo real de circulação, o capital se revela apenas mercadoria ou dinheiro, e uma série de compras e vendas constitui seu movimento. Em suma, o processo de circulação se reduz à metamorfose da mercadoria. A coisa é diferente quando consideramos a totalidade do processo de reprodução. Se o ponto de partida é o dinheiro, desembolsaremos uma soma de dinheiro que retornará com acréscimo após determinado período. Essa quantia adiantada é repostada e retorna acrescida de mais-valia (MARX, 2008, p. 460).

Dessa forma,

No movimento real, o capital é capital não no processo de circulação, mas no processo de produção, o da exploração da força de trabalho.

⁴⁴ “Predominantemente”, pois acreditamos como vimos acima e concordando com Marx, que não existe uma fração de capitalistas ligados *exclusivamente* apenas à esfera produtiva ou comercial. Existem empresas predominantemente industriais, mas com estreitas ligações na esfera financeira e vice-versa. E esse fenômeno é apontado em alguns dos trabalhos utilizados nesta dissertação (CHESNAIS, 1998a, 1998b, 2010; LAPAVITSAS, 2009; BEISNTEIN, 2001). E, como neste terceiro livro d’*O Capital* o esforço de Marx é o retorno à realidade, sua análise prende-se o mais próximo possível, das determinações reais, mas agora, com as categorias elaboradas na esfera da essência, tratadas no livro I. Como vimos: Cf. Carcanholo (2013, p. 12-15).

A coisa é diferente com o capital produtor de juros, que justamente marca seu caráter específico. O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria *capital*; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e *a priori* para o cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia (MARX, 2008, p. 459).

Nesse sentido, na totalidade do processo de reprodução do capital, o capital a juros diferencia-se essencialmente do capital produtivo produtor de mais-valia, forma pura da produção capitalista: trata-se agora de “dinheiro que gera dinheiro”, sem se ligar diretamente ao processo mediador de exploração do trabalho da perspectiva do prestamista de capital.

Trata-se agora de adiantamento de capital. A relação do capital consigo mesmo, na qual se representa – quando consideramos o processo capitalista de produção em sua totalidade e unidade – e na qual é dinheiro que gera dinheiro, a ele passa a incorporar-se agora pura e simplesmente, sem o movimento mediador, como característica e vocação próprias. E é nessa qualidade que é alienado, quando emprestado como capital-dinheiro (MARX, 2008, p. 460).

Deve-se deixar claro, contudo, que o acréscimo de valor não advém das trocas, ou da circulação, em si, do capital, mas sim do processo de produção⁴⁵.

Tratando-se de troca, isto é, verificando-se troca de coisas, não há variação de valor. O valor que o mesmo capitalista tem em mãos não varia. Mas não é na troca que o capitalista produz mais-valia, e quando há troca, a mais-valia já está inserida nas mercadorias. Quando, em vez dos atos isolados de troca, consideramos a totalidade do ciclo do capital, D-M-D’, verificamos sempre que determinada soma de dinheiro é adiantada e depois retirada da circulação, acrescida da mais-valia ou lucro. Por certo, a mediação desse processo não se revela nos puros atos de troca. E é justamente esse processo de D como capital que é a base e a origem do juro que o capitalista-financeiro⁴⁶ recebe em seus empréstimos (MARX, 2008, p. 461).

Resta agora, compreender como se relaciona o capital a juros com o capital produtivo. Um dos aspectos centrais do relacionamento da esfera financeira com o ciclo global de

⁴⁵ Deve-se lembrar, contudo, que: “O capital em sua marcha completa é unidade do processo de produção e do de circulação, proporcionando por isso determinada mais-valia em período dado. Na forma do capital produtor de juros, esse resultado aparece diretamente, sem a intervenção dos processos de produção e de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo” (MARX, 2008, p. 520). E esse é um dos elementos pelos quais podemos afirmar que o ciclo global de reprodução do capital é uma unidade contraditória que liga produção e circulação e na qual um mesmo capital aparece sob várias formas em diferentes momentos.

⁴⁶ Na edição da editora Abril Cultural (MARX, 1984) o termo “capitalista financeiro” é alterado para “capitalista monetário” que também julgamos mais adequado para a descrição do que Marx está propondo.

reprodução do capital é a determinação da taxa de juros. Vimos que o juro é parcela da mais-valia que o capitalista produtivo “em função” paga ao capitalista “proprietário” do dinheiro pelo fato de este emprestar seu capital àquele. Devemos agora compreender como se dá a relação entre ambos. Qual a fração de capital detém mais força? Ou, na interação entre ambas as esferas do capital, é o juro que determina o lucro do capitalista produtivo (ou ganho do empresário) ou ocorre o contrário: o lucro do empresário que determina os juros?

4. Relação entre a taxa de lucros e o lucro do empresário

4.1. Primeiro momento: a taxa de lucro determina a taxa de juros

Primeiramente, cabe distinguir quais são as forças que atuam sobre a determinação da taxa de juros e sobre a taxa de lucro. Qual é a determinante principal? A taxa de juros é, de fato, determinada pela taxa de lucro, como sugerem alguns trabalhos como, por exemplo, o de Cipolla e Pinto (2010)?⁴⁷

Ao final do capítulo 21, e por todo o capítulo 22 e 23, Marx traça um movimento que vai da determinação da taxa de lucro sobre a de juros, até se tornar o inverso: é o juro que determina o lucro. E isso ocorre, pois Marx percebe, já em sua época, um movimento cada vez maior de autonomização das formas de valorização derivadas do capital a juros. Movimento esse que nós chamamos de financeirização, concordando com Lapavitsas (2009).

Neste primeiro movimento, apresentado ainda no capítulo 21, é a taxa de lucro que determina a taxa de juros. Primeiramente, a oferta e a procura são forças que ajudam a determinar o preço das mercadorias. E deve-se frisar que o preço das mercadorias pode oscilar em relação ao preço de produção quando a oferta é maior que a procura ou quando ocorre o inverso. Quando oferta e procura coincidem, o preço de produção e o preço das mercadorias tendem a ser correspondentes. Mas isso em nada altera a magnitude do valor das mercadorias que é dada pela quantidade de trabalho socialmente necessária para se produzir determinada mercadoria⁴⁸. Vejamos:

[...] o capital se apresenta como mercadoria na medida em que a repartição do lucro em juro e lucro propriamente dito é regulada pela oferta e procura, pela concorrência portanto, como os preços de mercado das mercadorias. [...] Se a oferta e a procura coincidem, o preço de mercado da mercadoria corresponde ao preço de produção, isto é, o preço se patenteia então regulado pelas leis internas da produção capitalista, sem depender da concorrência, pois as oscilações da oferta e da procura apenas explicam os desvios que os preços de mercado têm dos preços de produção – desvios que

⁴⁷ Trabalhos que serão analisados no próximo capítulo da dissertação.

⁴⁸ Ainda que o preço das mercadorias também tenha uma correspondência direta no valor das mercadorias, pode ocorrer, no máximo, transferência de valor de uma unidade produtiva para outra quando existe diferenciação entre preço e valor, fenômeno que ocorre normalmente nas trocas comerciais reais. Cf. Carcanholo (2011).

se compensam reciprocamente, de modo que em períodos mais longos os preços médios de mercado se igualam aos preços de produção. Essas duas forças (oferta e procura), quando coincidem, cessam de atuar, anulam-se mutuamente [...] (MARX, 2008, p. 472-473).

Mas, a influência que oferta e procura exercem sobre a determinação dos preços é diferente da influência que exercem sobre a determinação dos juros do “capital-dinheiro”. E isso ficará claro mais à frente. Por ora, mesmo que os juros se apresentem como o preço que determinada soma de dinheiro custa ao “capitalista ativo”⁴⁹ (produtor de mercadorias e que extrai mais-valia do trabalho), os juros *não* são determinados pela oferta e procura do dinheiro. Vejamos.

Mas é diferente o que se passa com o juro do capital dinheiro. Aí, a concorrência não determina os desvios da lei, ou melhor, não existe para a repartição lei alguma além da ditada pela concorrência, pois, conforme veremos ainda, não existe nenhuma taxa “natural” de juro. Habitualmente entende-se por taxa natural de juro a fixada pela livre concorrência. Não há limites “naturais” para a taxa de juros. Se a concorrência não se limita a determinar desvios e flutuações, se, portanto, suas forças opostas se equilibram cessando toda determinação, o que se trata de determinar é em si mesmo algo arbitrário e sem lei (MARX, 2008, p. 473).

Assim, Marx chega à primeira determinação em relação à taxa de juros.

[...] o tempo de produção e o tempo de circulação concorrem, para determinar o preço das mercadorias; que, por essa razão, a taxa de lucro é determinada para dado tempo de rotação do capital e que essa determinação do lucro segundo um tempo dado acarreta a determinação do juro (MARX, 2008, p. 474).

Nesse sentido, até aqui, temos que: (1) o tempo de rotação do capital (circulação e produção) determinam a taxa de lucro e; (2) a taxa de lucro determina a taxa de juros. Agora veremos como Marx demonstrará que existem outras determinações além destas referentes à taxa de juros.

4.2. Segundo momento: a taxa de juros se autonomiza em relação à taxa de lucro

No capítulo 22, Marx tratará da “inexistência” de uma taxa “natural” de juros. Conforme se desenvolve a produção capitalista e as forças produtivas em seu interior, aumenta a composição orgânica de capital e diminui a participação do capital variável no interior das unidades produtivas. Como o lucro advém da mais-valia, caindo a participação do

⁴⁹ “[...] o capital de empréstimo, embora categoria absolutamente diversa da mercadoria torna-se mercadoria *sui generis*, e seu preço é o juro, em cada ocasião fixado pela oferta e procura, como o preço de mercado da mercadoria comum. Por isso, a taxa de mercado do juro, embora oscile constantemente, patenteia-se em cada momento sempre tão fixada e uniforme como o preço eventual de mercado da mercadoria. Os capitalistas financeiros fornecem essa mercadoria, e os capitalistas empresários compram-na, constituem a procura dela” (MARX, 2008, p. 486-487).

capital variável no desenvolvimento da produção, necessariamente cai a taxa de lucro, por mais que se aumente a taxa de exploração sobre o trabalho. Assim, estabelece-se a tendência histórica na queda da taxa de lucro⁵⁰. E a tendência histórica da redução da taxa de lucro, implica, nesse momento, uma relação direta com a taxa de juros. Vejamos:

Conforme vimos, a magnitude da taxa de lucro está na razão inversa do desenvolvimento da produção capitalista, e daí resulta que o nível da taxa de juro num país também está na razão inversa do grau de desenvolvimento da indústria, na medida em que a variação das taxas de juro expressa de fato a variação das taxas de lucro. *Mais tarde veremos que nem sempre é assim. Com essa limitação, pode-se dizer que o juro é regulado pelo lucro, mais precisamente pela taxa geral de lucro. E o mesmo é válido para o juro médio* (MARX, 2008, p. 479, grifo nosso).

Assim, se observarmos o ciclo de desenvolvimento da indústria: ascensão, estabilidade, superprodução e crise, estagnação, estabilidade, reascenso, etc., ver-se-á como funciona a taxa de juros:

Se consideramos os ciclos em que se move a indústria moderna – estabilidade, animação crescente, prosperidade, superprodução, craque, estagnação, estabilidade, etc., ciclos cuja análise detida ultrapassa o domínio de nossa investigação –, verificamos que, em regra, a baixa do juro corresponde aos períodos de prosperidade ou de lucros extraordinários; a alta do juro, à transição da prosperidade para o reverso dela, e o máximo do juro até ao extremo limite da usura, à crise (MARX, 2008, p. 479).⁵¹

Assim,

A taxa de juro atinge seu nível mais alto nas crises, quando, para pagar se tem de tomar emprestado a qualquer preço. Acarretando a alta do juro queda no preço dos títulos, têm então as pessoas que dispõem de capital-dinheiro excelente oportunidade para se apropriarem, a preços vis, desses papéis rentáveis, que necessariamente recuperarão pelo menos o preço médio quando a situação se normalizar e o juro de novo cair (MARX, 2008, p. 480).

Nesse sentido,

Para se achar a taxa média do juro, é necessário calcular (1) a taxa média de juros correspondentes às variações observadas nos grandes ciclos industriais e (2) a taxa de juros em investimentos em que o capital é emprestado por prazo longo (MARX, 2008, p. 482).

[...]

⁵⁰ “[...] a taxa de lucro diminui na proporção em que aumenta a acumulação de capital e acresce a correspondente produtividade do trabalho social, a qual expressa no decréscimo relativo cada vez mais acentuado da parte variável do capital comparada com a constante. Para produzir a mesma taxa de lucro, se o trabalhador passa a movimentar um capital constante dez vezes maior, é mister que deduplique também o tempo de trabalho excedente, e logo nem o tempo todo de trabalho daria para isso, mesmo que o capital se apoderasse das 24 horas do dia” (MARX, 2008, p. 527).

⁵¹ Mesmo assim, pode ocorrer de: “[...] juro baixo pode coincidir com estagnação, e juro em ascensão moderada, com animação crescente” (MARX, 2008, p. 480).

A taxa média de juros dominante num país – distinta das taxas de mercado, sempre oscilantes – não é determinável por lei alguma. Não existe essa espécie de taxa natural de juro, no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro e de uma taxa natural de salário (MARX, 2008, p. 482).

Dessa forma, a taxa de juro, além de não ser determinada por nenhuma “taxa natural de lucro” ou “de salário”, começa a ganhar uma autonomia em relação à taxa de lucro.

Do exposto resulta que não existe taxa “natural” de juro. Mas, ao contrário da taxa geral de lucro, a taxa média de juro – diferindo das taxas de mercado, que estão sempre oscilando – não tem limites que possam ser fixados por lei geral, por tratar-se apenas da divisão do lucro bruto entre dois donos do capital, a títulos diferentes; *ao revés, a taxa de juro, seja a média, seja a eventual do mercado, se apresenta como grandeza estável, definida e tangível, de maneira totalmente diversa do que sucede com a taxa geral de lucro* (MARX, 2008, p. 484, grifo nosso).

E isso decorre do fato de que a taxa geral de lucro é determinada pelo nível de exploração do trabalho. Assim, não existe nenhuma taxa “natural de lucro”, mas sim, uma taxa geral de lucro que advém do nível de extração de mais-valia em condições dadas historicamente de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e com o nível de desenvolvimento da luta de classes.

Assim também, a taxa geral de lucro é uma grandeza que tem variação no longo prazo e independe das taxas particulares de lucro. Estas taxas particulares de lucro são “compensadas” por variações “opostas” em outros ramos, em outros locais e países⁵². A taxa de mercado (ou taxa média) de juro determina-se, nesse sentido, de outra forma. O “capital-dinheiro” acumulado pelos capitalistas donos do dinheiro (“capitalistas proprietários”) confronta-se globalmente (ou em sua “totalidade”) com o capital ativo (produtivo).

Sempre flutuante, a taxa de mercado do juro é grandeza fixa dada a cada momento, como o preço de mercado das mercadorias, pois no mercado financeiro todo o capital de empréstimo se confronta constantemente em sua totalidade com o capital ativo, e a relação entre a oferta e a procura de capital de empréstimo estabelece na ocasião a taxa de mercado do juro. [...] A taxa geral de lucro, ao revés, limita-se a ser tendência, movimento que nivela as taxas particulares de lucro (MARX, 2008, p. 486).

Já a taxa geral de lucro, como vimos, é determinada pelo nível de exploração do trabalho e por outras causas distintas da taxa média de juros. Temos então que, sendo a taxa de juros e a taxa de lucro grandezas distintas, a primeira é determinada pela oferta e procura do dinheiro que oscila com as fases do ciclo do desenvolvimento da indústria. A segunda,

⁵² “A taxa média de juro se patenteia (*sic*) magnitude constante em cada país e em períodos longos, porque a taxa geral de lucro só varia em períodos longos – as taxas particulares de lucro se alteram constantemente, mas as variações num ramo são compensadas por variações opostas noutros. E essa constância relativa da taxa geral de lucro reaparece justamente nesse caráter mais ou menos constante da taxa média de lucro” (MARX, 2008, p. 486).

pelas determinantes relacionadas ao grau de exploração do trabalho na totalidade da reprodução capitalista⁵³. Dessa forma,

No mercado financeiro, o capital-dinheiro ostenta efetivamente a figura em que se reparte como elemento comum, seja qual for seu emprego particular, pelos diferentes ramos, pela classe capitalista, de acordo com as necessidades de produção de cada ramo. Acresce que, com o desenvolvimento da indústria moderna, *o capital-dinheiro, ao aparecer no mercado, é cada vez menos representado pelo capitalista isolado, pelo dono desta ou daquela fração do capital existente no mercado, e cada vez mais constitui massa concentrada, organizada, que distinguindo-se totalmente da produção real, encontra-se sob controle dos banqueiros que representam o capital social* (MARX, 2008, p. 488-489, grifo nosso).

Mas, qual a ligação entre ambas?

É que o próprio capital é então oferecido na forma de dinheiro, como mercadoria; em consequência, a fixação de seu preço é fixação do preço de mercado como se dá com todas as outras mercadorias, e a taxa de juros se apresenta sempre como taxa geral de juros, como tanto por tanto de dinheiro, quantitativamente definida. A taxa de lucro, ao contrário, pode diferir até dentro do mesmo ramo para mercadorias com preços iguais, segundo as condições diversas em que os vários capitais produzem a mesma mercadoria, pois a taxa de lucro de cada empresa capitalista não é determinada pelo preço de mercado da mercadoria, mas pela diferença entre preço de mercado e preço de custo (MARX, 2008, p. 489).

Assim, se a taxa de lucro aparecia como determinante da taxa de juros, agora ambas as taxas têm determinações distintas. Pois, essencialmente, são taxas referentes aos ganhos de distintas esferas de capitais (ou frações da burguesia), ainda que mantenham estreitas ligações, pois, como vimos, normalmente, na reprodução real e concreta do capital, dificilmente uma empresa realiza *exclusivamente* as funções de apenas uma única forma funcional do capital.

Enquanto a taxa de lucro pode variar para ramos com mercadorias de mesmo preço, pois, como diz Marx acima, a taxa de lucro depende não do preço de mercado das mercadorias, mas sim, deste preço em relação ao preço de custo, a taxa de juros não encontra essa variação particular. Ela se apresenta como taxa geral de juros, pois é o ganho do capital-dinheiro concentrado globalmente e “sob o controle dos banqueiros”.

4.3. Terceiro momento: a taxa de juros determina a taxa de lucro

No capítulo 23 (“Juro e lucro do empresário”) é que Marx tratará ainda mais detalhadamente a taxa de juros e sua relação com a taxa de lucro. Parte aqui do pressuposto de

⁵³ “Na realidade, a taxa geral de lucro é determinada (1) pela mais-valia produzida pela totalidade do capital, (2) pela relação entre essa mais-valia e o valor do capital todo e (3) pela concorrência, na medida em que é o movimento que possibilita os capitais empregados nos diferentes ramos de produção procurarem extrair dessa mais-valia, de acordo com as magnitudes relativas, dividendos iguais” (MARX, 2008, p. 487).

que os capitalistas industriais e “financeiros” são duas frações de classes no interior da burguesia. E, mesmo que, no desenvolvimento real da produção capitalista, estejam em muitas ocasiões associados, Marx faz essa divisão pelo fato dela ser a base do surgimento dos juros.

Na realidade, é apenas a separação dos capitalistas em financeiros e industriais que transforma parte do lucro em juro, cria, enfim, a categoria do juro; e somente a concorrência entre essas duas espécies de capitalistas gera a taxa de juro (MARX, 2008, p. 493).

Assim, temos como se dá a determinação entre os ganhos destas duas frações da burguesia: a taxa de lucro em cada ramo é determinada pela taxa de juros; e a taxa de juros é determinada pela taxa geral (global) de lucro; esta, por sua vez, é determinada pelo nível de exploração do trabalho (ou seja, pela parte do valor produzido que se separa entre trabalho necessário e trabalho excedente, ou mais-valia). Assim, na divisão do “lucro bruto”, o que resta depois de se pagar os juros ao prestamista é o lucro do empresário.

Para o capitalista produtivo que trabalha com capital emprestado⁵⁴, o lucro bruto se divide em duas partes: o juro que tem de pagar ao prestamista e o que o excede o juro, a parte que lhe cabe do lucro. *Dada a taxa geral de lucro, essa segunda parte é determinada pela taxa de juro, e dada esta, pela taxa geral de lucro. Além disso, por mais que o lucro bruto – a grandeza efetiva do valor do lucro global – se desvie, em cada caso particular, do lucro médio, a parte que pertence ao capitalista produtivo é determinada pelo juro, uma vez que o fixa [a] taxa geral de juro [...] e já se supõe que será percebido, antes de começar a produção, antes de alcançar o lucro bruto* (MARX, 2008, p. 496, grifo nosso).

Assim, Marx vai diferenciar o aspecto “qualitativo” do aspecto “quantitativo”. Sob o primeiro aspecto, o juro é parcela da mais-valia. Sob o segundo aspecto Marx é explícito:

É que a taxa de juro – embora dependa da taxa geral de lucro – é determinada de maneira autônoma e, além disso, se revela – como o preço de mercado das mercadorias – relação fixa, uniforme e sempre dada, apesar de todas as oscilações, contrastando com a taxa fluida do lucro. Se o capital todo estivesse nas mãos dos capitalistas industriais, não existiria juro nem taxa de juro. A forma autônoma assumida pela divisão quantitativa do lucro gera a divisão qualitativa (MARX, 2008, p. 500).

Nesse sentido, temos então que, além da taxa de juro ser uma das determinantes da taxa de lucro, esta se revela apenas como o ganho do empresário *depois* de deduzido os juros, “mero acessório, aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução”. Vejamos:

⁵⁴ Que, como vimos é o pressuposto de Marx, ainda que ele trabalhe com a hipótese de que, eventualmente, o capitalista possa empregar capital próprio e não necessitar tomar emprestado do capitalista “financeiro” para efetivar o processo de produção. “O capitalista que trabalha com capital próprio, como o que trabalha com capital emprestado, reparte seu lucro bruto em juro que lhe cabe como proprietário, emprestador de capital a si mesmo, e em lucro de empresário, que lhe toca na condição de capitalista ativo operante” (MARX, 2008, p. 498).

Embora o juro seja apenas parte do lucro, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do trabalhador, o juro se revela agora, ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original, e o lucro, reduzido à forma de lucro de empresário, mero acessório, aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução. Consumam-se então a figura de fetiche e a concepção fetichista de capital. Em D-D' temos a forma vazia do capital, a perversão, no mais alto grau, das relações de produção, reduzidas a coisa: a figura que rende juros, a figura simples do capital, na qual ele se constitui condição prévia de seu próprio processo de reprodução; capacidade do dinheiro, ou da mercadoria, de aumentar o próprio valor, sem depender da produção – a mistificação do capital na forma mais contundente (MARX, 2008, p. 520-521).

Assim, tendo analisado como se dá o relacionamento entre as taxas de juros e a de lucro, no capítulo seguinte dessa quinta parte do livro III d' *O Capital* Marx retornará à análise do capital a juros.

5. Retorno ao capital a juros

Agora, de um lado, Marx desenvolve o funcionamento interno desta forma funcional autonomizada do capital e, de outro, nos mostra como sua autonomização acaba por submeter as demais formas funcionais autonomizadas (capital comercial e capital produtivo).⁵⁵

O primeiro dos capítulos em que faz essa análise é o capítulo 24 chamado de “A relação capitalista reificada na forma do capital a juros”. Como vimos acima, o capital a juros é a forma na qual o capital se relaciona consigo mesmo, aumentando o montante de valor sem passar diretamente pela produção de mais-valia. É o dinheiro com a capacidade de gerar mais valor, “assim como dar peras é propriedade de uma pereira”.

O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se a relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesma. Em vez da verdadeira transformação do dinheiro em capital o que se mostra aí é uma forma vazia. Equiparado à força de trabalho, o valor-de-uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo se contém (MARX, 2008, p. 522).

Mas será apenas nos capítulos seguintes que Marx tratará detalhadamente das formas derivadas do capital a juros, tais como capital fictício e o capital bancário. O primeiro destes capítulos é o 25 chamado de “Crédito e capital fictício”. Ali Marx tratará do desenvolvimento do comércio que acompanha o desenvolvimento da produção capitalista. E, com esse

⁵⁵ Submissão essa, que se encontra na base do que para nós é o pressuposto central no qual temos nos apoiado: de que, na atualidade, a esfera financeira não apenas ganha autonomia (ainda que relativa) em relação às outras esferas de capitais, bem como as submete sugando-lhes valor, mais-valia e reduzindo as taxas de investimento e crescimento.

desenvolvimento do comércio surge o crédito e o dinheiro de crédito, figuras particulares que, aos poucos, vão substituindo, nas transações comerciais, o dinheiro.

Com o desenvolvimento do comércio e do modo capitalista que só produz tendo em mira a circulação amplia-se, generaliza-se e aperfeiçoa-se esse fundamento natural do sistema de crédito. Em regra, o dinheiro aí serve apenas de meio de pagamento, isto é, vende-se a mercadoria trocando-a não por dinheiro, mas por promessa escrita de pagamento em determinado prazo (MARX, 2008, p. 531).

Essas promessas de pagamento receberão o nome de “letras”. As letras, na atualidade (mas já começando a surgir na época de Marx), são multiplicadas por uma série de “produtos” e ativos financeiros das mais diversas naturezas: papéis que asseguram a venda da produção futura, seja de uma safra de café, de soja, seja de outro tipo de *commodities*, papéis que asseguram outros papéis quando da desvalorização do preço em um mercado (de um país ou região), etc⁵⁶. Por ora, temos que as letras funcionam da seguinte forma:

Até o dia de vencimento e pagamento, [*as letras*] circulam, por sua vez, como meio de pagamento e constituem o dinheiro genuíno do comércio. Quando por fim se eliminam e pela compensação entre débitos e créditos, desempenham absolutamente o papel de dinheiro, pois não há conversão final em dinheiro. Esses adiantamentos recíprocos entre produtores e comerciantes constituem a verdadeira base do crédito, do mesmo modo que o instrumento de circulação, a letra, constitui o fundamento do dinheiro de crédito propriamente dito, os bilhetes de banco, etc. Estes baseiam-se não na circulação monetária, de metal ou de papel emitido pelo Estado, mas na circulação das letras (MARX, 2008, p. 531-532).

Assim, a compensação entre débitos e créditos vai dando origem ao crédito bancário⁵⁷, e as letras (papéis que representam promessas de pagamento das mais diversas espécies) vão dando origem ao dinheiro de crédito.

⁵⁶ Marx já afirmaria o seguinte quanto à natureza diversa das letras: “O crédito que o banqueiro dá pode ter diversas formas, por exemplo, letras e cheques contra outro banco ou aberturas de crédito a outro banco, e por fim bilhetes de banco, no caso de bancos emissores. O bilhete de banco nada mais é que uma letra contra o banqueiro, pagável ao portador a qualquer momento, e que para o banqueiro faz as vezes de letra de câmbio particular. Tal forma de crédito impressiona ao leigo e lhe parece de grande importância, primeiro, porque essa espécie de dinheiro de crédito sai da mera circulação comercial e entra na circulação geral, funcionando aí como dinheiro; depois, porque, na maioria dos países, os bancos principais, emissores de bilhetes – estranha mistura de banco nacional e banco particular – na realidade têm atrás de si o crédito nacional, e seus bilhetes têm curso mais ou menos legal. Assim, fica evidente que a função do banqueiro é negociar com o crédito mesmo, pois o bilhete de banco somente simboliza crédito em circulação” (MARX, 2008, p. 536).

⁵⁷ Vale lembrar que agora estamos tratando do surgimento do crédito bancário, mas esta não é a primeira forma histórica de crédito. O crédito e os bancos surgem, fundamentalmente, do crédito comercial, como compensação entre débitos e créditos na compra e venda de mercadorias em mercados distantes. Vejamos: “Os bancos surgem com o desenvolvimento do comércio de dinheiro, ou seja, alguns comerciantes de mercadorias passaram gradativamente a especializar-se no comércio de uma mercadoria particular: o dinheiro. De início, os comerciantes de dinheiro efetuavam o câmbio comprando e vendendo as diferentes moedas utilizadas, seja entre comerciantes no interior da Europa, seja entre aqueles do Ocidente e do Oriente, nas principais rotas que surgiram após o fim das grandes guerras dos séculos X e XI. A partir das operações de câmbio, os comerciantes de dinheiro passaram a exercer outra atividade, a guarda e proteção de dinheiro excedente ou das reservas dos demais comerciantes, emitindo um certificado de depósito” (MARQUES, NAKATANI, 2009, p. 31-32).

Nesse sentido, com o desenvolvimento do comércio, os bancos passam a controlar o capital a juros e o capital-dinheiro (como vimos acima). “Ligado a esse comércio de dinheiro desenvolve-se o outro aspecto do sistema de crédito, a administração do capital produtor de juros ou do capital-dinheiro como função particular dos banqueiros” (MARX, 2008, p. 534). Assim, Marx nos mostra como, fundamentalmente, se dá o lucro dessa classe:

[...] os banqueiros, representando todos os prestamistas, se confrontam com os capitalistas industriais e comerciais. Tornando-se os administradores gerais do capital-dinheiro. Além disso, concentram todos os prestatários perante todos os prestamistas, ao tomarem emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, de um lado, a centralização do capital-dinheiro, dos emprestadores, e do outro, a dos prestatários. Em geral, seu lucro consiste em tomar emprestado a juros mais baixo que aquele a que empresta (MARX, 2008, p. 534-535).

Dessa forma, pouco a pouco, sobre os bancos não se centraliza apenas as reservas de capital da burguesia, mas de todas as classes da sociedade capitalista. Forma-se uma enorme massa de capital-dinheiro concentrada e sob o comando dos banqueiros.

[...] o capital de empréstimo dos bancos constitui-se dos depósitos dos capitalistas financeiros que lhe transferem a tarefa de emprestá-los. Com o desenvolvimento do sistema bancário e notadamente desde que os bancos pagam juro por depósitos, põem-se neles ainda as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente vadio, de todas as classes. Pequenas somas, cada uma de per si incapaz de operar como capital-dinheiro, se fundem em grandes massas e assim formam poder financeiro (MARX, 2008, p. 535).

6. O papel do crédito

Mais à frente, no capítulo 27 (“O papel do crédito na produção capitalista”), Marx tratará justamente dos mecanismos pelos quais o crédito opera:

- 1) a primeira das funções do crédito é o nivelamento da taxa de lucro;
- 2) a segunda função do crédito é a redução dos custos de circulação do dinheiro que se dá através de três mecanismos: (1) suprimindo o dinheiro em grande parte das transações comerciais; (2) acelerando o movimento dos meios de circulação (que consiste no mercado monetário); (3) substituindo o dinheiro-ouro por papel (MARX, 2008, p. 581-582);
- 3) o crédito reduz a quantidade do meio circulante “[...] da parte do capital que tem sempre de existir na forma de dinheiro” (MARX, 2008, p. 582) servindo, assim, de base para a especulação;
- 4) o crédito faz com que o capitalista “opere” com capital “alheio” e, em consequência, com trabalho alheio;

5) Por fim, contribui para o desenvolvimento das forças produtivas contribuindo para a formação de um mercado mundial⁵⁸.

Com o desenvolvimento das sociedades por ações, expande-se a escala da produção, pois aumenta a associação entre grandes capitais. E assim é abolida a propriedade privada “individual” do capital.

Nas sociedades por ações dissociam-se a função e a propriedade do capital, e, em conseqüência, o trabalho aparece por completo separado da propriedade quer dos meios de produção quer do trabalho excedente. Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória que levará o capital necessariamente a reverter à propriedade dos produtores não mais, porém, como propriedade privada de produtores individuais, e sim como propriedade dos produtores na qualidade de associados, propriedade diretamente social (MARX, 2008, p. 583).

Neste capítulo, Engels faz algumas notas nos textos de Marx mostrando como o desenvolvimento das sociedades por ações impulsionou a monopolização do mercado. “Assim se chegou, em certos ramos em que o nível da produção o permitia, a concentrar a produção toda do ramo industrial em *uma* grande sociedade por ações com direção única” (MARX, 2008, p. 584). Nestes ramos a concorrência vai sendo substituída pela formação de cartéis. E esta característica é apresentada por Marx como a contradição do modo capitalista “dentro dele mesmo”.

É a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é fase de transição para nova forma de produção. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, provocando a intervenção do Estado. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamento e comércio de ações. Há produção privada, sem o controle da propriedade privada (MARX, 2008, p. 585).

E este parece ser um dos fundamentos da configuração do capitalismo que vai se abrindo com o surgimento das sociedades por ações. Permanece o controle privado dos meios de produção, mas sem a propriedade privada individual que, pouco a pouco, vai se tornando propriedade associada dos meios de produção. Associações que continuam sob o controle da

⁵⁸ Evidentemente que se trata de uma função do crédito em um momento em que o mercado mundial ainda estava em expansão. Na atualidade, com um mundo completamente integrado pelo imperialismo e pelos seus monopólios e cartéis, pode-se falar apenas de uma diferenciação em níveis de integração ao mercado mundial. Assim, por exemplo, é que Chesnais (1998b) trata da restituição das taxas de lucro, a partir da década de 1980, tendo como um dos fenômenos a expansão do “regime de acumulação predominantemente financeirizado” para regiões “antes pouco exploradas”, tais como a China e as antigas repúblicas soviéticas. Mas, não da ausência de integração, dado que já em fins do século XIX, o mundo caminhava para uma integração fundada na expansão do “mercado mundial”.

burguesia, mas agora expandindo o alcance de sua ação com a propriedade associada dos meios de produção.

O crédito também possibilita ao capitalista operar com “[...] capital alheio e de propriedade alheia e, em consequência, de trabalho alheio” (MARX, 2008, p. 585). E, assim, a expropriação se estende não apenas aos produtores diretos, mas também aos pequenos e médios capitalistas.

Por fim, Marx diz que o crédito tem a capacidade de desenvolver as forças produtivas materiais da sociedade contribuindo para a formação do mercado mundial, mas também aumentando as crises e seus impactos. Assim, o crédito,

[...] acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e levar (*sic*) até certo nível esses fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção (MARX, 2008, p. 588).

Vimos então os mecanismos pelos quais opera o crédito. O crédito, como vimos, é um dos principais instrumentos pelos quais os bancos aumentam seus rendimentos, nivela as taxas de lucro, reduz os custos de circulação do dinheiro e reduz a parte do meio circulante que “tem sempre de existir na forma dinheiro”, retirando o capital na forma dinheiro de circulação e inserindo, em seu lugar, o dinheiro de crédito. Assim, o crédito contribui para aceleração do ciclo de reprodução do capital.

Vale notar também que por trás do crédito reside uma ilusão que vai, pouco a pouco, se desenvolvendo e se generalizando pelos bancos comerciais. Característica que será tratada por Marx nos capítulos seguintes d’*O Capital*, mas que merece ser mencionada aqui. À medida que os certificados de depósitos passaram a substituir o estoque de barras de ouro por parte dos primeiros bancos comerciais, as transações comerciais passaram a ser operadas mediante a compensação entre débitos e créditos de vários comerciantes e, mais tarde, alguns industriais, com o mesmo “comerciante de dinheiro”. Assim,

Na medida em que essas transações se desenvolveram, o comerciante de dinheiro se apercebeu de que seus cofres mantinham sempre um estoque de ouro em depósito que nenhum dos demais comerciantes exigia ou reclamava em troca do certificado. Talvez o mais esperto [...] dentre eles resolvesse emitir mais certificados do que o total de dinheiro sob sua guarda e/ou emprestá-lo cobrando juros a quem tivesse interesse ou necessidade. Quando essa operação se desenvolve e se generaliza entre todos os comerciantes de dinheiro, eles se transformam em banqueiros. Dessa forma é que surge a principal função dos bancos comerciais contemporâneos, a criação secundária de moeda por meio do dinheiro de crédito privado bancário (MARQUES, NAKATANI, 2009, p. 33).

Agora devemos compreender como se compõe o capital bancário e como se desenvolve a função do crédito sob o controle dos banqueiros.

7. A composição do capital bancário

Com o desenvolvimento das forças produtivas e do comércio de mercadorias, o capital a juros passa a ser centralizado na figura dos bancos. Os primeiros bancos a surgirem no desenvolvimento histórico do capitalismo são os bancos comerciais,⁵⁹ reunindo o depósito referente às reservas de capital da burguesia, fazendo pagamentos e cobranças. Nesse sentido, Marx deixa clara a distinção que se deve fazer da forma funcional do capital, ainda não autonomizada, conhecida como capital-dinheiro (ou como capital-monetário) e a forma funcional já autonomizada conhecida como capital a juros. Vejamos:

No decurso de nossas investigações mostraremos que aí se confunde capital-dinheiro com *moneyed capital* no sentido de capital produtor de juros, quando, no sentido primacial, o capital-dinheiro é sempre forma transitória do capital, distinta das outras formas, o capital-mercadoria e o capital-produtivo (MARX, 2008, p. 615).

Assim, podemos afirmar que o surgimento dos bancos se dá, primeiramente, reunindo somas consideráveis de dinheiro como “capital-dinheiro”. Apenas com o desenvolvimento do comércio e do crédito que os bancos se tornam as instituições que centralizam o capital a juros disponível da sociedade, mas que, como veremos, essa função não ficará restrita ao desenvolvimento do capital a juros.

Dessa forma, Marx (2008, p. 615) divide o capital bancário em duas espécies. Na primeira estaria o “dinheiro de contado – ouro ou bilhetes”. Na segunda estariam os “títulos”. Os títulos poderiam ainda ser classificados em dois grandes grupos. O primeiro grupo de títulos seria os “[...] papéis comerciais, letras que se vencem a prazos diversos, constituindo o desconto delas o negócio propriamente dito dos banqueiros”. Enquanto que o segundo grupo corresponderia aos “[...] papéis lançados ao público, como apólices, obrigações do tesouro, ações de toda espécie, enfim, papéis que rendem juros e se distinguem essencialmente das letras comerciais”. Marx faz ainda uma nova divisão entre a natureza desses papéis.

O capital constituído por esses elementos objetivos, por sua vez, se biparte em capital próprio empregado pelo banqueiro e em depósitos que constituem o *banking* capital, isto é, o capital emprestado. Nos bancos emissores há a considerar ainda os bilhetes (MARX, 2008, p. 615-616).

⁵⁹ Cf. nota de rodapé nº 57.

Mas, toda essa divisão serve para ilustrar a forma que o capital centralizado sob os bancos assume.⁶⁰ Cabe também compreender a natureza, a essência, que compõe esse capital. Assim, mesmo que “A forma do capital produtor de juros faz que toda a renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital”, é necessário frisar o que Marx afirmará logo em seguida.

Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre em média a magnitude do dinheiro entesourado, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros bilhetes representativos de ouro, mas que não possuem valor próprio. A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro). Não devemos esquecer que é puramente fictício o valor monetário do capital que esses títulos guardados nos cofres dos banqueiros representam – mesmo quando conferem direito a rendimentos seguros, como as apólices da dívida pública, ou constituem títulos de propriedade sobre capital real, como as ações –, e que é regulado por leis que diferem das relativas ao valor do capital efetivo representado pelo menos em parte por tais títulos. E quando esses títulos representam, em vez de capital, mero direito a rendimento uniforme, esse direito se expressa em capital-dinheiro fictício que varia sem cessar. Acresce ainda que esse capital fictício do banqueiro em grande parte não é próprio, mas do público, que o deposita no banco, com ou sem juros (MARX, 2008, p. 621-622, grifos nossos).

Assim, Marx é enfático ao afirmar que, mesmo que se altere a forma com que o capital, sob o controle dos banqueiros se apresenta, a maior parte desse capital é puramente fictício. E mais, “acresce ainda que esse capital fictício do banqueiro em grande parte não é próprio, mas do público, que o deposita no banco” (MARX, 2008, p. 622). Mas, então, como se forma esse capital fictício? O primeiro exemplo utilizado por Marx é o da emissão de títulos da dívida pública criada pelo Estado (nacional). Vejamos:

O Estado tem de pagar anualmente aos credores certo montante de juros pelo capital emprestado. O credor não pode exigir que o devedor lhe restitua o empréstimo, mas pode vender o crédito, o título que lhe assegura a propriedade dele. O capital mesmo é devorado, despendido pelo Estado. Não existe mais. O que o credor possui é (1) um título de dívida contra o Estado [...]; (2) esse título lhe dá direito a participar das receitas anuais do Estado, isto é, do produto anual dos impostos, em determinada importância [...]; (3) pode vender esse título [...] a quem quiser. [...] Mas, em todos esses casos, o capital – considera-se rebento (juro) dele o pagamento feito pelo Estado – permanece ilusório, fictício. A soma emprestada ao Estado não existe mais. Demais, ela não se destinava a ser despendida, empregada como capital, e só

⁶⁰ “É claro que a composição real do capital bancário em dinheiro, letras, títulos, em nada se altera com a circunstância de esses diversos elementos representarem capital próprio ou depósitos, capital alheio. A classificação continua válida, opere o banco com capital próprio ou com capital nele depositado” (MARX, 2008, p. 616).

investida como tal teria podido transformar-se em valor que se mantém (MARX, 2008, p. 617).

Assim,

Por mais numerosas que sejam essas transações, o capital da dívida pública permanece meramente fictício, e a partir do momento em que os títulos de crédito se tornam invendáveis, desfaz-se essa aparência de capital. Não obstante [...] esse capital fictício possui movimento próprio (MARX, 2008, p. 617).

Dessa forma, esse movimento de valorização e desvalorização que esses títulos vão ganhando, representam na verdade direitos sobre rendimentos de um capital efetivo, real e se caracteriza, nos termos de Marx, como capital fictício. Esse movimento de oscilação no valor desses títulos independe do capital real que representam.

Mais à frente veremos as três formas sob as quais pode surgir, em nossa sociedade, o capital fictício. Assim, para Marx (2008, p. 618):

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitalizar-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa.

Assim,

Mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório. [...] Os papéis constituem títulos de propriedade que representam esse capital. As ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação, etc. representam capital efetivo, isto é, capital empregado e operante nessas empresas ou a soma de dinheiro adiantada pelos acionistas para nelas ser desembolsada como capital. Aliás, não estamos excluindo a possibilidade de essas ações constituírem mera fraude⁶¹. *Mas esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como capital efetivamente empregado ou a empregar*

⁶¹ Como vimos, as fraudes e a criminalidade são um importante espaço para a valorização financeira e, também para a valorização fictícia de capital. De acordo com Beinstein (2001, p. 140): “[...] a magnitude da criminalidade aberta e seus espaços próximos, que estaria em torno de 4 trilhões de dólares em 1997 [...] equivale a 50% do Produto Interno Bruto dos EUA, a 2,5 vezes o PIB nominal de todos os ”países de baixa renda” (3,2) bilhões de pessoas), a 2,2 vezes o PIB da América Latina, e é superior à soma dos PIBs da Alemanha, Inglaterra e Canadá”. Ainda que esses dados se refiram a 2001, os números que correspondem à valorização de capital fundadas em fraudes são significativos. Além destes números destaca-se também o registro de inúmeros negócios “legais”, mas que são mantidos fora do controle dos sistemas jurídicos e de decisão das “democracias ocidentais”. Como revela recente denúncia da ex-advogada do Banco Mundial, Karen Hudes: “Uma organização internacional imensamente poderosa, da qual a maioria nem sequer ouviu falar, controla secretamente a emissão de dinheiro do mundo todo. É o chamado Bank for International Settlements, o banco central dos bancos centrais. Está sediado em Basiléia, Suíça, mas tem sucursais em Hong Kong e na Cidade do México. É essencialmente um banco central do mundo, não eleito e que tem completa imunidade em matéria de impostos e leis internacionais [...]. Hoje, 58 bancos centrais a nível mundial pertencem ao BIS e têm sobre a economia dos Estados Unidos como de qualquer país, mais poder que qualquer político. A cada dois meses, os presidentes dos bancos centrais se reúnem em Basiléia para uma 'Cúpula de Economia Mundial'. onde se tomam decisões que afetam todo homem, mulher e criança do planeta e nenhum de nós tem voz no que se decide. O Banco de Pagamentos Internacionais é uma organização que foi fundada pela elite mundial, que opera em benefício de si mesma e cuja finalidade é ser uma das pedras angulares do futuro sistema financeiro global unificado”. Cf. Folha Social (2014).

naquelas empresas. Só existe na última forma, e a ação nada mais é que título de propriedade sobre proporção da mais-valia a ser realizada por intermédio desse capital (MARX, 2008, p. 618-619, grifo nosso).

É nesse sentido que se configura mais uma das formas de como se forma capital fictício: a criação de ações. A simples criação de ações cria a ilusão de que existe uma magnitude de valor “ao lado” do capital real (efetivo), como Marx menciona acima. Em seguida, o movimento “independente” das ações faz com que o movimento de valorização delas assuma a forma de incrementos (rendimentos) em cima de um capital já ilusório, fictício.

O movimento autônomo do valor desses títulos de propriedade, sejam títulos da dívida pública ou ações, reforça a aparência de constituírem capital efetivo ao lado do capital ou do direito que possam configurar (MARX, 2008, p. 619).

E continua,

O valor de mercado desses títulos é em parte especulativo, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula. Admitindo que seja constante a mais-valia produzida pelo capital efetivo ou, não existindo capital, como no caso da dívida pública, que o rendimento anual seja legalmente fixado, e que além disso haja segurança bastante [...] (MARX, 2008, p. 619).

Os papéis (das mais diversas naturezas) criados e comercializados pelos bancos representam, em sua maior parte, direitos de propriedade sobre um capital real e sobre a mais-valia criada por esse capital real. Mas, a ilusão vai mais longe, pois o que se comercializa com esses títulos de propriedade é o rendimento esperado no futuro desse capital real. E talvez aqui esteja o embrião do que, mais de um século depois, constituir-se-á como o complexo e gigantesco mercado de derivativos. Vejamos:

Na realidade, todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou o valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram (MARX, 2008, p. 421).

Mas, esses papéis são fundamentais na composição do capital bancário. Uma parte do capital bancário é direcionada para a compra desses papéis que dão direito de rendimento à produção futura, injetando uma quantidade ainda maior de capital fictício na sociedade, para além da parcela que está sob o controle dos banqueiros.

Parte do capital bancário é empregada nesses papéis que rendem juros. Faz parte do capital de reserva que não tem função na atividade genuína do banco. Consiste notadamente em letras, isto é, em promessas de pagamento de capitalistas industriais ou comerciantes. Para o emprestador de dinheiro, essas letras são papéis que rendem juros: ao comprá-las, desconta o juro pelo tempo que falta para o vencimento. É [o] que se chama descontar.

Depende da taxa de juro vigente o montante a descontar da soma que a letra representa (MARX, 2008, p. 621, grifo nosso).

Por fim, Marx conclui que:

Com o desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, *todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste “capital-dinheiro” é puramente fictícia.* Excetuado o fundo de reserva, todos os depósitos, embora sejam créditos contra o banqueiro, não têm existência efetiva. Quando utilizados nas operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, desde que estes os tenham emprestado. Os banqueiros entre si pagam cheques recíprocos sobre depósitos que na realidade não existem fazendo as deduções correspondentes nos saldos contábeis (MARX, 2008, p. 622-623, grifo nosso);

E, um pouco à frente, Marx vai ainda mais longe, afirmando que mesmo o fundo de reserva é utilizado na especulação por parte dos banqueiros.

No sistema de crédito, tudo se duplica e triplica e se converte em pura fantasmagoria, e o mesmo se aplica ao “fundo de reserva”, onde se esperava finalmente encontrar algo sólido (MARX, 2008, p. 625).

Assim, Marx nos deixa afirmações claras e explícitas de como se compõe a maior parte do capital bancário. Estes trechos do livro III d’*O Capital* colaboram para ilustrar nossa hipótese: de que, na atualidade, a maior parte dos capitais que se valorizam na esfera financeira (e que corroboram para o que estamos caracterizando como financeirização) está fundada não no capital a juros, nem em um excessivo incremento do capital-dinheiro⁶², mas sim, na base da especulação, fundada, sobretudo, no incremento do capital fictício e do capital especulativo parasitário.⁶³

Então passemos agora às análises contemporâneas do que são e como se formam essas formas de capital, algumas das quais, com algumas indicações e afirmativas de Marx, ainda no século XIX.

8. O capital fictício e o capital especulativo parasitário: fundamentos da financeirização mundial atual

8.1. O capital fictício

Seguindo pela análise de Marx, não podemos reduzir o que estamos caracterizando como “financeirização” apenas como a simples dominância do capital portador de juros sobre as outras formas funcionais do ciclo global do capital. Entendemos que a financeirização,

⁶² Como alguns têm afirmando, dentre eles, Cipolla e Pinto (2010).

⁶³ Como vimos na “Introdução” desta dissertação, este termo não aparece em Marx. Ele foi criado em trabalhos relativamente recentes como os de Carcanholo e Nakatani (1999) que passaremos a examinar a partir de agora.

como apresentada no primeiro capítulo desta dissertação, é um fenômeno recente, mas que coloca em destaque uma categoria já cunhada por Marx, a categoria do capital fictício.

Entendemos assim, que o “capital fictício” é uma das chaves explicativas para o entendimento acerca da financeirização atual. E, nesse sentido, não estaríamos apenas diante de um novo quadro em que o eixo central da acumulação se desloca da esfera produtiva para a do capital portador de juros. Mas sim, que no interior dessa esfera financeira, o capital fictício assume uma importância central.

Acreditamos que o correto entendimento deste termo, a partir do que propôs Marx no livro III d’*O Capital*, é de fundamental importância para a compreensão do momento atual do capitalismo, mesmo que à época do autor a esfera financeira não tivesse a mesma proporção que assume hoje.

Por isso, levando em consideração o processo de autonomização das formas funcionais do capital, devemos distinguir o capital a juros e o capital fictício que se autonomiza daquele. Concordamos, assim, com a ressalva que nos fazem Carcanholo e Sabadini (2009, p. 42): “Em primeiro lugar, devemos esclarecer que o capital a juros que financia a produção ou a circulação, e capital fictício, são coisas totalmente diversas, ainda que o segundo nasça como consequência da existência do primeiro”.

Na verdade, pode, por vezes, o capital fictício aparecer sob a forma de capital portador de juros – nesse caso transformando-se, assumindo outra forma –, quando financia a produção ou a circulação de mercadorias. Mas a condição necessária para isso é a existência de outro conjunto de capitais que abandona a função de adiantar dinheiro e começa a se valorizar no espectro da ficção⁶⁴.

Assim, vejamos como se forma, essencialmente, o capital fictício:

O primeiro a considerar-se é que o capital a juros, por si mesmo, produz uma ilusão social e é exatamente a partir dela que surge o capital fictício. No capitalismo, a existência generalizada do capital a juros, cujo significado aparente é o fato de que toda soma considerável de dinheiro gera uma remuneração, produz a ilusão contrária, isto é, a que toda remuneração regular deve ter como origem a existência de um capital. Tal capital em si não tem maior significado para o funcionamento do sistema econômico e pode ser chamado de *capital ilusório* (valor presente de um rendimento regular) (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 43).

[...]

Contudo, quando o direito a tal remuneração está representado por um título que pode ser comercializado, vendido a terceiros, converte-se em *capital*

⁶⁴ “É verdade que um determinado titular do capital fictício pode converter facilmente seu capital para financiar a produção. Porém se o faz, o capital fictício simplesmente muda de mãos, de maneira que o valor total, na economia como um todo, de um ou do outro, não se altera” (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 47).

fictício. O título comercializável é a representação legal dessa forma de capital (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 43).

Nesse sentido, é no processo de valorização D–D', onde a riqueza se multiplica *aparencialmente* sem a relação direta com a produção, que se generaliza essa forma ainda mais mistificada, mais fetichizada, do capital: o capital fictício. Dessa forma, o capital fictício surge de três distintas maneiras:

Em resumo, o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 45).

Cabe também distinguir o aspecto filosófico que reside na existência e expansão do capital fictício. Ou seja, deve-se retomar a dupla dimensão que reside na compreensão da realidade concreta: a da *aparência* e da *essência*.

Aparencialmente, como vimos, não apenas o incremento do capital a juros, bem como o do capital fictício, são lucros que não passam diretamente pela valorização produtiva de capital. Assim, retornando ao termo de Marx, expresso no capítulo 21 do livro III, como vimos: seria o “capitalista proprietário” quem se beneficiaria com os ganhos do capital a juros, mas também, com os ganhos do capital fictício. Para a perspectiva individual e isolada, seus lucros seriam reais.

Nesse sentido, os lucros fictícios são “[...] tão reais como qualquer outro, do ponto de vista do ato individual e isolado. E isso fica muito claro se levamos em consideração que, com a quantidade de dinheiro correspondente a esses lucros, posso obviamente comprar qualquer coisa” (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 50). Essa é a perspectiva do mercado, que “permite observar um indivíduo isolado”. Vejamos:

O ponto de vista do mercado, que permite observar um indivíduo isolado ou um ato mercantil isolado, é fundamental nesse aspecto: nessas condições, os lucros fictícios são reais e não se distinguem de qualquer outro tipo de lucro (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 50).

Mas, na perspectiva da totalidade, esses lucros são “pura fumaça”, irrealis, fictícios. Por trás desses lucros, não existe, de fato, a substância do valor que advém do trabalho.

Abandonemos o ponto de vista do ato individual e isolado, que é o que permite ver um pouco mais que a simples aparência, e vejamos o fenômeno de um ponto de vista distinto: o da totalidade. Desse ponto de vista, isto é, da sociedade como um todo, esses lucros são reais? Têm, por detrás, a mais-valia (ou excedente-valor produzido por trabalhadores não assalariados) que lhe confere realidade substantiva? (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 50).

[...]

A resposta é negativa; esses lucros são pura “fumaça”. Da mesma maneira que apareceram como mágica, da noite para o dia, podem desaparecer a qualquer momento, em razão das oscilações especulativas dos valores dos ativos (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 50).

Assim, teríamos quatro formas de existência do capital fictício, três delas, já indicadas por Marx, e que tinham bastante relevância à sua época, e uma quarta que se desenvolveu no período indicado como o da financeirização: o mercado de derivativos. Vejamos:

Encontramos, em Marx, três grandes formas de capital fictício, *o capital bancário, a dívida pública e o capital acionário, todos os três expressando as formas desenvolvidas na época em que escreve. Se a eles agregarmos o atual mercado de derivativos, teremos, então, quase todo o capital fictício* que impulsiona a acumulação de capital e forma o conjunto de capitais que comandam o processo de acumulação em geral e as formas particulares de gestão de unidades individuais de capital, nesta fase do capitalismo financeirizado (NAKATANI, MARQUES, 2009, p. 31, grifo nosso).

Assim, se o capital fictício se difunde e assume importância ainda maior a partir das transações nos chamados mercados financeiros, *locus* central das crises capitalistas contemporâneas, então estaríamos diante de um quadro onde o capital fictício assume uma importância central, jamais presenciada na história do capitalismo.

Complementarmente ao capital fictício que, como vimos, temos indicações dadas por Marx n’*O Capital*, devemos indicar a existência do “capital especulativo parasitário” como uma das formas de capital que mais se desenvolvem no período atual da financeirização e que, a nosso ver, ultrapassa os níveis do capital fictício.

8.2. O capital especulativo parasitário

De acordo com Carcanholo e Nakatani (1999, p. 285), o capital especulativo parasitário pode ser entendido da seguinte maneira:

O capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do *capital a juros* ou *capital portador de juros* quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do *capital industrial*. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar até mesmo as funções produtivas, autonomizadas ou não, e, assim, o que constituía *capital industrial* converte-se em *capital especulativo*. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o *capital especulativo parasitário* como pólo dominante (grifo dos autores).

Assim, quando tratamos da esfera especulativa, estamos falando de um capital que “ultrapassa os limites” necessários ao funcionamento do capital industrial e de suas formas funcionais, quando autonomizadas no interior do ciclo global de reprodução capitalista.

Sua característica básica está no fato de que ele não cumpre nenhuma função na lógica do *capital industrial*. É um capital que não produz mais-valia ou

excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção. No entanto, ele se apropria de excedente e o exige em magnitude crescente. Sua lógica é a apropriação desenfreada da mais-valia, ou melhor, do lucro (o lucro especulativo); realiza assim, ou pelo menos pretende fazê-lo, os anseios derivados da própria natureza íntima do capital: o não compromisso com o valor-de-uso e, apesar disso, a autovalorização. Ele conduz ou pretende conduzir a contradição valor/valor-de-uso ao extremo do seu desenvolvimento, isto é, teoricamente à destruição do valor-de-uso (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 301).

Nesse sentido, tanto o capital fictício quanto o capital especulativo parasitário, não contribuem para a produção de valor. Ocorre que, diferentemente do capital fictício, o capital especulativo parasitário não se converte mais em capital a juros. Não “produz mais-valia ou excedente-valor e não favorece nem contribui para a sua produção”, ou seja, é nesse nível, em que o ciclo de reprodução do capital, talvez atinja uma contradição ainda maior. Quando a própria acumulação de capital fica comprometida pelas quantidades crescentes de valor que são direcionadas para a esfera financeira não contribuindo nem para a circulação comercial, nem para a produção de mais-valia. Mas, como essas formas fictícias de valorização necessitam se retroalimentar, não basta que as taxas de investimento tenham uma queda constante, como vimos no primeiro capítulo, desta dissertação. É necessário que se combine à esta queda do investimento, um progressivo aumento na exploração da força de trabalho, aumentando os níveis de extração de mais-valia em todo o mundo⁶⁵, fazendo com que o capitalismo se estabeleça, na atualidade, como um sistema de baixíssimo crescimento como nos indica Marques (2010).

É nestes termos, que podemos indicar uma fase senil, em que as forças destrutivas superam as forças produtivas como afirmam Amin (2009) e Beisntein (2001).

9. Conclusão: a natureza fictícia da esfera financeira

Notamos, com isso, que no interior da esfera financeira as formas do capital a juros autonomizadas deste, tais como o capital fictício (termo já grafado por Marx) e o capital especulativo parasitário, passam, cada vez mais, a ter proeminência sobre as outras formas de capital.

⁶⁵ “A lógica capitalista seria totalmente absurda se estivesse simplesmente sustentada, e por tanto tempo, pelo simples crescimento dos lucros fictícios. Apesar de ter-se tornado um curioso e poderoso mecanismo de se contrapor à tendência à queda da taxa de lucro, não pode constituir-se em sustentação da continuidade do capitalismo. O mencionado incremento da exploração teve como origem o aumento da mais-valia relativa (graças ao desenvolvimento tecnológico do período), a mais-valia absoluta (expansão e intensificação das jornadas de trabalho), o incremento da superexploração (redução dos salários reais diretos e indiretos) e o incremento da miséria dos trabalhadores não assalariados” (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 58)

Contudo, no âmbito de alguns dos trabalhos que atualmente têm se dedicado ao estudo da financeirização⁶⁶, existem significativas diferenças interpretativas entre os autores que concordam (ou não) com a existência de uma nova fase financeirizada. E em alguns deles notamos também mudanças na forma de compreensão do uso de determinadas categorias. Apenas recentemente, por exemplo, Chesnais (2010a) passaria a dar mais ênfase ao capital fictício em relação ao capital a juros, no interior do que chama de “regime de acumulação predominantemente financeirizado”.

Ao mesmo tempo, nem todos concordam que vivemos em uma nova fase do capitalismo onde se poderia falar de um “capitalismo parasitário” ou de forte influência do capital fictício, uma fase, digamos, de dominância da esfera financeira do capital. Por isso, atribui-se aos “teóricos da financeirização”⁶⁷ algumas características em suas interpretações que merecem um tratamento mais cuidadoso para a devida compreensão do momento pelo qual atravessa o capitalismo contemporâneo.

Assim, na atualidade, de formas auxiliares do capital industrial, aquelas formas autonomizadas deste tornam-se centrais. Ao tratarmos do período em questão, que estamos chamando de financeirização, o capital fictício e o capital especulativo parasitário tornam-se essenciais na análise do sistema econômico.

Desta forma, tanto o capital fictício quanto o capital especulativo parasitário foram os principais responsáveis pela dominação da esfera financeira que se abre nas últimas décadas. Concordamos, mais uma vez, com Carcanholo e Sabadini (2009, p. 47) ao afirmarem que na atual etapa do capitalismo “o capital fictício tem alcançado predomínio sobre o capital substantivo”. E que “ele mudou de caráter ao transformar-se de pólo dominado para dominante”. Mudou de caráter, pois no seu desenvolvimento histórico, o capital especulativo

⁶⁶ Apesar da existência de inúmeros outros, citamos aqui, a título de ilustração, apenas alguns autores que se dedicaram ou estão se dedicando a este tema, alguns mencionados no primeiro capítulo desta dissertação: Harvey (1990, 1996), Braga (1993), Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 2005; 2010a; 2010b), Duménil e Lévy (2003), Lapavistas (2009), Carcanholo e Nakatani (1999; 2001), Germer (1995), Carcanholo e Sabadini (2009); Carcanholo (2006a; 2006b; 2013), Marques (2010), Marques e Nakatani (2009; 2013), Paulani (2009; 2011), Prado (2013a, 2013b).

⁶⁷ Uma série de artigos críticos tem sido produzida acerca das análises caracterizadas como a dos “teóricos da financeirização”. Entre eles estão os trabalhos de Cipolla e Pinto (2010), Katz (2011), Astarita (2008), Bonnet (2002). Da mesma maneira, entre eles também não se pode dizer que há uma unidade nas interpretações, pelo contrário. Mas, em todos eles percebe-se a recusa à interpretação de que a atual fase seja dominada pelas finanças e que os mencionados teóricos da financeirização teriam combinado conceitos marxistas a uma interpretação presa à matriz keynesiana, fato este que julgamos parcialmente correto devido ao fato, como já afirmamos, da existência de diferenças leituras teóricas entre os denominados “teóricos da financeirização”, ainda que compartilhem de uma mesma perspectiva crítica geral ligada de diversas formas ao legado de Marx.

parasitário e, no interior dele, o capital fictício, de pólo dominado, alcançam a posição de pólo dominantes. Vejamos:

O que antes era *capital industrial*, síntese das formas autonomizadas de *capital produtivo*, *capital comercial* e *capital a juros* e hegemonizado pelo primeiro (o capital produtivo), converte-se em *capital especulativo*, síntese de várias formas de capital, uma das quais, a hegemônica, o *capital especulativo parasitário* [...]. O *capital industrial*, cuja lógica era a apropriação baseada na produção de mais-valia, converte-se, não em capital parasitário, mas em *capital especulativo*. Na verdade, enquanto este é síntese, o *capital especulativo parasitário*, dentro dele, é a dimensão daquele que se remunera parasitariamente; é, portanto, seu aspecto parasitário e domina toda a sua lógica (a lógica do *capital especulativo*, como síntese) (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999, p. 301-302, grifo dos autores).

Assim, o capital especulativo parasitário e o capital fictício são elementos fundamentais para a devida compreensão do atual momento do capitalismo, ainda que seja difícil precisar qual é a magnitude exata desta ou daquela forma de capital. De todas as formas, Marques e Nakatani (2013, s/p) nos indicam que:

[...] o montante total dos derivativos no conceito OTC – *Over The Counter* –, também chamado de operações de balcão nos mercados financeiros, atingiu 647,7 trilhões de dólares, cerca de dez vezes o PIB mundial de 2011. [...] a chamada crise de 2008 não teve repercussão significativa nesse mercado de derivativos. Ou seja, a superacumulação de capital, que foi direcionada para a esfera financeira, continua a comandar o sistema financeiro internacional, especulativo e parasitário, extraindo excedentes dos países atrasados ou emergentes, na forma de remessas de lucros, pagamento de juros e de royalties (MARQUES, NAKATANI, 2013, s/p, grifo nosso).

Assim, acreditamos que essas e outras características não podem ser menosprezadas, bem como as consequências que elas provocam em todas as fases do ciclo do capital industrial e, conseqüentemente, na sociedade. Nesse sentido, baseamo-nos no entendimento de que o capital fictício e o capital especulativo são as formas de capital que mais se alimentam da “hipertrofia financeira”.

Nesse sentido, devemos, agora, saltar à análise crítica deste conjunto de ideias apresentadas até aqui. Análises que, recorrendo à Marx, discordam de a esfera financeira mantenha uma autonomia (mesmo que relativa) em relação ao ciclo global de reprodução do capital e que no interior dela poderíamos falar de um crescimento desmensurado destas formas autonomizadas do capital a juros: tais como o capital fictício e o capital especulativo parasitário.

Capítulo 3. Investigando as posições críticas às “teorias da financeirização”

1. Introdução

O objetivo deste capítulo é apontar os limites e possibilidades para o desenvolvimento teórico dos trabalhos que foram apresentados até aqui e que iremos, a partir de agora, denominar como “teorias da financeirização” (TF)⁶⁸. Os trabalhos que serão investigados neste capítulo discordam do núcleo central do que afirmamos no primeiro capítulo, ou seja: que a esfera financeira ganhou uma autonomia⁶⁹ em relação ao ciclo global de reprodução capitalista e que, decorrente dessa autonomia, pelo menos desde a década de 1980, tem ocorrido uma dominância da esfera financeira sobre o ciclo global.

Assim, agora, faremos um levantamento dos principais trabalhos críticos ao que podemos denominar como “teorias da financeirização”. O grupo de trabalhos que será analisado neste capítulo é, também, um grupo heterogêneo e ainda não muito extenso de pesquisas.

Talvez por dois motivos especiais a lista de trabalhos críticos ao que estamos denominando por “teorias da financeirização” ainda não seja tão extensa. O primeiro diz respeito ao fato de que os primeiros trabalhos que poderiam ser caracterizados como integrantes das TFs datam de um período muito recente, de meados da década de 1980 e início da década de 1990⁷⁰. O segundo motivo, a nosso ver, se dá pelas razões apontadas pelo próprio Katz (2011, p. 39, grifo nosso):

Vale ressaltar que a Teoria da Financeirização (TF) é, sem dúvida, um desenvolvimento respeitável do ponto de vista científico, pois se trata de

⁶⁸ Este é o termo utilizado por Katz (2011) ao se referir ao conjunto de trabalhos composto por: Chesnais (1996; 2005, 1995: “A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. *Economia e Sociedade*. Nº 5, pp. 1-30, dez.), Carcanholo e Nakatani (2006a), Belluzzo (2005). Em si, este conjunto constitui um conjunto diverso e heterogêneo de pesquisadores, mais que uma unidade de pensamento ou a uma “escola teórica” na qual o objeto comum (a reprodução do capital dominada sob o signo das finanças) teria produzido os mesmos diagnósticos e, como consequência, os mesmos apontamentos e “soluções”. Ainda que passemos a utilizar esta expressão “Teorias da Financeirização”, pelos motivos apontados e pela reduzida relação de trabalhos relacionados por Katz (2011), julgamos o termo mais apropriado pelo que ele representa do que pelo que, de fato, explica. Ou seja, a utilização do termo não significa uma total concordância ao que propõe Katz (2011) neste ponto.

⁶⁹ Entendemos que o termo “autonomia” é um termo *relacional*. Ou seja, que todo tipo de autonomia se dá em relação a algo. Temos insistido no fato de que a autonomia da esfera financeira é relativa (Cf. Capítulo 2, item 2 desta dissertação). A partir de agora, passaremos a utilizar apenas o termo “autonomia” para descrever a autonomia que só pode ser relativa, do conjunto do ciclo global da reprodução capitalista. Caso não quiséssemos demonstrar que a autonomia é relativa, utilizaríamos o termo “separação” entre as esferas.

⁷⁰ Entre os trabalhos que talvez sejam pioneiros na análise das finanças, como elas se configuram a partir da década de 1980 e, no interior dela da predominância do capital portador de juros, ainda que por distintos caminhos no interior do marxismo, temos o trabalho de 1982 de Harvey, Cf. 1990 e o trabalho de 1994 de Chesnais, Cf. 1996.

uma construção que procura integrar uma teoria a fatos da realidade, tem sido muito importante também politicamente, como estimuladora de denúncias de situações perversas, e sobre seus fundamentos têm sido produzidas interessantes descrições do panorama atual. Embora o nome de Chesnais se destaque entre seus mentores, trata-se do resultado da colaboração de grande número de autores por todo o mundo. A aceitação que conquistou nos últimos anos é muita ampla, o que leva a que consideremos o *mainstream das Esquerdas* em relação à interpretação do capitalismo atual.

Não podendo, porém, caracterizar esses trabalhos críticos às “teorias da financeirização” (TF) como pertencentes a uma mesma escola de pensamento, faremos um levantamento de alguns dos principais argumentos direcionados contra as posições até aqui defendidas, principalmente em relação às posições apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, já que, muitos argumentos que serão apresentados agora, recorrem cada um à sua maneira à Marx nos pontos que expusemos no segundo capítulo da dissertação.

Primeiramente, a crítica levantada é a de que a esfera financeira não deve ser analisada separadamente da esfera produtiva. A separação que Marx faz para analisar o capital comércio de dinheiro cumpriria fins meramente didáticos e metodológicos já que o próprio desenvolvimento do capital implica a fusão e ligação das formas funcionais do capital (ASTARITA, 2012), assim, mesmo que as formas funcionais tenham se autonomizado, existiria entre elas uma unidade. Nesse sentido, não se deve analisar o processo de financeirização iniciado nas últimas décadas através de ciclos ou esferas separadas umas das outras (BONNET, 2002).

Em seguida, a crítica levantada em alguns dos trabalhos que serão analisados é a que diz respeito à determinação das taxas de juros. Neste ponto, como nos indicam Cipolla e Pinto (2010), a taxa de juros seria determinada pela taxa de lucro. Assim, decorrente desse fenômeno, em maior ou menor grau, não teria ocorrido um aumento tão “exagerado” das taxas de juros nas últimas décadas que pudesse justificar um crescimento tão acelerado da esfera financeira.

Nesse sentido, ainda que os trabalhos que serão apresentados concordem com o fato de que, na atualidade, a esfera financeira teria atingido uma enorme magnitude, esse aumento não condicionaria a existência generalizada e o crescimento desmesurado do capital fictício. Poucos são os autores que têm dado a devida importância a respeito da proeminência do capital fictício⁷¹. E, cada um tem uma distinta interpretação dessa forma de capital.

⁷¹ Cipolla e Pinto (2010, p. 14-15), por exemplo, acreditam que o capital fictício não têm, de acordo com Marx, nenhuma função explicativa para o processo de financeirização. Vejamos: “[...] um erro básico estaria sendo cometido, pois as ações não representam direitos sobre o capital real, mas sim, direitos sobre uma fração dos lucros gerados pelo capital real. Aliás, é daí que Marx retira o importante conceito de capital fictício, conceito

Isso ocorre, mesmo entre as “teorias da financeirização”. Entre elas temos os trabalhos de: Carcanholo e Nakatani (1999), Carcanholo e Sabadini (2009), Paulani (2009; 2011; 2012), Marques (2010; 2011), Marques e Nakatani (2009; 2013) que, ainda que mantenham entre si uma posição bastante próxima, têm algumas pequenas diferenças interpretativas como serão analisadas em relação a esta categoria. Como vimos ainda, apenas recentemente é que Chesnais (2010) passa a reconhecer a importância que assume o capital fictício.

Já entre os trabalhos críticos às “teorias da financeirização”, encontramos este termo apenas em Prado (2014), Bonnet (2002) e Astarita (2012), este último, com uma interessante interpretação desta categoria, como veremos mais à frente.

Estes trabalhos têm como base as análises de Marx. Cada autor, à sua maneira, recorre à Marx para demonstrar que os pontos levantados até aqui, principalmente no primeiro capítulo desta dissertação, não podem caracterizar um predomínio da esfera financeira sobre o ciclo global de reprodução de capital. E, mais que isso, a crítica que será apresentada, exclui a possibilidade de que seja o capital fictício a sustentar o crescimento gigantesco (ao menos para nós) desta esfera financeira.

Ao lado das críticas levantadas, elencaremos nossas posições. Algumas das críticas julgamos válidas e acreditamos que contribuem para o desenvolvimento e atualização dessas “teorias sobre a financeirização”. Outras julgamos infundadas e, dentro de nossas possibilidades, indicaremos seus limites com base no movimento da realidade e nas próprias indicações do que Marx sugere n’ *O Capital*.

Dessa forma, nossa hipótese agora, é a de que a análise da autonomização da esfera financeira não invalida a teoria do valor-trabalho de Marx e, pelo contrário, mantém o método dialético do autor atualizando as ferramentas interpretativas do marxismo privilegiadas pela investigação da nova fase do capitalismo.

Assim, nossas posições sobre os limites a que pode chegar a esfera financeira, não serão abordados neste capítulo, mas sim, nas considerações finais desta dissertação. Com base nesta rápida introdução, passaremos aos argumentos levantados pelas críticas às “teorias da financeirização”.

que para eles não tem nenhuma função na análise da financeirização”. Katz (2011), não faz menção a esta categoria marxista.

2. Distanciamento da esfera financeira em relação ao ciclo global de reprodução do capital e crítica à existência de uma nova fase do capitalismo dominada pelas finanças

Talvez o ponto mais polêmico e que gera críticas às “teorias da financeirização” é a análise de que, nestes trabalhos, residiria uma separação analítica entre a esfera financeira e o conjunto do ciclo global do capital. Desta crítica surgiria a análise de que o capitalismo nas últimas décadas não passou por nenhum “regime de acumulação especial”, como nos indica Astarita (2012) ou que, para que possa haver crescimento financeiro, deveria haver, concomitantemente, desenvolvimento das forças produtivas, como nos indicam Katz (2011), Cipolla e Pinto (2010) Prado (2013a; 2013b; 2014) e o próprio Astarita (2012).

Katz (2011), bem como Cipolla e Pinto (2010), por exemplo, prendem-se ao fato de que o capital produtivo teria a dominância na totalidade da reprodução capitalista sobre as outras formas funcionais do capital dado que o próprio Marx teria explicitado esse fenômeno nos *Aditamentos d’O Capital*, como segue abaixo:

As formas – o capital comercial e o capital gerador de juros – são mais antigas que a oriunda da produção capitalista, o capital industrial, a forma fundamental das relações de capital regentes da sociedade burguesa e com referência à qual as outras formas se revelam derivadas ou secundárias. [...] E é por isso que o capital industrial, no processo do seu nascimento, tem primeiro de subjugar aquelas formas e convertê-las em funções derivadas ou especiais de si mesmo. Encontra, ao formar-se e ao nascer, aquelas formas mais antigas [...]. *Onde a produção capitalista se desenvolveu na amplitude de suas formas e se tornou o modo dominante de produção, o capital produtor de juros está sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação.* Ambos têm de ser antes destruídos como formas autônomas e antes submetidos ao capital industrial. Emprega-se a força (o Estado) contra o capital produtor de juros, reduzindo-se pela coerção a taxa de juros [...] Mas este é um estilo que pertence aos estádios menos desenvolvidos da produção capitalista. O verdadeiro meio do capital industrial para subjugar o capital produtor de juros é a criação [...] do sistema de crédito (MARX apud CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 293-294, grifo nosso).

Essa dominância do capital produtivo sobre as outras formas de capital foi um elemento necessário para a conformação da sociedade capitalista quando a sociedade feudal estava em dissolução. Como indicado acima, Marx, quando afirma que “[...] o capital produtor de juros *está* sob o domínio do capital industrial, e o capital comercial é apenas uma figura do capital industrial, derivada do processo de circulação”, não quer dizer que esta seja uma característica a-histórica válida para qualquer formação social capitalista.

Ao contrário, Marx utiliza o termo “*está*”, deixando implícito, justamente, que naquele período de formação do capitalismo, a forma conhecida como capital produtivo passava a

dominar e colocar sob seu julgo as outras formas funcionais do capital, mais antigas que este. Assim, a partir de agora, iremos analisar as críticas às “teorias da financeirização” em relação à esse possível descolamento entre as fases (ou esferas) do ciclo global de reprodução do capital.

Inicialmente, uma das boas críticas apresentadas às “teorias da financeirização” é a desenvolvida por Cipolla e Pinto (2010). O primeiro ponto levantado por esses autores é o que diz respeito, justamente, a essa separação analítica que estaria contida nas teorias da financeirização. Vejamos:

As visões sobre a financeirização⁷² sofrem, em geral, de duas deficiências congênicas⁷³. Primeiro, as noções de dominação financeira sobre o lado real bipartem a economia em esferas que não são propriamente separáveis. Sabemos que Marx estuda a acumulação monetária e a acumulação real não porque sejam dois fenômenos separados. Ao contrário, grande parte da acumulação monetária é um reflexo da acumulação real. As estuda justamente para ver o grau em que a acumulação monetária pode divergir da acumulação real em virtude da expansão e desenvolvimento do sistema de crédito (CIPOLLA; PINTO, 2010, p. 22-23).

Acreditamos, porém, que esse tipo de crítica não se aplica como um todo ao que ele chama por “teóricos da financeirização”. Assim, julgamos correta sua posição de que “[...] grande parte da acumulação monetária é um reflexo da acumulação real”. Mas, como vimos no segundo capítulo da dissertação, acreditamos que o próprio capital (que surge da acumulação monetária) e que aparece como um “reflexo” de um capital real pode se tornar, por exemplo, um capital fictício. Vimos as três formas sobre as quais se forma o capital fictício, sendo que, fundamentalmente, esta forma de capital surge de uma ilusão social⁷⁴.

Também como vimos no capítulo anterior desta dissertação, Marx, no terceiro livro d’*O Capital*, analisa o processo de autonomização das formas funcionais do capital e, quando o faz, entende que a economia não está repartida entre três esferas (produtiva, comercial e

⁷² Para Cipolla e Pinto (2010) incluem-se como “teses da financeirização”: Foster e Magdoff (“Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº. 24, pp. 7-40, junho de 2009), Husson (“Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital”. Disponível em <<http://hussonet.free.fr/finamarx.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2010) e os mencionados trabalhos de Chesnais (1996), Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009).

⁷³ A segunda deficiência será analisada no segundo ponto deste capítulo: “Relação entre taxa de lucro e taxa de juros”.

⁷⁴ Como indicamos no segundo capítulo da dissertação: “O primeiro a considerar-se é que o capital a juros, por si mesmo, produz uma ilusão social e é exatamente a partir dela que surge o capital fictício. No capitalismo, a existência generalizada do capital a juros, cujo significado aparente é o fato de que toda soma considerável de dinheiro gera uma remuneração, produz a ilusão contrária, isto é, a que toda remuneração regular deve ter como origem a existência de um capital. Tal capital em si não tem maior significado para o funcionamento do sistema econômico e pode ser chamado de *capital ilusório* (valor presente de um rendimento regular)” (CARCANHOLO, SABADINI, 2009, p. 43).

financeira), mas sim, que um mesmo capital atravessa várias fases e que essas várias fases constituem uma unidade contraditória. Mas isso será examinado mais à frente.

Katz (2011, p. 94), por sua vez, acredita que vivemos em um “período crítico” do capitalismo a partir do último quarto do século XX, “[...] porém o entendimento dos porquês, e dos para onde, são bem distintos daqueles da TF”⁷⁵. Assim, “[...] o que ocorreu foi que ao final da década de 70 sucedeu o acaso de uma Grande Transformação (GT)⁷⁶ e, após uma curta transição, o início de outra movida pelo ‘quinto Kondratiev’” (KATZ, 2011, p. 94).

Para Katz ainda que não se trate de uma nova fase, trata-se, contudo, de um “período novo”. Diferentemente do que acreditariam as TFs, este período não seria caracterizado pela dominância da esfera financeira sobre a esfera produtiva. Mas sim, pelo impulso que um novo PTD (Paradigma Tecnológico Dominante) teria impulsionado dentro do MPC (Modo Capitalista de Produção). Um novo PTD teria provocado, neste último quarto do século XX, a abertura de uma nova Onda de crescimento que, para o autor, poderia também ser caracterizado como um “quinto Kondratiev” (KATZ, 2011, p. 93-94). Vejamos mais a fundo como Katz relaciona PTD com as Ondas:

O lançamento, e em seguida o desenvolvimento, de PTDs, impactam as sociedades capitalistas em geral, propiciando a geração de surtos de crescimento econômico, doravante chamados Ondas. A expressão vai se referir a estes surtos de crescimento, porque se trata de um tipo de fenômeno que constrói histórias de “ascensão e queda”, ou seja, que produzem episódios oscilatórios. Já a expressão Ciclos, e seus derivados, serão utilizados para aludir, de forma neutra, a simples ideia de repetição de características, sem relação com Ondas, nem com as inúmeras elaborações associadas às teorias de Ciclos.

Assim, para Katz (2011), o impulso provocado pelas mudanças de PTD teria aberto a possibilidade de uma nova Onda, mas, para além dela, de um “quinto Kondratiev”, na medida em que “repete características” de ciclos de crescimento anteriores. Para nós, essas

⁷⁵ Para Katz, entre as “teorias da financeirização” estão os trabalhos de: Chesnais (1996; 2005) e Carcanholo e Nakatani (2006a). Como indicado acima, sentimos falta nessa crítica de inúmeros trabalhos. Destes últimos autores, os mais emblemáticos: Carcanholo e Nakatani (1999); Carcanholo e Sabadini (2009) não estão relacionados nem nas Referências Bibliográficas. Mas também aqui não aparecem Lapavitsas (2009), Duménil e Lévy (2003) nem Harvey (1996). Em contrapartida como “teorias da financeirização” está relacionado o prefácio de Belluzzo (2005) ao livro organizado por Chesnais (2005). Acreditamos que este é um primeiro problema da crítica de Katz, a relação que inclui como “teorias da financeirização” é limitada.

⁷⁶ As GTs seriam as Grandes Transformações (Katz, 2011, p. 50) baseadas na ideia de Polanyi (*The Great Transformation*) e corresponderiam a períodos aproximados de 100 anos dentro da “evolução” do capitalismo. Já o Quinto Kondratiev seria uma possibilidade aberta na atualidade. Os “ciclos de Kondratiev” seriam, em ordem histórica, os seguintes: “[...] o primeiro Kondratiev, de 1770/1780 a 1830/1840, baseou-se na expansão da indústria têxtil e na difusão do uso fabril da máquina a vapor. O segundo, de 1830/1840 a 1880/1890, nas ferrovias e no aço. O terceiro, de 1880/1890 a 1930/1940, na eletricidade, nos motores de combustão interna e na indústria química. O quarto Kondratiev, de 1930/1940 a 1980/1990, apoiou-se em um conjunto de tecnologias e indústrias: as de bens de consumo duráveis, particularmente os automóveis, a petroquímica, os materiais sintéticos e a eletrônica. Um possível quinto Kondratiev, de 1980/1990 até (...?), estaria centrado nos computadores e indústrias relacionadas às informações e comunicações” (KATZ, 2011, p. 263-264).

classificações de Katz não buscam compreender o desenvolvimento do capitalismo com base na teoria do valor-trabalho de Marx. Assim, julgamos que essas periodizações (“PTD”, “Ondas”, “Ciclos”) fogem do que se propõe neste trabalho: compreender o “problema” da financeirização, sua natureza, gênese e desenvolvimento. Assim, como o objetivo de Katz (2011) é apresentar uma crítica contundente às teorias da financeirização, julgamos que o mais acertado seria levantar argumentos interpretativos sobre esse objeto: a esfera financeira.

Outro aspecto do trabalho de Katz (2011) que merece ser destacado diz respeito a um suposto “Modelo Histórico Estrutural (MHE)”, que seria caracterizado como o “Método de Marx” e que o autor se questiona se teria falhado quando da “*débâcle* do socialismo no Leste Europeu”. Este MHE seria “[...] a visão que predominava nas Esquerdas acerca do funcionamento sistêmico do capitalismo” (KATZ, 2011, p. 41). Acreditamos que o método de Marx não corresponde a nenhum modelo e foge a qualquer perspectiva “estruturalista” de análise. Nisso, o trabalho de Bonnet (2002) será elucidativo, como veremos à frente. E, pelas assertivas de Katz (2011), ao referir-se ao método como um “Modelo Histórico Estrutural”, para além da escolha semântica do termo “modelo”, parece-nos que Katz propõe, de fato, a substituição de um “modelo”, superado com a derrocada da URSS⁷⁷, por outro.

Esta implícita substituição de um modelo por outro o leva a acreditar que seja o desenvolvimento desenfreado da tecnologia, que ele atribui o nome de PTD (Paradigma Tecnológico Dominante), seja o “motor da história”⁷⁸, ainda que ao fim de sua análise tente se livrar deste problema⁷⁹, em inúmeras passagens pode-se perceber esse deslocamento.

Paralelamente à substituição de modelos metodológicos, Katz (2011) opera a substituição de uma lei tendencial esboçada por Marx, já no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848. A de que: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 2008, p. 8). Para Katz, ao contrário, e com base no famoso *Prefácio da Contribuição a crítica da economia política* seria o “avanço tecnológico” que produziria as

⁷⁷ “Assim, o Método, ou melhor, a versão dominante do Método, falhou redondamente na previsão da *débâcle* do socialismo do Leste Europeu, nas explicações de porque a mesma aconteceu e, até então, na elaboração de propostas amplamente aceitas para o futuro” (KATZ, 2011, p. 42). Sobre o materialismo formal largamente utilizado na URSS e que influenciaria as primeiras gerações de intelectuais marxistas no Brasil, ver, por exemplo, Cf. Konder (2009), capítulos 5, 6, e 7.

⁷⁸ Vejamos o que diz Katz (2011, p. 94) acerca de sua adesão teórica ao marxismo: “[...] não há nenhuma pretensão de originalidade em relação aos argumentos centrais apresentados, pois baseiam-se da maneira mais fiel que se conseguiu, no que se entende ser o esquema clássico de Marx. Daí a importância que foi dada ao aspecto tecnológico nos reparos sugeridos para a reconstrução do Método Histórico Estrutural, que é marca de uma influência genuinamente marxista” (KATZ, 2011, p. 94).

⁷⁹ No final dos capítulos em que faz a crítica às TFs, Katz (2011, p. 94) diz: “Em nenhum momento, porém, nas explicações apresentadas, caiu-se no ‘tecnicismo’. Estas mudanças tecnológicas suscitam reações entre as esferas que condicionam a luta de classes a ser o motor da História”.

contradições entre as forças produtivas e as relações sociais de produção e que nos parece fazer às vezes de “motor da história”. Vejamos:

Uma das ideias apresentadas no trecho do *prefácio* [...] é que o contínuo avanço tecnológico leva a que: “Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes”. *Dito de outra forma, a partir de certo ponto, o avanço no nível tecnológico dos processos produtivos gera situações de contradições com a relação de produção vigente* (KATZ, 2011, p. 44, grifo nosso).

Para nós, não é o desenvolvimento da tecnologia (que deve ser analisado de forma distinta do desenvolvimento técnico, pois, para Marx, seriam conceitos e ideias distintas uma da outra⁸⁰) que possibilita o acirramento das contradições no interior de um modo de produção. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, é o desenvolvimento das forças produtivas, que tem uma dinâmica mais veloz, em contradição com as relações sociais de produção, que possui uma dinâmica mais lenta, que acelera as contradições de determinado modo de produção.

Fosse apenas o desenvolvimento técnico o “motor da história”, as relações sociais de produção seriam um simples apêndice deste desenvolvimento técnico, ou, na melhor das hipóteses, do desenvolvimento das forças produtivas (síntese do desenvolvimento – qualitativo e quantitativo – da classe trabalhadora com o desenvolvimento técnico).

Mais à frente, Katz mantém a mesma posição quando aduz às TFs o erro de uma análise “deduzida erroneamente” do que está exposto no *Prefácio* de Marx ao afirmar que:

Uma conclusão deduzida erroneamente desta ‘lei’ [*exposta no Prefácio de Marx*] é que, *uma vez instalada a contradição entre a tecnologia em uso naquele momento e a relação capitalista*, o modo de produção passaria a funcionar sob imensas dificuldades (KATZ, 2011, p. 45, grifo nosso).

Julgamos, contudo, que esta interpretação de Katz (2011), tanto do famoso *Prefácio* de Marx, quanto do deslocamento interpretativo que opera da luta de classes para o desenvolvimento tecnológico como o “motor da história”, não é a questão central pela qual divergimos de sua análise do atual momento do capitalismo.

Acreditamos que Katz (2011) faz uma leitura da obra de Marx *determinista*⁸¹. Assim ele não leva em conta o relacionamento entre as formas funcionais do capital quando elas se

⁸⁰ Cf. Bettelheim, Charles, 1979, p. 24-54.

⁸¹ O termo “determinista” aqui é utilizado no sentido de que Katz (2011) acredita que existe uma super-determinação da esfera produtiva sobre o ciclo global de reprodução do capital. E, ao que parece, esta determinação se estende também à superestrutura (jurídico, política e ideológica) da sociedade capitalista. Sabemos que, em última instância, Marx (2008, p. 47, grifo nosso) indica que “A totalidade dessas relações [*sociais*] de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” e que, “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”. Mas sabemos

tornam autonomizadas e ganham uma autonomia entre si. Desta forma, Katz (2011, p. 92, grifos nossos) diz que,

É exatamente no âmbito da Esfera Produtiva que já se situa a primeira Conjectura proposta, de que, no MPC [*Modo de Produção Capitalista*] já houve diversos PTDs, e outros ainda poderão vir a se impor. Logo, porém, entra em cena a segunda Conjectura, que afirma que a Superestrutura, em sintonia e interação com as Ondas, que são a manifestação dos movimentos na base econômica, também experimenta mudanças, desenvolvendo movimentos compatíveis. *Fica já definido o entendimento do caráter determinante da esfera da produção e da existência, pelo menos em uma direção, de relação entre as esferas.*

Assim é que,

Esta conexão entre as esferas, e a importância da atuação de todas, fica ainda mais clara um pouco adiante, quando se Conjectura, a partir de um fenômeno na Esfera da Produção, *o porquê da exacerbação das finanças e seu fugaz ‘domínio’, no limiar do reinado de cada novo PTD* (KATZ, 2011, p. 92).

Nesse sentido, a conclusão final a que chega é que, no final de cada grande PTD, as finanças passariam a ocupar um papel *aparencial* e “fugaz” de predominância. Seria este o motivo pelo qual o período atual de crise “estrutural” aberto no último quarto do século XX teria a “explosão do mercado financeiro” como um dos elementos centrais (KATZ, 2011, p. 94).

Para nós, esta não é uma interpretação apropriada do atual momento do capitalismo, pois se esquece de que o próprio Marx, no livro III d’*O Capital* (2008, p. 423), já afirmava que o ciclo de rotação do capital é uma unidade contraditória que atravessa várias fases, nas quais, um mesmo capital aparece sob várias formas. E que, com a divisão social do trabalho as várias formas sob as quais o capital se apresenta vão se autonomizar, ainda que mantenham estreitas relações de submissão e dominância entre si.

Mas Katz (2011) utiliza uma interpretação própria das TFs, pois acredita que entre elas existe o entendimento de que a esfera financeira seria o *locus* “exclusivo” das mudanças em curso no capitalismo contemporâneo⁸². Dessa forma, sua análise entende que no atual

que esta superestrutura não é receptora passiva dos elementos organizados na estrutura econômica da sociedade. Aquela incide sobre esta, alterando suas bases. O que existe entre ambas é uma relação de interação entre a base econômica sobre a superestrutura na qual, em última instância, esta é determinada sobre aquela. Uma das matrizes de concepções marxistas “deterministas” ou “esquemáticas” está em: Cf. Althusser (2003). Ali temos que a superestrutura apresenta-se como um reflexo derivado da estrutura material da sociedade. Veremos que esta perspectiva determinista ou esquemática será criticada por Bonnet (2002) estendendo a crítica a Chesnais como um signatário de uma matriz estruturalista que encontraria em Althusser uma das matrizes.

⁸² Vejamos o que diz Katz (2011, p. 40, grifo nosso): “Reconhecendo-se as contribuições positivas da TF e respeitando-se todo o apoio que tem recebido, temos indicado a existência de um problema teórico que, entendemos, compromete aspectos deste posicionamento. Esta referência diz respeito ao papel protagônico para não dizer *exclusivo*, que é concedido à Esfera Financeira como o locus da geração de fatos, a partir dos quais

momento do capitalismo a esfera produtiva não está submetida à esfera financeira, ainda que, para nós, entre elas exista um estreito relacionamento com a dominância da esfera financeira sobre o ciclo global de reprodução do capital.

Não significa, porém, que no período caracterizado por nós como “financeirização”, a forma funcional autonomizada do capital a juros, e as formas que se autonomizam dele, o capital fictício e o capital especulativo parasitário, tenham se descolado por completo do capital produtivo, mas sim, que na atual fase, essas formas subjagam e submetem o capital produtivo.

Assim, Carcanholo e Sabadini (2009, p. 58-59), por exemplo, acreditam que, na atual fase capitalista o trabalho humano continua sendo a fonte geradora de valor. Vejamos:

Nossa concepção de que o futuro da sociedade, enquanto sobreviva como capitalista, implica elevação do grau de exploração dos trabalhadores e de crescimento absoluto da miséria em amplas camadas da população, deriva diretamente da teoria marxista do valor, entendida adequadamente. Para ela, a riqueza capitalista e, em particular, o lucro capitalista têm origem, e segue (como não poderia deixar de ser) tendo origem na etapa atual, no trabalho humano. O avanço tecnológico tem papel importante, porém como mecanismo de transferência de mais-valia (por meio dos lucros extraordinários e das rendas de monopólio) e não como produtor da mesma (salvo pelo mecanismo de mais-valia relativa, mecanismo esse mais que compensado, no que se refere à taxa de lucro, pela elevação da composição orgânica do capital).

E que, discordando de uma possível perspectiva keynesiana, acreditam que não é possível opor um “capital financeiro” a um “capital produtivo”.

Se, além disso, os participantes das mencionadas concepções crêem que a oposição capital financeiro *versus* capital produtivo aparece concretizada em mãos distintas, conformando frações totalmente diferentes no interior da burguesia, a coisa ficaria muito mais fácil ainda: bastaria promover a fração burguesa produtiva, *progressista* (sic), a setor dominante; para isso seria indispensável aliar-se a ela, ou melhor, subordinar-se politicamente a ela (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 60).

Assim, os partidários dessa perspectiva, “Vivem em um mundo de sonhos: a utopia de um capitalismo humanizado. E são felizes com sua concepção e com seus sonhos” (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 60), pois, o “capital financeiro” (sic) não é dominado unicamente por uma fração burguesa financeira, nem o capital produtivo pela fração da burguesia industrial. Na verdade, como vimos, capital a juros e capital produtivo são fases de um mesmo ciclo global de reprodução do capital e as “teorias da financeirização” não discordam disso. E, no movimento da realidade, a burguesia atua como uma classe que extrai

estariam sendo deflagrados os movimentos e as transformações do capitalismo. Ou seja, a direção da causalidade, em relação às Leis de Movimento do capitalismo, é apresentada como se originando fora da Esfera da Produção”.

valor do trabalho e que, na atualidade, o remete para a esfera financeira não podendo, nesse sentido, falarmos de uma fração da burguesia que age unicamente na esfera financeira e outra na esfera produtiva.

Outro autor crítico a essas teorias é Astarita (2012) que, por sua vez, ainda que caminhe na mesma direção de Katz, propõe-nos uma análise muito mais próxima às “teorias da financeirização”. O primeiro ponto de sua crítica a essas teses reside no fato de que o crescimento das últimas três décadas do século XX não foi baseado no capital fictício, mas no desenvolvimento das forças produtivas e na produção de valor advinda do trabalho. Não significa que ele não tenha uma apurada interpretação do capital fictício reconhecendo nele um papel importante para o desenvolvimento da atual fase capitalista, mas sim que não seria o capital fictício o principal responsável pelo crescimento desproporcional da esfera financeira.

Assim, ainda que tenha havido um exponencial crescimento do crédito e das finanças, esse crescimento não pode ser caracterizado como uma submissão da esfera produtiva e comercial à esfera financeira ou ao “capital financeiro”.

Diferentemente dos outros trabalhos críticos às “teses da financeirização”⁸³, Astarita (2012) reconhece que existe, no atual momento do capitalismo, uma parcela importante de capitais que se valorizam na esfera financeira. Deve-se frisar, também, que, ainda que o objetivo de seu trabalho seja o de criticar as “teses da financeirização”, este autor tem suas posições muito próximas a elas já que tem uma apurada análise da acumulação capitalista e articula categorias marxistas para interpretar o movimento da realidade.

Astarita (2012) propõe-se, inicialmente, para fazer esse exame, apresentar o que seria o “núcleo central” das teses da financeirização para, em seguida, compreender o que seria o “capital financeiro”⁸⁴ na atualidade, caminho que julgamos adequado e apropriado para um debate em torno dessa temática. Assim, Astarita (2012, s/p) entende que,

En lo esencial la tesis [*da financeirização*] afirma que la producción gira, a partir del trinfo de la reacción neoliberal, en torno a las necesidades y exigências del capital financiero. “Lo financiero” comprende a los accionistas, los tenedores de capital dinero, los fondos de inversiones, los bancos, las aseguradoras de riesgo y similares. Las finanzas habrían tomado las rendas de mando a partir del “golpe” de fines de la década de 1970, con la suba de las tasas de interés, y desde entonces el capital financiero se

⁸³ Enquanto Katz (2011) utiliza o termo “teorias da financeirização”, Astarita (2012), por sua vez, utiliza o termo “Teses da financeirização”. Nele encontra-se também um reduzido grupo de trabalhos relacionados como “teses da financeirização”, nos quais temos os trabalhos de: Chesnais (1996), Harvey (1990).

⁸⁴ A caracterização do capital financeiro pode ser descrita da seguinte forma em Astarita (2012, s/p): “[...] podríamos considerar entonces que las instituciones financieras y el capital de préstamo de conjunto forman parte de lo que comúnmente se conoce como capital financiero. Los fondos que salen del ciclo productivo conformarían, durante el tempo que están colocados a interés, una parte del capital financiero”.

habría convertido en la fracción dominante de la clase capitalista, subordinando al capital industrial y comercial a su imperio (ASTARITA, 2012, s/p).

Este autor vê, contudo, que para os teóricos da financeirização os “males sociales se acabarían” (ASTARITA, 2012, s/p) se fossem colocados limites a esta nova configuração do capital financeiro. Entendimento que achamos equivocado pelo fato de que essa não é a perspectiva dos mencionados autores (ao menos dos que foram vistos até aqui) e, também, pelo fato de que é uma ideia que não se sustenta, pois um retorno a um capitalismo com altas taxas de investimento só recolocaria o capital produtivo no centro da acumulação capitalista, sem encerrar os “males sociales”, como indica o autor.

Nesse sentido, para Astarita (2012), teria ocorrido um aumento da taxa de exploração de mais-valia e do aumento da produtividade do trabalho, desde a década de 1980. Assim, seria com base nesse aumento nos níveis da taxa de exploração sobre o trabalho que seria possível explicar que, mesmo com o aumento da parcela que é retida da mais-valia (e que é remetida para valorização na esfera financeira), teria sido possível que se desenvolvessem as forças produtivas.

Neste ponto, julgamos que a posição de Astarita (2012) é mais do que pertinente. Acreditamos que a “hipertrofia da esfera financeira” desde a década de 1980, como indica Chesnais (1998a; 1998b), esteve acompanhada de um aumento da taxa de exploração do trabalho que possibilita o aumento da taxa de extração da mais-valia. E isso possibilitou que uma magnitude cada vez maior de mais-valia fosse remetida à esfera financeira.

Julgamos, contudo, inadequada a ideia de que esse aumento da extração de mais-valia esteve acompanhado de um desenvolvimento das forças produtivas. Vivemos em um capitalismo em sua fase senil, como nos sugerem Amin (2009) e Beinstein (2001), no qual as forças destrutivas superam as forças produtivas e onde as taxas de crescimento são muito baixas como veremos a seguir.

De acordo com Astarita (2012, s/p), porém, o crescimento do PIB norte americano, de 1982 até 2008, foi de 125%. Entre 1982 e 1991 foi de 35% e no período seguinte, de 1991 até 2008, foi de 66%. O PIB teria crescido entre 1989 e 1998 a uma taxa anual de 3,2% e entre 1999 e 2008 a 4,4%. Já os “países em desenvolvimento” tiveram um crescimento de 3,8% no primeiro período (1989 a 1998) e 6,5% no segundo (1999 a 2008). Os industrializados, por sua vez, cresceram 2,7% e 2,6%, respectivamente, nestes períodos. A taxa de investimento em relação ao PIB foi de 22,3% entre 1986 e 1993 e de 22,4% entre 1994 e 2001. Nos Estados Unidos foi de 18,8% no primeiro período e 19,6%, no segundo. Já nos países asiáticos em

desenvolvimento a taxa de investimento foi de 31,4% para 32,4% nestes períodos, respectivamente (ASTARITA, 2012, s/p). Assim, “Estos datos nos llevan a rechazar la idea de que la economía de Estados Unidos, o la economía mundial, están estancadas desde hace 30 años” (ASTARITA, 2012, s/p).

Si no hubiera existido expansión de la producción, la dinámica de la crisis sería más parecida a las crisis pré-capitalistas, o a las crisis en los sistemas de propiedad estatizada; éstas eran crisis de carências, debidas a la baja producción. Las crisis de sobreproducción son lo opuesto (ASTARITA, 2012, s/p)

Nesse sentido, para Astarita (2012), a crise de 2007 (manifestada em 2008) foi uma crise de superprodução e não uma crise de superacumulação de capital em todas as esferas. Discordamos dessa posição por acreditar que a crise atual é uma crise de superacumulação de capital em todas as áreas, contudo não faremos o debate sobre as crises nesta dissertação.

Nesse sentido, acreditamos que esses dados de Astarita (2012), esboçados acima, ainda que ilustrem um crescimento da economia mundial, baseou-se, em grande medida, no crescimento dos ativos financeiros e na dívida dos estados nacionais. E isso não exclui o crescimento produtivo e o desenvolvimento das forças produtivas, ainda que, a nosso ver, o atual desenvolvimento das forças produtivas é *baixo* como veremos um pouco mais a frente. E, ademais, deve-se dimensionar o crescimento do PIB mundial quando se compara com o crescimento destes ativos financeiros. Analisando as cotações da Bolsa dos Estados Unidos e França, de 1965 até 2000, Duménil e Lévy (2003, p. 25) afirmam que:

As transferências de renda para os detentores de títulos foram, de fato, espetaculares. Simultaneamente, as cotações das bolsas explodiram, alimentando, no contexto de uma corrida às rendas e mais-valia financeiras, o que se chama de “bolha”, emanação especulativa da nova configuração do capitalismo [...].

Outra ideia que o próprio Astarita (2012, s/p) reconhece e que está em concordância, neste caso, com o conjunto das “teorias da financeirização” é a que diz respeito, justamente, ao papel que cumpre o crescimento do crédito e das finanças para a totalidade da reprodução capitalista. Vejamos:

[...] el crecimiento del crédito es consubstancial al desarrollo de los mercados y de la producción capitalista. Al extenderse la circulación, se expande el crédito que surge del comercio, y se generan nuevos instrumentos de crédito que permiten ampliar y profundizar los canales comerciales. También al desarrollarse la producción aumenta el giro del capital, con lo cual aumenta la necesidad de financiamiento (ASTARITA, 2012, s/p).

Ideia com a qual concordamos inteiramente. E a conclusão a que chega é que: “Por todo esto *no existe desarrollo de las fuerzas productivas sin crecimiento del crédito. Tampoco*

puede haber mundialización del capital sin mundialización del sistema financiero (ASTARITA, 2012, s/p, grifo do autor).

Ocorre que Astarita entende que não teria havido uma “mudança de tendência” no crescimento financeiro desde o período “keynesiano” até as últimas décadas do século XX. Para isso apresenta os seguintes dados. De 1950 a 1982 a participação do sistema financeiro no PIB dos Estados Unidos teria aumentado quase 40%: saltou de 11,4% para 15,9% do PIB. No período do “domínio neoliberal” (1982 a 2007) a participação do sistema financeiro no PIB norte americano teria crescido outros 30%, passando de 15,9% para 20,7%. Assim, *“No se aprecia por lo tanto un cambio de tendencia com la llegada del neoliberalismo, sino una continuidad dentro de la misma línea”* (ASTARITA, 2008, s/p).

Na verdade, existe uma ruptura importante nestes períodos, como o próprio Astarita (2012) mencionará mais à frente em seu trabalho. Ela fundamenta-se na desestruturação do Estado de Bem Estar Social (Welfare State) da Europa e no aumento da exploração sobre o trabalho, aumentando a taxa de mais-valia nos países centrais, e aumentando o nível de exploração sobre os trabalhadores nos países periféricos, característica que, como vimos, também é levantada por Carcanholo e Sabadini (2009), com quem concordamos.

Ocorre que, mesmo que aparentemente o aumento da participação do “setor financeiro” no PIB norte americano seja caracterizado como de “continuidade”, esses dados, ainda assim, ilustram uma participação de pouco mais de 10% do PIB referente ao setor financeiro em 1950, para 20% em 2007. Algo considerável para a maior economia do mundo! Mas mais que isso, em outros países o crescimento do setor financeiro foi muito maior, como Astarita (2012) mesmo nos mostra.

El caso más ilustrativo es China, donde el agregado monetario M2, que comprende billetes en circulación, depósitos a la vista y otros depósitos bancarios como porcentaje del PNB pasó de 32% em 1978 al 186% em 2004. Y la ratio créditos/PNB pasó del 51,5% em 1978 al 130% em 2004 (ASTARITA, 2012, s/p).

Mas, mesmo assim, esse crescimento do setor financeiro não fica restrito à China, ainda que neste país ele seja emblemático. E, em contrapartida, no período posterior ao analisado por Astarita (2005 até 2011) o crescimento do PIB caiu ainda mais. De acordo com Marques e Nakatani (2013, s/p):

A taxa mundial de crescimento do PIB, que já era baixa, tende a cair ainda mais no futuro próximo, segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI), e pelas expectativas pessimistas dos capitalistas, segundo muitos economistas. A economia mundial cresceu 1,33%, em 2008, -2,25%, em 2009, 4,34%, em 2010 e 2,71%, em 2011. Nos Estados Unidos (EUA), após a retração de 2008 e 2009, com taxas de crescimento do PIB de -0,36% e -3,53% respectivamente, a ligeira recuperação de 2010 (3,02%) foi

seguida de nova retração em 2011, com uma taxa de crescimento de apenas 1,70%.

E, em relação à dívida dos estados nacionais, de 2005 até 2011, temos que:

Os dados disponíveis no BIS – Banco de Compensações Internacionais – mostram que o endividamento interno dos governos tem crescido exponencialmente, tendo quase dobrado entre dezembro de 2005 e junho de 2011 [...]. Esse crescimento trouxe como consequência uma pesada carga de juros e crises da dívida para vários países europeus (MARQUES; NAKATANI, 2013, s/p).

Assim, ainda que a ideia de Astarita esteja correta, a de que: “El capitalismo no se desarrolla sin que se desarrolle el sistema de crédito, y por esto mismo encierra el potencial de contradicciones explosivas, ya que es un mecanismo amplificador y transmisor de las crisis” (ASTARITAS, 2012, s/p), não se pode perder de vista que o crescimento do sistema de crédito, acompanhado do crescimento do endividamento dos Estados e, de modo geral, do crescimento do “setor financeiro” foram elementos fundamentais para um baixo desenvolvimento das forças produtivas no período analisado, ainda que Astarita não concorde com isso (2012), como vimos.

Assim, embora Astarita (2012) recuse a ideia de um distanciamento crescente entre a esfera financeira e a esfera produtiva, acreditamos que esse é um fenômeno que têm tido uma amplitude cada vez maior no capitalismo contemporâneo. Marques (2010, p. 4), por exemplo, referindo-se à configuração do atual momento do capitalismo, entende que,

[...] essa nova configuração resultou em um baixo padrão de acumulação (enquanto norma), na manutenção de elevadas taxas de desemprego, na redução dos salários, precarização das relações de trabalho (aumento da intensidade do trabalho, contrato por prazo determinado, ausência de direitos trabalhistas e sociais, trabalho noturno, contrato por prazo determinado, entre outros), e transferência de plantas para os países do Leste Europeu, anteriormente sob a influência da antiga URSS, e mesmo para a China e outras nações em que o custo da força de trabalho é irrisório. Então, o capitalismo hoje se apresenta como um regime de baixa acumulação (em outras palavras, de baixas taxas de investimento⁸⁵ e de crescimento) e elevado nível de lucro. (grifos nossos).

Sem dúvida alguma, acreditamos que esse distanciamento tem seus limites, bastando para isso verificar as crises recentes do capital que se manifestaram primeiro na esfera financeira. Ao mesmo tempo, não se pode desconsiderar o crescimento exponencial dos ativos

⁸⁵ Para Duménil e Lévy (2003, p.18), “uma das expressões mais evidentes da crise estrutural dos anos 1970 e 1980 foi o aumento exagerado da onda de desemprego. Essa onda foi comum à Europa e aos Estados Unidos, embora mais importante e duradoura na Europa. [...] Essa onda se formou por volta de 1975-1985, levando a taxas de desemprego próximas a 10%, que se estabilizaram durante a segunda metade dos anos 1980, mas tardaram a desaparecer na Europa. A causa fundamental desse aumento de desemprego foi a diminuição da acumulação do capital (do investimento) e do crescimento da produção”.

financeiros em relação aos investimentos produtivos ao longo das últimas décadas⁸⁶. É aí que reside a contradição, dialética por si só, entre a produção da riqueza pela via do trabalho e a apropriação financeira e criação de lucros fictícios (CARCANHOLO, SABADINI, 2009).

Bonnet (2002), outro crítico das “teorias da financeirização” dirige, basicamente, sua crítica à Chesnais, à Husson e à escola regulacionista da qual este autor faz parte. Primeiramente, Bonnet (2002) concorda com a descrição que Chesnais faz dos mercados financeiros e da mundialização do capital promovida, predominantemente, por esses mercados, na atualidade. Porém, não concorda com a utilização do termo “regime de acumulação”, pois teria uma raiz “estructural-funcionalista”. Neste sentido, não estamos em completo desacordo com Bonnet (2002).

Ainda assim, achamos que, nos trabalhos de Chesnais, existem mais elementos marxistas que estrutural-funcionalistas, não sendo possível, nesse sentido, caracterizar este importante autor como um funcionalista, menos ainda como um keynesiano. Para nós, ele apresenta em seus trabalhos uma elaborada análise da realidade e que, à sua forma, articula categorias marxistas para interpretar o movimento de “mundialização do capital”.

Para Bonnet (2002), o regime de acumulação que proporciona o domínio dos mercados financeiros e a correspondente “hipertrofia financeira” da atualidade não é uma característica conjuntural, mas sim estrutural. Vejamos:

La hipertrofia y la fragilidad financiera que caracterizan al capitalismo mundial son, ciertamente, rasgos que no pueden explicarse a partir de meras razones coyunturales, pues son rasgos que caracterizan un período que ya se prolongó durante un tiempo casi equivalente al del período de relativa armonía financiera de Betton-Woods. Sin embargo, esa estabilidad inherente a la noción de régimen de acumulación, además de no corresponderse con la evidencia acerca de la pobre performance de la economía mundial y de las permanentes crisis financieras que Chesnais mismo remarca, no parece muy compatible con el propio carácter de una acumulación dominada por las finanzas que atribuye a dicho régimen de acumulación, pues la especulación financiera sin más no puede ser la característica que define un régimen de acumulación duradero. *En efecto, cualquier versión de la hipótesis de que la característica distintiva de la economía mundial de los últimos veinte años consiste en que se encuentra dominada por la especulación financiera es problemática, a no ser que se precisen adecuadamente las relaciones existentes entre esa especulación y la acumulación capitalista en la esfera productiva* (BONNET, 2002, 51-52, grifo nosso).

⁸⁶ Ainda que não se possa precisar exatamente qual o tamanho da esfera financeira, menos ainda a magnitude do capital fictício em seu interior, deve-se mencionar que, na atualidade, o montante dos ativos financeiros é exageradamente maior que a magnitude de capital contida na esfera produtiva. Cf. nota de rodapé nº 22 do primeiro capítulo desta dissertação.

Assim, diferente das outras críticas apresentadas às “teorias da financeirização”, Bonnet (2002) concorda com o fato de que as finanças tenham uma predominância em relação ao conjunto do ciclo global do capital, mas discorda de que ela seja uma característica conjuntural. A crítica que mais se aproxima, nesse ponto, à de Bonnet (2002) é a de Astarita (2012), para quem a característica que existe do período conhecido como os “trinta anos gloriosos” do capitalismo até a atualidade é a de continuidade, mais do que de ruptura. E, por incrível que pareça, esta continuidade estaria fundada em uma proeminência da esfera financeira.

O que temos demarcado, contudo, é que o que existiu do período do pós-guerra e do período que se abre posteriormente às crises estruturais da década de 1970 foi uma ruptura marcada, principalmente, pelas quedas nas taxas de investimento, de lucro e do crescimento, principalmente dos países centrais. A estas características combinou-se uma abertura dos mercados financeiros (CHESNAIS, 1998a; 1998b), como foi ressaltado nesta dissertação e uma desregulamentação das leis trabalhistas que possibilitaram o aumento da mais-valia relativa, absoluta e extra em diversas regiões do mundo (CARCANHOLO, SABADINI, 2009).

Bonnet (2002) também entende que a ideia de autonomia relativa do “capital-dinero” em relação ao “capital-productivo” reside em uma “noción” estruturalista que remonta a uma tradição que vai de Althusser (1987)⁸⁷ até Poulantzas (1985)⁸⁸. Esta tradição teria produzido uma interpretação “[...] científicista que supone relaciones de determinación estándar, ya sean de naturaliza funcional o simplemente mecánica, entre las ‘instancias’ en cuestión” (BONNET, 2002, p. 55).

Neste ponto, discordamos da afirmação de Bonnet (2002), pois como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, recorrendo ao *Prefácio* de Marx à *Contribuição à crítica da economia política*, a relação que se estabelece entre a superestrutura e a estrutura econômica é de determinação desta sobre aquela, contudo, a superestrutura, por sua vez, incide no desenvolvimento estrutural da sociedade. Diferente seria supor que, em todo e qualquer momento histórico, seria a estrutura econômica da sociedade que teria a predominância sobre o ciclo global de reprodução do capital, tal como fazem alguns críticos das “teorias da financeirização”, como Katz (2011) e Cipolla e Pinto (2010), recorrendo, para isso às afirmações de Marx nos *Grundrisse*.

⁸⁷ Althusser. “Contradicción y sobredeterminación”. IN: *La revolución teórica de Marx*. México: Siglo XXI, 1987.

⁸⁸ Poulantzas. “Introducción al estudio de la hegemonía en el estado”. IN: *Hegemonía y dominación en el estado moderno*. México: Pasado y Presente, 1985.

Ainda que sua crítica não se dirija ao conjunto das “teorias da financeirização”, achamos que seria reduzir demais os trabalhos de Chesnais a uma matriz que vai além do regulacionismo, chegando a ser economicista. Principalmente no que se refere a um ponto que mantemos concordância com Chesnais (1998a; 1998b) que é o que reside na autonomia (e mais uma vez) *relativa* da esfera financeira em relação ao ciclo global de reprodução do capital.

Bonnet (2002) apresenta ainda mais um possível equívoco nos trabalhos de Chesnais. O de acreditar que cada um dos ciclos (que nós entendemos como formas funcionais autonomizadas do capital) correspondem, separadamente, a distintas frações do capital. Menciona que o próprio Chesnais reconhece que no processo de valorização do capital as firmas multinacionais encontram-se entrelaçadas com empresas produtivas e que esse erro, mais uma vez, advém de uma matriz estruturalista. Vejamos:

Más aún, ni siquiera ciclo del capital-dinero tiene lugar en el ciclo con diferentes fracciones capitalistas – siguiendo otra mala costumbre estructuralista – porque, como reconoce el propio Chesnais en sus afirmaciones sobre el perfil rentístico de las firmas multinacionales, ellos suelen encontrarse inextricablemente entrelazados en las estrategias de acumulación de los capitalistas (BONNET, 2002, p. 55).

Outra vez, discordamos desta afirmativa exposta por Bonnet (2002), pois, como ele mesmo reconhece, nos trabalhos de Chesnais é exaustiva a ideia de que, no movimento de autoexpansão do capital, principalmente o que se valoriza na esfera financeira, as firmas estão entrelaçadas com as indústrias e empresas comerciais. E essa seria uma das características intrínsecas ao capital portador de juros já apresentada por Marx n’ *O Capital* e que Chesnais (1996; 1998a; 1998b) passa a atribuir como a principal forma funcional de capital na atualidade até, recentemente, avançar sua análise para o papel que cumpre o capital fictício como sendo o pólo predominante na atual acumulação capitalista.

Por outro lado, no trabalho de Bonnet (2002) a crítica dirigida à Husson, inicialmente, não é propriamente uma crítica, mas sim, um levantamento dos pontos positivos de sua análise. Diferente da matriz estruturalista de Chesnais, Bonnet (2002) acredita que Husson não conseguiriam romper com certo “fetichismo das finanças”. Husson, nesse sentido, seria adepto não de uma matriz estruturalista, mas sim, seria um *atualizador* da teoria do “desenvolvimento desigual e combinado” elaborada por Trotsky. Nela, os preços de algumas mercadorias seriam determinados internacionalmente, assim, se generalizaria em nível mundial a tendência na redução das taxas de lucro. Com base nessa teoria do “desenvolvimento desigual e combinado”, haveria dois distintos setores nas economias

nacionais. Um exposto à concorrência internacional e onde se formam os preços e se nivela a taxa de lucro, e a tendência à sua queda no longo prazo. Outro protegido destas determinações, que se movimenta no espaço interno da economia nacional (BONNET, 2002, p. 54).

Na crítica que mantém a Chesnais, Bonnet (2002) afirma que, além de sua matriz estruturalista, este autor teria uma visão “politicista” do atual momento do capitalismo.

La contrarrevolución es entendida entonces como una suerte de “golpe de estado” que habría instaurado una “ditadura de los acreedores” mediante la expansión y titulización de la deuda pública norteamericana y las políticas monetarias restrictivas y presupuestarias laxas de la reaganomics (BONNET, 2002, p 56).

Esta explicação além de politicista, para Bonnet (2002) está muito mais próxima de uma visão keynesiana que marxista. Não teria ocorrido um “golpe de estado” dos “credores” como afirma Chesnais, mas sim uma “verdadeira guerra de classe, encarada por el capital a sexas contra los trabajadores [...]”. Vejamos:

Esto es así, en primer lugar, porque las políticas neoconservadoras de los 1980 no fueron un golpe de estado del capital financiero contra el capital productivo – un mero argumento keynesiano – ni del capital norteamericano sobre el japonês o alemán – un argumento simplemente chauvinista. Fueron el inicio de una verdadera guerra de clase, encarada por el capital a secas contra los trabajadores, y destinada a revertir la crisis de rentabilidad del capitalismo keynesiano de pós-guerra. Apuntaron a una recuperación de la tasa de ganancia, pre-requisito para un relanzamiento de la acumulación capitalista de conjunto y a escala mundial, precisamente una tarea ante la que habrían fracasado las políticas keynesianas de austeridade por consenso de los 70 (BONNET, 2002, p. 58).

Esta ideia de Bonnet (2002) nos parece pertinente. Ainda que a financeirização, ou a “mundialização do capital” com “predominância financeira”, pareça-se com um “golpe de estado” como sugere Chesnais, deve-se buscar a raiz do problema nos mecanismos de valorização do capital – ponto que mantém concordância com o que afirma Prado (2014) – no processo de autonomização das formas funcionais do capital – e que julgamos adequado na crítica de Bonnet (2002) dirigida à Chesnais.

Ocorre que Chesnais também acredita que, por trás deste golpe de estado, exista uma tentativa de retomada das taxas de lucro perdidas com as crises da década de 1970. E essa tentativa de retomada das “posições perdidas” (CHESNAIS, 1998a) não parte apenas da “fração financeira” do capital, mas sim das grandes firmas multinacionais que, em seu interior, começam a direcionar uma parcela cada vez maior de recursos para a compra de ativos financeiros (DUMÉNIL, LÉVY, 2003).

Assim, feita a crítica a Chesnais e Husson, Bonnet (2002) segue então pelo caminho proposto por Marx, e que demonstramos no segundo capítulo desta dissertação. Com a autonomização das formas funcionais do capital, decorrente do desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se o processo de “fetichismo das finanças”.

Este fetichismo debe entenderse como emergente de la creciente fetichización que caracteriza las sucesivas metamorfoses del valor – a través de sus formas mercancia, dinero, capital, capital-dinero, capital financiero, capital fictício – a partir de su punto de origen – el trabajo vivo social (BONNET, 2002, p 60).

Neste sentido, a primeira aparência que é produzida como decorrência do processo de fetichização das finanças é a separação entre o capital enquanto propriedade e enquanto função. Como vimos, no capítulo 21 do terceiro livro d’*O Capital*, Marx já fazia essa distinção. Assim, o capitalista proprietário do dinheiro é uma figura que Marx utiliza para compreensão do movimento real de reprodução do capital, ainda que, como sabemos, na realidade concreta, é comum encontrar os grandes grupos industriais associados às empresas que operam predominantemente na esfera financeira.

Desta primeira aparência, Bonnet (2002) identifica mais duas. A primeira é a do fetiche autômato que é a expressão dada por Marx ao capital portador de juros, ou o capital-dinheiro quando se autonomiza como forma funcional do capital. Assim, “La apariencia clave en este contexto radica en la aparente capacidad del capital, intensificada en su forma de capital-dinero, de crear valor” (BONNET, 2002, p. 61).

A segunda aparência produzida com o processo de fetichização das finanças é a que coloca a contradição entre o capital-dinheiro e o capitalista em função acima da contradição entre o capital e o trabalho. “La apariencia clave consiste entonces en que el capital-dinero, en cuanto capital financiero, ‘no entra en antagonismo con el trabajo’” (BONNET, 2002, p. 61).

Assim, para Bonnet (2002), a tarefa para os trabalhos críticos à financeirização, seria, justamente, a de reconstituir a centralidade do antagonismo entre o capital e o trabalho. Devendo-se colocar no lugar o antagonismo entre o capital produtivo e o que ele caracteriza como “capital financeiro” que, imaginamos neste ponto, ser mais apropriada a expressão utilizada por Marx das “formas funcionais autonomizadas”, ou seja, recolocar “no lugar” a contradição entre o capital produtivo e o capital a juros.

Vejamos a recolocação do problema:

Retomemos entonces las relaciones entre capital financiero y capital productivo en la denominada globalización, con la intención ahora de aportar algunos elementos para una explicación alternativa de las mismas. Y comencemos entendiéndolas como metamorfosis de un único proceso de acumulación de un capital social global, que incluye en sí los momentos de

la producción y la circulación, a partir del antagonismo entre capital y trabajo antes que a partir de la contraposición entre esas formas mismas. En efecto, los análisis que las interpretan como relaciones entre esferas o ciclos, cuya articulación es concebida mediante alguna versión de las nociones estructuralistas de autonomía relativa y determinación en última instancia, pierden de vista, de una manera fetichista, esta centralidade del antagonismo entre capital y trabajo (BONNET, 2002, 63-64).

Assim, e agora o mais importante, Bonnet (2002) sugere que se deva observar o nível da exploração sobre o trabalho e não as contradições “intercapitalistas”. Para analisar o nível de exploração do trabalho deve-se analisar um conjunto de variáveis tais como: a produtividade do trabalho, o salário, o tipo de mudança nos movimentos dos capitais produtivos. Vejamos:

Sin embargo, semejante *set* de variables, que remite a la tasa de explotación del trabajo, depende primariamente del próprio antagonismo entre capital y trabajo y no, como suelen suponer las matrices explicativas que remiten a los *fundamentals* de la acumulación, a la competencia intercapitalista (BONNET, 2002, p.).

Neste ponto, mais uma vez, concordamos com Bonnet (2002) que para se compreender as mudanças em curso no capitalismo contemporâneo, devemos observar, fundamentalmente, os níveis e as taxas de exploração sobre o trabalho. Como vimos no segundo capítulo desta dissertação, a taxa geral de lucro é determinada pela taxa de exploração do trabalho. E é a taxa geral de lucro que vai determinar a taxa de juros que, por sua vez determina as taxas de lucro, em cada setor⁸⁹.

Entretanto, não conseguiremos observar a esfera financeira, sem observar, contudo, os movimentos de valorização fictícia de capitais. Este movimento de valorização, fundamentalmente, mantém sim, uma autonomia, ainda que relativa em relação ao ciclo global de reprodução capitalista. Afirmar os ciclos como unidade contraditória, não é deturpar a perspectiva da teoria do valor-trabalho de Marx e adotar uma perspectiva de matriz estruturalista ou keynesiana. Seria se fosse desconsiderado que os ciclos, ou formas funcionais do capital, depois de autonomizadas, constituíssem unidades em si, separadas umas das outras. Como se existisse um capitalismo “ideal” organizado em que as empresas que conformam o capital a juros atuassem apenas na esfera financeira, emprestando dinheiro, valorizando o capital, sem nenhuma associação com empresas comerciais ou produtivas.

⁸⁹ Como vimos: “Dada a taxa geral de lucro, essa segunda parte é determinada pela taxa de juro, e dada esta, pela taxa geral de lucro. Além disso, por mais que o lucro bruto – a grandeza efetiva do valor do lucro global – se desvie, em cada caso particular, do lucro médio, a parte que pertence ao capitalista produtivo é determinada pelo juro [...]” (MARX, 2008, p. 496).

Vimos que, em inúmeras das análises utilizadas, o ciclo global de reprodução do capital constitui uma unidade contraditória em que, um mesmo capital aparece sob várias formas em distintos momentos. E que as empresas, no movimento real de valorização do capital, normalmente aparecem associadas e combinadas. Por isso, tratamos de utilizar o termo: empresas “predominantemente” financeiras ou produtivas.

Assim, quando observamos o movimento da acumulação capitalista nas últimas décadas, ainda que tenha havido crescimento produtivo, ele foi menor que o da “esfera financeira”. Este crescimento não é algo inerente a qualquer formação capitalista⁹⁰. O desenvolvimento das forças produtivas não compreende indistintamente suas “frações” (formas funcionais autonomizadas) “industrial, comercial e monetária ou financeira”. Ao contrário, o crescimento da esfera financeira, neste período, foi muito maior que o das outras “esferas” do ciclo de reprodução do capital. Inclusive por estes dois fatores demonstrados por Astarita (2012). Primeiro, pelo aumento na taxa de exploração de mais-valia e, segundo, pelo aumento na taxa de exploração sobre o trabalho.

Devemos, contudo, frisar que, para nós, o capitalismo não se sustenta pela via dos ganhos advindos da especulação financeira, mesmo que essa característica seja dominante no período recente. Várias mudanças acontecem concomitantemente com a dinâmica especulativa do capital. Observemos as políticas neoliberais, a reestruturação produtiva e a busca incessante pela extração de mais-valia absoluta, relativa e extra, a precarização e a intensificação do trabalho, dentre inúmeras outras, todas ligadas diretamente ao aumento da exploração da força de trabalho. Assim, a centralidade da teoria do valor-trabalho em Marx se impõe numa relação dialética com a natureza das fases do capital industrial, em especial com o capital fictício.

Mas, ao mesmo tempo, acreditar que o distanciamento entre as esferas real e financeira seja totalmente condicionado pela valorização produtiva do capital (D...M (P)...D’) seria, a nosso ver, insuficiente para entender a dinâmica do capitalismo contemporâneo. Como afirma Chesnais (2010b, p. XIII), “[...] a ‘autonomia’ da finança só pode ser relativa. A acumulação ‘financeira’ é, por sua vez, distinta da acumulação propriamente dita (de capital constante e de capital variável) e é, em última instância, totalmente dependente dela”.

⁹⁰ Como nos sugere mais uma vez Astarita (2012), que entende que o aumento na exploração da mais-valia, bem como o aumento na exploração sobre o trabalho, seriam próprios de “regimes” que se baseiam na exploração do trabalho e se dá quando crescem as forças produtivas. Assim, e aqui a nossa discordância, “Es algo inerente al capitalismo; comprende a sus fracciones industrial, comercial y dineraria o financeira. No hay que postular la existência de un régimen de acumulación especial para entender este proceso (ASTARITA, 2012, s/p).

Nesse sentido, não é possível afirmar que a esfera financeira seria o *locus* “*exclusivo*” da “geração de fatos, a partir dos quais estariam sendo deflagrados os movimentos e as transformações do capitalismo”, como nos indica Katz (2011, p. 74) ao referir-se aos “teóricos da financeirização”. Vários autores que tratam a financeirização tem a clareza destes fatos. Carcanholo e Sabadini (2009, p. 58-59), por exemplo, afirmam que “[...] nossa concepção de que o futuro da sociedade, enquanto sobreviva como capitalista, implica elevação do grau de exploração dos trabalhadores e de crescimento absoluto da miséria em amplas camadas da população, deriva diretamente da teoria marxista do valor, entendida adequadamente”, ou seja, para se manter, resta ao capitalismo intensificar a exploração do trabalho.

Porém, pode-se afirmar que a esfera financeira é um espaço que possibilita a valorização pelo circuito D–D’, fugindo à valorização produtiva fundada no circuito D–M–D’. Os trabalhos citados nos dois primeiros capítulos desta dissertação e relacionados aos das “teorias da financeirização” não indicam uma “completa” autonomia ou uma “exclusividade” na valorização fictícia do capital, ao menos do ponto de vista da totalidade, não negando, portanto, o trabalho como categoria central na produção de valor e mais-valia. Isso aparece em trabalhos de autores pós-modernos, muitos deles ligados a Gorz, Negri, Lazzarato, dentre outros.

Assim, a análise apresentada nos dois primeiros capítulos desta dissertação não separa a esfera financeira do conjunto do ciclo global de reprodução do capital. Ao contrário, reconhecendo a autonomização das formas funcionais do capital compreende que existe uma relação contraditória que produz uma lógica própria à valorização financeira e, neste caso, não passa pela acumulação real (produtiva), mas, por outro lado, há uma relação que prende a valorização financeira à esfera produtiva, pois depende dela, à medida em que se apropria de mais-valia produzida pela mercadoria força de trabalho.

3. Relação entre a taxa de lucro e a taxa de juros

Outro ponto importante que aparece em alguns dos trabalhos críticos às “teorias da financeirização” é o que diz respeito ao papel que ocupa o crescimento das taxas de juros nas últimas décadas e os elementos que ajudam a determinar essa taxa de juros.

Primeiramente, devemos revisitar o que foi apresentado no segundo capítulo desta dissertação. Na análise de Marx, como nos é apresentada no terceiro livro d’*O Capital*, a taxa de juros, em um primeiro momento, é determinada pela taxa de lucro.

Em seguida, a taxa de juros ganha uma autonomia em relação à taxa de lucro. Assim, “[...] a taxa de juro, seja a média, seja a eventual do mercado, se apresenta como grandeza estável, definida e tangível, de maneira totalmente diversa do que sucede com a taxa geral de lucro” (MARX, 2008, p. 484).

Por fim, vimos que, com o desenvolvimento da produção capitalista que implica na autonomização das formas funcionais do capital, a taxa de juros chega mesmo a determinar a taxa de lucro. Esta última determinação da taxa de juros é o que denominamos por “terceiro momento” da análise de Marx em relação à determinação da taxa de juros.

Nele, apresentamos o seguinte resultado: 1) *a taxa de lucro em cada ramo capitalista é determinada pela taxa de juros*; 2) e a taxa de juros é determinada pela taxa geral (global) de lucro; 3) esta, por sua vez, é determinada pelo nível de exploração do trabalho (ou seja, pela parte do valor produzido que se separa entre trabalho necessário e trabalho excedente, ou mais-valia). Assim, “[...] o juro se revela agora, ao contrário, o fruto genuíno do capital, o elemento original, e o lucro, reduzido à forma de lucro de empresário, mero acessório, aditivo que se acrescenta ao processo de reprodução” (MARX, 2008, p. 520-521).

Contudo, tanto Astarita (2012) quanto Cipolla e Pinto (2010) acreditam que a taxa de juros não foi um elemento determinante no crescimento desmesurado da esfera financeira das últimas décadas. Cipolla e Pinto (2010, p. 21), por exemplo, entendem que, “Em termos gerais as teses da financeirização contêm uma dificuldade teórica básica que diz respeito à relação entre taxa de juros e taxa de lucro. É difícil argumentar a dominância financeira sobre a produção quando a taxa de juros é regulada pela taxa de lucro”. Vejamos as afirmações dos autores:

A segunda deficiência é que as evidências empíricas que aduzem se derivam naturalmente da análise do desenvolvimento do capital produtivo: aumento da relação dívida/capital e dívida/produto; aumento relativo dos lucros financeiros; aumento do capital fictício relativamente ao capital real, ciclos especulativos em escala ampliada, todos esses fenômenos estão inscritos no desenvolvimento do capitalismo. Por fim, a dominância financeira deveria se traduzir num distanciamento crescente entre taxa de lucro e taxa de acumulação. Esse distanciamento poderia ser tomado como sintoma de que o desvio dos lucros adquiridos na produção para a esfera financeira fosse de fato a expressão do predomínio de $D - D'$ sobre o circuito do capital produtivo $D \dots P \dots D'$. Mas isso é impossível, pois é a expressão, isto sim, de um processo especulativo finito. A impossibilidade teórica do predomínio financeiro se revela empiricamente no fato de que taxa de lucro e taxa de acumulação não parecem ter se distanciado com o tempo (CIPOLLA; PINTO, 2009, p. 22-23).

Entendemos que esse distanciamento é possível, bem como é o que, de fato, tem ocorrido. Para Marques (2010, p.4), como vimos, a configuração do capitalismo na atualidade

produz um baixo crescimento como padrão de acumulação e elevado nível de lucro originário, predominantemente, da esfera financeira. E este elevado nível de lucro, ainda que encontre na esfera financeira um local privilegiado para a valorização, está fundado na precarização das relações de trabalho e na transferência de indústrias para países do “Leste Europeu” e para a China, regiões onde o custo da força de trabalho para o capital é muito baixo.

Astarita (2012) também acredita que o aumento das taxas de juros nas últimas décadas não foi um fator preponderante para o crescimento acelerado da esfera financeira. E para isso recorre à relação entre a “taxa de lucro líquido” (sem a taxa de juros) e a “taxa de lucro bruto” (incluído a taxa de juros) das “corporações” nos Estados Unidos no período de 1960 a 2006. Analisando os dados, o autor percebe que apenas nos períodos de recessão é que as taxas de juros teriam subido, mais precisamente nos anos de 1974, 1982, 1990-1992 e 2000-2002. E nos mostra que “[...] *esto no es el resultado de algún golpe del capital financiero, sino el producto de las leyes del mercado. La tasa de interés [juros] se mueve de manera contracíclica, y alcanza sus picos al inicio de las recesiones, cuando bajan las ganancias [lucro]* (ASTARITA, 2012, s/p, grifo do autor).

Neste ponto, concordamos com Astarita (2012), pois como o próprio Marx demonstra e como foi mencionado no segundo capítulo da dissertação: “A taxa de juro atinge seu nível mais alto nas crises, quando, para se pagar se tem de tomar emprestado a qualquer preço” (MARX, 2008, p. 480).

Ocorre que, pelo movimento de autonomização da taxa de juros em relação à taxa de lucro, existe sim um movimento de crescimento das taxas de juros nas últimas décadas. Isso é demonstrado e reconhecido pelo próprio Astarita (2012) acima. Esse movimento não ilustra nenhum “golpe do capital financeiro”, é certo, como aparece nos trabalhos de Chesnais (1998a; 1998b).

Porém não é, tampouco, um “produto das leis do mercado”. É o movimento de autonomização da taxa de juros e de determinação dela sobre a taxa de lucro. E este movimento está no interior do processo de autonomização das formas funcionais do capital. A soma das “finanças” chegou a ser 13 vezes maior que o PIB mundial, como já vimos. E apenas o mercado de derivativo, uma fonte importante de crescimento do capital fictício e do capital especulativo parasitário, atingia o montante 647,7 trilhões de dólares em 2011.⁹¹ Isso por si só ilustra bastante nossa afirmativa de que vivemos em um período dominado pelas “finanças”.

⁹¹ Mais uma vez: Cf. nota de rodapé 27, do primeiro capítulo desta dissertação.

4. As controvérsias em torno do que é de como se comporta o capital fictício. Qual a dimensão do capital fictício no interior da esfera financeira

O último ponto de críticas selecionado por nós é o que diz respeito à caracterização do conceito de capital fictício e sua dimensão na atual fase capitalista. Astarita (2012) entende que o capital fictício,

[...] se compone basicamente de los títulos públicos, y de la porción de valorización de acciones y otros activos financieros que no se corresponde con el crecimiento del capital real. Los títulos públicos no representan capital, sino un derecho a percibir una parte de los impuestos que recaude el Estado. Las valoraciones del capital accionario pueden ser puramente especulativas, sin que cambie el capital subyacente (ASTARITA, 2012, s/p).

Assim,

Si alguien tiene una acción que vale U\$S 50, y dos meses después la vende a U\$S 60, habrá logicamente aumentado su poder de compra en U\$S 10, y podrá consumir o invertir un 20% más. Pero eso sucede a nivel individual, porque en términos de totalidad no se ha generado un mayor nivel de compra; quien ha adquirido la acción a U\$S 60 ahora ha renunciado a ejercer un poder de compra en el mercado de bienes por un valor equivalente (ASTARITA, 2012, s/p).

Até aqui, concordamos inteiramente com a sua análise. Porém, a discordância que temos em relação à Astarita (2012) é apresenta pelo autor em seguida:

Sí se puede afirmar que la suba del precio de las acciones genera el llamado ‘efecto riqueza’, esto es, que los tenedores de acciones se sienten más ricos, y pueden estar inclinados a atesorar menos. Pero esto es muy distinto a afirmar que la demanda se incrementa debido al aumento del precio de las acciones. Esta última idea *sólo se puede sostener al precio de acabar con la teoría del valor trabajo*. [...] *El valor no puede incrementarse con maniobras especulativas, ni con compras o ventas de papeles* (ASTARITA, 2012, s/p, grifo do autor).

De fato, sua interpretação da teoria do valor de Marx nos parece coerente. Ocorre que, pelas características do capital fictício, atualmente, ele pode proporcionar lucro, fundado em um valor que pode *ou não* advir do trabalho. Não significa abandonar a teoria do valor-trabalho de Marx. Ao contrário, significa que, na atual fase capitalista, a valorização fictícia de capitais retira uma proporção cada vez maior de mais-valia produzida pelo trabalho e que os capitalistas a utilizam na compra de ações, na compra de títulos de dívida dos estados e inúmeros outros ativos financeiros.

Essa valorização tem relação direta com a mais-valia produzida pelo trabalho, mas, ao mesmo tempo, se distancia dela, na medida em que possibilita a valorização de capital pelo circuito D–D’. O aumento do preço das ações, dos títulos de dívida dos estados, dos derivativos, não necessariamente passa pela produção de valor derivada do trabalho, ainda

que, em maior ou menor grau, necessite *sugar* uma parcela cada vez maior para atender às necessidades parasitárias de valorização fictícia de capital.

Como, mais uma vez, o próprio Astarita (2012) menciona acima: da perspectiva individual, o lucro fictício é um lucro, de fato. Porém, na atualidade, mesmo da perspectiva da totalidade, o capital fictício de “tipo 2” corresponde a um lucro que não advém do trabalho. Vejamos:

Contudo, há uma segunda razão para que as ações devam ser consideradas como capital fictício: é o fato de que o valor delas se move muitas vezes de maneira independente do valor do patrimônio das empresas. Assim, uma valorização especulativa das ações constitui um aumento do volume total do capital fictício existente na economia. Porém, esse incremento possui uma característica distinta do valor original: não constitui duplicação aparente de um valor real. Na verdade, por detrás dele não há nenhuma substância real. Por isso, vamos chamar esse aumento de *capital fictício de tipo 2* (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 44-45, grifo dos autores).

Assim, para o mesmo exemplo citado por Astarita (2012), do mercado acionário, acreditamos também que uma “alta” nas bolsas de valores pode não representar prejuízos para o capital produtivo ou para nenhum outro especulador. Novamente, de acordo com Carcanholo e Sabadini (2009, p. 51), temos que:

É verdade que nos movimentos especulativos, por exemplo, no caso da bolsa de valores, alguns *players* (sic) ganham e outros perdem. Aqueles que compram na baixa e vendem na alta obviamente ganham. Porém isso é outra coisa; aí se trata de uma questão de distribuição entre os especuladores do patrimônio fictício (do capital fictício) existente. O que nos interessa na análise, neste momento, é o ponto de vista da totalidade: assim, a alta especulativa da bolsa resulta em um incremento do total do capital fictício do tipo 2 e, portanto, do surgimento de lucro fictício. A quebra da bolsa significará uma redução do volume do capital fictício e, dessa maneira, o surgimento de uma perda que pode representar simples destruição de lucros fictícios anteriores. Eles são pura ‘fumaça’.

Nesse sentido, pode haver uma fonte de valorização que não provenha da mais-valia, e ela recebe o nome, como vimos, de capital fictício de tipo 2:

E então, se fizermos uma vez mais um esforço dialético de olhar as coisas do ponto de vista da totalidade, nossa resposta à questão anterior é que os lucros fictícios não têm nada de mais-valia, não têm nada de valor-excedente mercantil (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 53).

E isso, em nada altera a teoria do valor de Marx. Na verdade, é o movimento da realidade que cria a possibilidade de que uma valorização possa não ter origem no trabalho.

Ocorre, porém, que Astarita (2012, s/p) entende que o capital acionário “tomado como totalidade” não pode ser incluído como capital financeiro⁹², em primeiro lugar porque as ações dão direito a participar dos lucros das empresas, através dos dividendos e, assim não mantêm uma relação inversa com a taxa de lucro. Em segundo lugar, porque quando aumenta a taxa de lucro das empresas, aumentam-se os dividendos “y viceversa”, “[...] por eso durante una crisis los dividendos tienden a desaparecer”.

Se existe oposição, seria entre a taxa de lucro retida pelas empresas e a que é distribuída aos acionistas. Ou em outras palavras, a parcela da mais-valia destinada ao investimento e a que é direcionada às finanças, em particular à compra de ativos financeiros, sejam eles ações, títulos de dívida dos estados, derivativos, entre outros. Mas, essa oposição tem natureza distinta da oposição entre lucro e juros (ASTARITA, 2012).

Para nós, o capital acionário deve ser tomado como capital fictício, quando não representa mais um investimento realizado e, capital a juros⁹³, quando corresponde a um investimento, seja ele produtivo ou comercial. Embora a quantidade de capital acionário diminua em uma crise, ele não desaparece. O capital que adquire ações, ainda que represente o dividendo ou parcela do direito de propriedade que o acionista adquire sobre determinada empresa, quando deixa de se direcionar a contratação (compra) da força de trabalho e de meios de produção (instalações, máquinas, equipamentos, etc.) deve ser considerado como empecilho ao crescimento real. Deixa de ser investimento na medida em que retira determinada magnitude de valor para garantir a reprodução ampliada de capital. Esse capital foge à valorização D-M-D’ para entrar, exclusivamente, na valorização pelo circuito D-D’. Torna-se, nesse sentido, capital fictício e, talvez, dependendo do caso, capital especulativo parasitário.

5. A crítica de Eleutério Prado e as formas de extração de mais-valia ou a subsunção do trabalho pelo capital

Diferente das críticas apresentadas até aqui, Prado (2013a; 2013b; 2014) não direciona sua análise contra o conjunto das “teorias da financeirização”. Apenas dirige suas divergências a Harvey (1990; 2001⁹⁴), Duménil e Lévy⁹⁵, e Chesnais (1996; 1998; 2005).

⁹² Capital financeiro como Astarita (2012) o entende, sendo incluídos nesta categoria, na atualidade, os fundos de investimento e as instituições de crédito. Cf, nota de rodapé nº 14.

⁹³ Que, observando-se o ciclo como um todo (D-D-M-D’), para o prestamista é puro juros.

⁹⁴ HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁹⁵ Não há referências bibliográficas no texto de Prado e ele não indica qual é o trabalho de Duménil e Lévy do qual diverge. Mas, pelas posições e ideias apresentadas, acreditamos que sejam os mesmos que estamos utilizando: Cf. Duménil e Lévy (2003a; 2003b).

Baseando-se na premissa de que a análise do capitalismo na atualidade pode seguir por dois distintos caminhos, Prado (2014) escolhe o segundo. Vejamos:

Divirjo dessa tese [*até aqui, a tese de Duménil e Lévy, mas que mais à frente será acrescentada a de Harvey e Chesnais*], porque creio que a explanação da emergência do neoliberalismo não deve começar pelas classes, mas sim, *deve partir do envolver da relação de capital em suas formas historicamente determinadas*. É claro, entretanto, que as manifestações políticas – expressões dos interesses das classes – têm um papel central na difusão das ideologias e na implementação das medidas de administração econômica. Eis que começar pela repartição e pelas classes produz um erro típico da economia vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir da aparência. E isto foi mostrado suficientemente por Marx (PRADO, 2014, s/p, grifo nosso).

Prado (2014) caracteriza o erro de começar a análise do período atual pela análise das disputas entre as classes como típico da economia vulgar. Lembra que Harvey, Duménil e Lévy não caem propriamente nesse equívoco, mas erram ao tratar, primeiramente, das “relações superficiais da circulação dos capitais” ao invés de buscarem a dinâmica das formas de valorização do capital e as relações de produção que aí se estabelecem. Vejamos:

Harvey, Duménil e Lévy não caem exatamente nesse erro, mas compartilham do procedimento vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir de relações superficiais da circulação dos capitais (PRADO, 2014, s/p).

Com Chesnais ocorreria o mesmo erro.

Chesnais, entretanto, faz uso de conceitos desenvolvidos pela escola da regulação e, para caracterizar essa nova fase, recorre à noção de “regime de acumulação”. Isto mostra que ele também parte das classes e da repartição para compreender o capitalismo contemporâneo (PRADO, 2014, s/p).

No decorrer de suas análises, Prado (2013b; 2014) reconhece as contribuições desses autores, quando compreendem uma mudança estrutural do capitalismo a partir da década de 1970. A partir daquele momento são elaboradas políticas neoliberais “[...] na forma de uma onda avassaladora que varreu o keynesianismo da proeminência na cena histórica” (PRADO, 2014, s/p). Ou ainda, diria que Chesnais faz:

[...] uma distinção forte entre os regimes de acumulação com dominação industrial e com dominação financeira. O primeiro prevalecera impávido do final da II Grande Guerra até quase o final dos anos 60; depois de um período de crise e estagflação nos anos 70, na virada para a década seguinte, o segundo veio predominar como forma de acumulação capitalista (PRADO, 2013b, s/p).

Mas, para Prado (2014), o caminho a ser seguido deveria ser o da análise do auto movimento do capital que determina a repartição da renda e do poder entre as classes. Para

tanto, faz uma leitura bastante interessante, mas que também julgamos polêmica, d' *O Capital*. Ele encontra na apresentação de Marx “dois modos de produção”. Vejamos:

Marx distingue dois modos de produção em *O Capital*: a manufatura (primeiro momento do modo de produção capitalista) e a grande indústria (segundo momento do modo de produção capitalista). A cooperação é entendida aqui, não como um modo de produção distinto, mas como característica geral do modo de produção capitalista que se apresenta sob muitas formas distintas. Ela está apresentada em *O Capital* segundo características que assume na origem do modo de produção. Nos Grundrisse, por outro lado, ele aponta para um desenvolvimento da grande indústria que parece levar a uma transformação qualitativa no modo de produção (PRADO, 2014, s/p).

Assim, além dos dois momentos do modo de produção capitalista, que ele designa como “dois modos de produção” dentro do capitalismo (a manufatura e a grande indústria), na atualidade teria se desenvolvido um terceiro momento do modo de produção caracterizado pela “pós-grande indústria”. Este momento teria se originado como decorrência da crise estrutural dos anos 1970.

Com esse autor [*aqui está se referindo à concordância que mantém com Ruy Fausto*] ainda, chamo esse terceiro momento do modo de produção capitalista de pós-grande indústria, acreditando que ele passou a existir no pós-guerra, havendo se configurado como tal, mais claramente, a partir da década dos anos 1970 (PRADO, 2014, s/p, grifo nosso).

O ponto central da determinação desse “terceiro momento” do modo de produção seria a “[...] forma de subsunção do trabalho ao capital e a constituição do valor como trabalho abstrato medido pelo tempo”. Como estamos diante de três distintos momentos do modo de produção, então teríamos três formas de subsunção do trabalho ao capital.

A subsunção vem a ser formal na manufatura [*1º momento*] devido à subordinação e inclusão da força de trabalho como momento interno da relação de capital por meio da venda da força de trabalho ao capitalista, ou seja, por meio da relação contratual e jurídica de assalariamento (PRADO, 2014, s/p, grifo nosso).

[...]

Já na grande indústria a subsunção do trabalho ao capital torna-se real e, por isso, deve-se entender que além de formal vem a ser, agora, também material. Se a manufatura caracteriza-se pela constituição do órgão coletivo de trabalho – combinação e cooperação organizada de trabalhadores com as suas ferramentas sob o comando do capitalista – a grande indústria caracteriza-se por ser uma organização do trabalho produzida e comandada pelo maquinismo sistêmico e mecânico da fábrica, por um grande autômato. Nesse modo de produção caracteristicamente capitalista, o trabalhador que antes era órgão funcional de um organismo complexo de produção de mercadorias, transforma-se agora, nas palavras de Marx, em “apêndice do sistema de máquinas” (PRADO, 2014, s/p).

E, como caracterizar a subsunção do trabalho ao capital no período atual, o da “pós-grande indústria”? Essa é a questão apresentada por Prado (2014). Vejamos:

Antes de tudo é preciso ver que na pós-grande indústria, a matéria por excelência do capital – ou seja, a matéria principal que dá suporte às suas formas – não é mais a máquina mecânica, o sistema de máquinas vem a ser a inteligência coletiva que se concretiza por meio de sistemas cibernéticos de processamento de informação. Esses sistemas, verdadeiros autômatos espirituais, conjugam conhecimento científicos e tecnológicos de homens e máquinas em interação permanente, com a finalidade ainda de se apropriar sem limites, igualmente, tanto da natureza humana quanto da natureza não humana. Eles funcionam por meio de máquinas inteligentes e de servidores humanos que operam em redes, as quais se estendem não só internamente às empresas, mas também para fora, inserindo-se nas redes mundiais de comunicação (PRADO, 2014, s/p).

E continua:

Por tudo isso, foi sugerido que a subsunção do trabalho ao capital na pós-grande indústria fosse pensada ainda como real, já que está também regida por um princípio objetivo de organização da produção, não mais mecânico como na grande indústria, mas cibernético e informático. Nesse sentido, para diferenciá-la da subsunção real da grande indústria, caracterizou a forma mais avançada de dominação do capital como formal e espiritual (PRADO, 2014, s/p).

Antes de fazer nossa análise sobre as posições de Prado (2014, s/p), deve-se mencionar que elas são, antes de tudo, polêmicas da perspectiva do materialismo dialético. Separamos a crítica de Prado (2013a; 2013b; 2014) das demais não por julgarmos que ele não se aproxima das outras. Mas sim, pelo fato de que mantém algumas peculiaridades em relação às demais, mas também, que ela é uma das melhores críticas, principalmente a que está contida em Prado (2013b).

Concordamos inteiramente com os seus apontamentos em relação ao caminho que deve ser empregado para análise de determinada fase do modo capitalista de produção. Que se deve iniciar pelas formas de valorização e expansão do capital para, em seguida, remeter às disputas entre as classes para se chegar ao ponto de compreender qual é a classe (ou frações ou conjunto de classes) que detém a hegemonia em determinada fase do capitalismo. Existe aqui, também uma concordância com Astarita (2012).

A escolha das formas de subsunção do trabalho ao capital é, *apenas*, uma das formas para se compreender o movimento de autoexpansão do capital. Aqui, Prado (2014) certamente escolhe este caminho, por entender, como Marx, que o capital é, antes de tudo, uma relação social de exploração. E para compreender como se movimenta o capital o melhor seria compreender as formas de como se dá essa relação social.

Caminho pertinente, mas que, insistamos, não é o único. Poderia ter optado por compreender a autonomização das formas funcionais do capital (que é o caminho que foi adotado nesta dissertação), bem como compreender o movimento do capital nas crises⁹⁶.

Porém, Prado (2014), na perspectiva de compreender as formas de subsunção do trabalho ao capital, vai ainda mais longe ao afirmar que,

Na pós-grande indústria as atividades criadoras de riqueza real não podem mais ser medidas apenas pelo tempo, já que dependem também da mobilização de conhecimentos, ciência e tecnologia, assim como do emprego de capacidade comunicativa, durante o tempo de trabalho (PRADO, 2014, s/p).

[...]

Se alguns autores, falam aqui do valor-trabalho como categoria evanescente, julgo mais correto dizer que ocorre uma desmedida do valor no capitalismo contemporâneo. [...] Não significa a abolição da medição do trabalho pelo tempo – que é algo intrínseco à relação de capital – mas sim que essa medida se torna inadequada enquanto média da riqueza com o envolver da produção capitalista (PRADO, 2014, s/p).

Não é nosso objetivo discutir as categorias referentes ao debate sobre o trabalho em Marx, tais como: trabalho abstrato, trabalho concreto e as categorias que daí se derivam tais como trabalho simples e complexo, dentre outras⁹⁷.

Devemos destacar, contudo, que, para nós, a ciência e a tecnologia são fruto do trabalho produtivo. Nesse sentido, a atividade criadora do trabalho que produz ciência e tecnologia, tem duas dimensões: abstrata e concreta. E, por mais que, na atualidade, decorrente do processo de desestruturação produtiva, o trabalho produtivo tenha se fragmentado, não existe uma violação da lei do valor de Marx – ao menos no que diz respeito a essa discussão –, mas sim uma fragmentação na forma pela qual a mais-valia é produzida.

Se, no segundo momento, caracterizado por Prado (2014) como o da grande indústria, uma mesma unidade produtiva extraía parcela da magnitude de valor produzida pelo conjunto dos trabalhadores, na atualidade, e com o desenvolvimento técnico que acompanhou a reestruturação produtiva das últimas décadas, uma série de pequenas unidades produtivas passam a produzir valor, em pequenas indústrias, mas, fundamentalmente em uma infinidade de pequenas empresas caracterizadas vulgarmente como empresas do “setor de serviços”,

⁹⁶ Caminho que estava no projeto inicial desta dissertação, mas que foi abandonado, dado que englobaria uma longa discussão que não teríamos condições de levar à frente neste trabalho.

⁹⁷ Algumas categorias são internas à teoria do valor-trabalho de Marx e não poderiam ficar de lado nesta discussão referente à temática da esfera financeira. Entre elas temos as categorias de valor, dinheiro, mercadoria e capital que foram tratadas direta ou indiretamente na dissertação.

empresas do setor de comunicação, do setor de “ciência e tecnologia”, empresas que produzem materiais para publicidade, dentre inúmeras outras.

E, o trabalho criador da tecnologia e da ciência, para nós, nesse sentido, deve também ser compreendido como trabalho produtivo, decorrente de uma dupla dimensão do trabalho, como Marx indica n’*O Capital*: como trabalho abstrato e concreto. Deve-se destacar também, que concordamos com Prado (2014) quando afirma que “Não significa a abolição da medição do trabalho pelo tempo – que é algo intrínseco à relação de capital – mas sim que essa medida se torna inadequada enquanto medida da riqueza com o envolver da produção capitalista”. Mas acreditamos que essa inadequação se dá pelas formas fictícias de valorização do capital e não pela impossibilidade, decorrente das transformações operadas no mundo do trabalho, em se medir o tempo de trabalho abstrato.

Vejamos, rapidamente, o que diz Marx, referente ao trabalho produtivo quando trata desse conceito n’*O Capital*. No capítulo 5, do livro 1, Marx elabora o conceito de trabalho produtivo tendo em conta as determinações materiais do trabalho que se aplicam a todas as sociedades, independente de suas formas históricas. Até ali, toda forma de trabalho produzia valor-de-uso e, nesse sentido, deveria ser considerada como trabalho produtivo.⁹⁸ Vejamos:

A conceituação anterior [do capítulo 5 do livro 1] de trabalho produtivo, derivada da natureza da produção material, continua válida para o trabalhador coletivo, considerado em conjunto. Mas não se aplica mais a cada um de seus membros, individualmente considerado (MARX, 2011, p. 577, grifo nosso).

Quando Marx trata do trabalhador coletivo está se referindo ao que Prado (2014) destaca em seus trabalhos como o segundo momento do modo de produção capitalista: o da grande indústria. Mais à frente a análise de Marx e o conceito de trabalho produtivo ganha outra determinação.

Ademais, restringe-se o conceito de trabalho produtivo. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 2011, p. 578).

⁹⁸ Sabemos que, na exposição d’*O Capital*, Marx parte das categorias simples às complexas. Através da observação da realidade, Marx elabora no livro 1 o desenvolvimento de categorias em um plano abstrato, para retornar mais adiante, no livro 3, à análise da realidade concreta, mas com as categorias elaboradas no livro 1: em um nível abstrato. Cf Carcanholo (2013). Na análise do trabalho produtivo, Marx parte do trabalho em geral, no capítulo 5, para mais à frente compreender as formas históricas e transitórias no capítulo 14. Nesta citação que destacamos, Marx trata do trabalho produtivo decorrente de sua forma (histórica e transitória) e de seu conteúdo (material, no ato de produzir valor-de-uso).

Entendemos, contudo, que, na atualidade, o trabalhador produtivo que produz mais-valia, conceito dotado de duas dimensões – a do trabalho concreto e a do abstrato –, deve ganhar uma nova interpretação. Vejamos:

Isso significa concretamente que, se antes, era necessário “botar a mão na massa” para ser trabalho produtivo ou, em outras palavras, tocar diretamente na matéria prima através dos meios de trabalho, agora, uma série de serviços realizados por trabalhadores assalariados deve ser considerada parte do que realiza o *trabalhador coletivo*. Entre outros desses serviços podemos citar, na construção civil, os trabalhos dos arquitetos, engenheiros, projetistas, calculistas, desenhistas, decoradores. Todos esses serviços são realizados por trabalhadores que fazem parte do *trabalhador coletivo* (CARCANHOLO, 2012, s/p, grifo nosso).

Assim, concordamos, novamente, com o que afirma Prado (2014) ao se referir à dificuldade que encontramos para medir o tempo de trabalho pela subsunção real do trabalhador ao capital, na atualidade. Mas isso não significa que essa categoria de Marx não seja fundamental para a compreensão da produção de valor, mesmo na atualidade.

Nesse sentido, Prado (2014) concorda, como se pode perceber na citação um pouco acima,⁹⁹ que a ciência, os novos conhecimentos e a tecnologia são resultado, direto ou indireto, do trabalho produtivo. Mas essa discussão, como já mencionamos, não é o objeto desta dissertação e foge aos objetivos propostos.

Por fim, o resultado geral a que chega Prado (2014) é que, na atualidade, descrita por ele como momento da pós-grande indústria, o capital portador de juros é que assume a dominância no ciclo de reprodução de capital. Mas, chega nesse resultado como decorrência da análise que faz da atual forma da subsunção do trabalho ao capital que se materializa na “[...] emergência em larga escala da ciência-capital e do conhecimento-capital”. Vejamos:

O capital portador de juros é uma forma do capital que lhe é inerente e que sempre existiu na história do capitalismo. Entretanto, é preciso ver que o capital portador de juros atua hoje de um modo que não é em si mesmo novo, mostra-se excepcional porque penetra de modo extenso na própria esfera da produção. E isto ocorre por razões estruturais, ou seja, em face da emergência em larga escala da ciência-capital e do conhecimento-capital (PRADO, 2014, s/p).

Parece que na análise de Prado (2014), a ciência e o conhecimento adquirem a importância de formas do capital. Se nossa interpretação deste autor não estiver equivocada, poderíamos falar do capital-dinheiro (capital monetário), do capital-mercadoria, e agora, na

⁹⁹ Mais uma vez: “Se alguns autores, falam aqui do valor-trabalho como categoria evanescente, julgo mais correto dizer que ocorre uma desmedida do valor no capitalismo contemporâneo. [...] Não significa a abolição da medição do trabalho pelo tempo – que é algo intrínseco à relação de capital – mas sim que essa medida se torna inadequada enquanto média da riqueza com o envolver da produção capitalista” (PRADO, 2014, s/p).

atualidade, do “capital-ciência” (sic) e do “capital-conhecimento” (sic). Nesse sentido, existiria um alargamento e, possivelmente, uma violação da teoria do valor-trabalho de Marx.

Sabemos que, em Marx, o trabalho é fonte geradora de valor. Se o trabalho produz conhecimentos como uma mercadoria qualquer e com a capacidade de ser trocada comercialmente no mercado de mercadorias, o trabalho que produz conhecimento é um trabalho produtivo gerador de valor. A mesma coisa se dá com a ciência.

Entendemos que essa discussão deve envolver um debate sobre trabalho material e trabalho imaterial que não temos condições, nesta dissertação, de levá-lo à frente. Indicamos, porém, o que entendemos por trabalho imaterial que, para nós, pode ser um bem-serviço, ou seja, uma mercadoria que tem seu valor de uso consumido no momento de sua produção. Vejamos:

Muitos podem entender que a expressão “conteúdo material” faz referência à materialidade, a uma dimensão físico/material da riqueza, e que os serviços não poderiam ser considerados dentro dela. Grande erro; *por conteúdo material, Marx entende aquela determinação que a riqueza capitalista tem em comum com a riqueza em qualquer sociedade. E, para não confundir ainda mais o problema, comparando a riqueza capitalista com a forma mais primitiva de riqueza de sociedades anteriores, pensemos na riqueza em uma sociedade pós-capitalista, socialista, em que os serviços terão peso significativo.* Esse erro de muitos os faz mal interpretar importantes passagens dos textos de Marx, inclusive ou especialmente os dos *Grundrisse*. A característica básica que diferencia a mercadoria-serviço daquela do outro tipo consiste no fato de que ela deve ser consumida no mesmo instante de sua produção (CARCANHOLO, 2013, p. 140, grifo nosso).

Assim, entendemos que, nesse ponto, Prado (2014) tem uma arriscada interpretação da teoria do valor-trabalho de Marx. Algo que não invalida sua contribuição nos outros pontos analisados.

Entendemos também que em sua análise não aparece um desenvolvimento mais apurado do que seja o capital fictício – ainda que ele utilize este termo¹⁰⁰ –, nem no que reside, fundamentalmente, o predomínio do capital a juros. Nos mostra, como vimos, que sua análise foca-se no desenvolvimento das formas de subsunção do trabalho ao capital e, como

¹⁰⁰ Em raras passagens Prado (2014) utiliza o termo capital fictício. Em uma delas temos que: “De qualquer modo, a retomada da temática do processo global da produção capitalista seria evidentemente aquela tarefa mais produtiva na geração de uma boa compreensão do capitalismo contemporâneo. A plethora de capital fictício, por exemplo, tornou-se necessária para o funcionamento do sistema em escala global, ainda que, é evidente, outro capitalismo também seja possível. Aqui, entretanto, quero mencionar uma relação intrínseca entre a pós-grande indústria e o capital financeiro”. Em outra Prado (2013b, s/p) afirma: “Eis que o capital portador de juros não se configura geralmente como mercadoria ou mesmo como dinheiro-mercadoria, mas se apresenta como capital fictício – uma representação de capital que não se afirma como um valor acumulado no passado, mas que vem a ser meramente valor presente, capitalização de um fluxo de rendimentos futuros possíveis”. Talvez por não ser o seu objeto direto de investigação não faz, a nosso ver, um aprofundamento dessa categoria.

decorrência dessas formas em que o capital extrai mais-valia do trabalho, na atualidade, teria se desenvolvido um terceiro momento do modo de produção capitalista caracterizado como “pós-grande indústria”. Nele, o capital portador de juros assume a predominância.

Porém, o ponto que julgamos fundamental em sua análise e que aparece também em outras críticas às “teorias da financeirização” é o que diz respeito à autonomia das formas funcionais do capital. Para ele, o movimento de reprodução do capital mantém-se como um “todo emergente”, uma “síntese”. Vejamos:

Não se trata aqui, porém, nem de uma mera agregação ou se uma simples composição de capitais individuais que interagem dinamicamente na esfera mercantil; diferentemente, mantendo cada um deles a sua autonomia, eles formam também uma síntese objetiva, ou seja, um todo emergente como todo e que, por isso, tem existência real; essa síntese, o capital social, engloba os capitais particulares como momentos de um todo em permanente processo de reprodução (PRADO, 2013b, s/p).

Consideramos este um ponto fundamental, pois ele está basicamente no trabalho da maioria dos que discordam da atual dominância financeira. Ou seja, está em Bonnet (2002), Cipolla e Pinto (2010), Katz (2011) e, em menor medida, em Astarita (2012). Julgamos, contudo, que ele aparece de forma mais explícita nestes trabalhos de Prado.

Concordamos parcialmente com o fato de que o ciclo global de reprodução do capital seja um “todo” unido, e que um mesmo capital atravessa várias fases no seu processo de valorização. Mas, justamente por isso, é que, recorrendo a Marx, existe um processo de relativa autonomia entre as formas e fases do capital, como vimos no segundo capítulo desta dissertação.

Não estamos tratando de uma *separação* completa entre as fases de circulação e produção, ou entre as formas funcionais do capital produtivo, comercial e portador de juros. Trata-se de um processo que distancia, mas ao mesmo tempo mantém atrelada as formas sob as quais o capital se movimenta. O valor busca uma atração com as outras formas e fases do ciclo. Se o valor contido em uma mercadoria não for realizado com a venda da mercadoria, o valor não consegue se expandir. E o mesmo ocorre com o valor na forma dinheiro¹⁰¹.

¹⁰¹ Uma comparação interessante nos dá Carcanholo (2011, p. 34) em relação ao *valor*: “Algo similar ocorre com o magnetismo. Um ímã atrai outros objetos de ferro devido à sua propriedade interior chamada magnetismo. De maneira similar (nesse aspecto), o valor é uma propriedade imanente às mercadorias que não pode ser observada diretamente. Só sabemos da sua existência devido às suas manifestações: valores-de-troca. [...] Da mesma maneira como a imantação transforma um objeto de ferro em ímã, em um objeto que era mais ou menos misterioso antigamente, o valor transforma os valores de uso, produtos do trabalho humano em mercadorias, objetos total e absolutamente misteriosos até hoje. Talvez mais hoje do que ontem”. E é essa dimensão do valor que atrai as mercadorias entre si, possibilitando que o ciclo de reprodução do capital se constitua como uma unidade contraditória na qual um mesmo capital atravessa várias fases.

Mas, parece que Prado (2013b) vai em outra direção que é a mesma tomada por Katz (2011), Cipolla e Pinto (2010) e Bonnet (2012), ou seja, na recusa a qualquer tipo de autonomia entre as formas funcionais de capital, o que a nosso ver, diverge das proposições de Marx e contraria o que temos acompanhado no momento atual do capitalismo, dominado pela esfera financeira. Vejamos:

De todo modo, portanto, não se pode encarar o capital financeiro como meramente oposto ao conjunto do capital industrial e do capital comercial, ou seja, do capital que funcione na produção e na comercialização das mercadorias. Pois, segundo Marx, se eles se enfrentam entre si no processo da concorrência, ou seja, na luta pela lucratividade, como pode acontecer com os capitais em geral, formam também uma totalidade (PRADO, 2013b, s/p).

Talvez uma das raízes para a não aceitação da autonomia que as esferas mantêm entre si esteja na maneira como Marx constrói *O Capital*, no livro 1, o capital constitui um todo complexo, pois, ali, temos a atuação do “capital em geral” como uma abstração. Desse modo, seria apenas no livro 3 em que Marx opera um retorno à realidade, que estaríamos diante das determinações concretas, como os diversos capitais, reais, apresentam-se na superfície da sociedade. E, só neste livro 3 que Marx tratará das formas funcionais do capital quando autonomizadas.

Assim, Marx, no livro primeiro de sua obra fundamental, apresenta-nos algumas categorias da aparência da lógica de acumulação capitalista, tais como valor de troca (cap. 1) e dinheiro (cap. 1 e 3). Porém, até ali, seu objetivo principal seria o da compreensão das categorias que conformariam sua “teoria do valor”: *trabalho abstrato, valor, mais-valia, capital*. Assim, no livro primeiro, Marx nos apresenta o resultado de ao menos três décadas de trabalho investigativo que tem como resultado as categorias abstratas, gerais, complexas que se encontram veladas pela aparência das formas, mistificadas. Não é este o caso do livro terceiro. Nele, Marx tem como preocupação central a realidade concreta, “como nos aparece na superfície da sociedade”. Ou, em outras palavras, seu objetivo seja o de desmistificar a essência do capitalismo, tendo como ferramenta o retorno à aparência (CARCANHOLO, 2013).

Nesse sentido, este elemento presente em boa parte das críticas às “teorias da financeirização”, parece desconsiderar – ou considerar parcialmente – este movimento de autonomização das formas funcionais do capital que se encontra no livro 3. Assim, a financeirização, para Prado (2013b), se apresenta como uma “[...] mudança global no modo de competição dos capitais” – considerados como capitais “em geral”, mais do que uma “[...] mudança na relação de poder entre o capital financeiro e o capital industrial”.

Estas análises de Prado (2013a; 2013b; 2014), para nós, são um tanto polêmicas e merecem aprofundamento. Não queremos, contudo, invalidar suas posições diante do que sugere Marx. Achamos que, ao contrário, a crítica à sociedade burguesa elaborada por Marx no século XIX merece ser desenvolvida e atualizada sem, contudo, deturpar seus principais argumentos e seu método. Achamos válido e pertinente que essa atualização da teoria do valor de Marx seja realizada, conte com criatividade e que também esteja acompanhada de rigor científico, sempre que possível seja ilustrada com passagens do que disse o próprio Marx. Parece ser este o caminho desenvolvido por Prado (2014).

6. Conclusão

Vimos que alguns dos pontos levantados aos trabalhos críticos que se denominou como “teorias da financeirização” são extremamente pertinentes. Outros pontos, contudo, não se sustentam diante da perspectiva da teoria do valor-trabalho de Marx. Basicamente, estamos em face, como vimos, de um conjunto heterogêneo de trabalhos que não se esgota aqui e que está recebendo contribuições de autores por todo o mundo. No grupo que selecionamos, algumas posições foram sendo alteradas ao longo dos anos.

Chesnais, por exemplo, têm um papel fundamental no desenvolvimento deste corpo de teorias e na troca de informações e trabalhos com alguns dos pesquisadores selecionados – foi alterando sua posição e para nós “avançando” suas análises no entendimento de que o capital fictício, nas últimas décadas passou a ocupar uma dimensão cada vez maior no movimento da acumulação capitalista.

Para Chesnais (2010, p. X-XI), a nova fase capitalista denominada por ele de *acumulação predominantemente financeirizada*, “[...] viu o aumento da potência, em seguida a tomada do poder de instituições e de grupos constitutivos da forma do capital, dito ‘portador de juros’, que se valoriza como empréstimos e participação acionária”. Seria esse capital portador de juros que teria invadido “os poros da sociedade” fazendo “[...] os operadores financeiros, mas também as classes possuidoras de títulos (entre elas, frações da classe média) perderem todo o sentido da realidade” (CHESNAIS, 2010, p. XIII).¹⁰²

¹⁰² Essa perda do “sentido da realidade” seria a característica que Marx atribui ao capital portador de juros de “fetiche autômato perfeito”: dinheiro que produz mais dinheiro. (CHESNAIS, 2010, p. XIII). De acordo com Marx (2008, livro III, vol. 5, p. 520): “O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito – o valor que se valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e nessa forma desaparecem todas as marcas da origem. A relação social reduz-se à relação de uma coisa, o dinheiro, consigo mesmo. Em vez de verdadeira transformação do dinheiro em capital, o que se mostra aí é uma forma vazia. Equiparando à força de trabalho, o valor-de-uso do dinheiro passa a ser o de criar valor, valor maior que o que nele mesmo se contém. [...] Torna-se assim propriedade do dinheiro gerar valor, proporcionar juros, do mesmo modo que dar peras é propriedade de uma pereira. E como tal coisa que dá juros, o prestamista vende seu dinheiro”.

Assim é que, de acordo com Nakatani e Sabadini (2010, p. 76-77), “Os capitais nacionais e estrangeiros, somados a todas as poupanças acumuladas pelas famílias, formam uma enorme massa de capital monetário à busca de valorização, agora sob o domínio de normas, regras e objetivos da pura reprodução do ciclo D – D’, como capital portador de juros no interior do sistema de crédito”,¹⁰³ nos termos de Marx.

Para Lapavitsas (2009) é, nestes termos, que o setor financeiro passaria a ter um crescimento extraordinário passando a participar “em todos os aspectos da vida social” dos países desenvolvidos, mas também (e mais recentemente) dos países em desenvolvimento. Vejamos:

Desde finales de los setenta, la acumulación real ha tenido un crecimiento medíocre y precario, pero el sector financiero ha crecido extraordinariamente en términos de empleo, beneficios y tamaño de las instituciones y los mercados. Ha habido desregulación, cambio tecnológico e institucional, innovación y expansión global. El sector financiero está ahora presente en todos los aspectos de la sociedad de los países desarrollados, aunque también ha crecido fuertemente en mundo en desarrollo. Pero el cambio más significativo ha sido, quizás, el aumento de la expropiación financiera de los trabajadores y otras capas de la población. Mientras que la acumulación real ha tenido resultados más bien pobres, la clase capitalista ha encontrado nuevas fuentes de ganancia en mecanismos financieros modernizados (LAPAVITSAS, 2009, p. 34).

Assim, uma boa caracterização do que seja a dominância da valorização financeira é expressa por Paulani (2009, p. 27-28):

Quando se fala em dominância da valorização financeira, isso não significa que a valorização financeira seja quantitativamente mais importante que a valorização produtiva, ainda que, como veremos adiante, a riqueza financeira venha crescendo exponencialmente nos últimos 30 anos. A prevalência da valorização financeira é qualitativa mais do que quantitativa. O fato de sua exterioridade em relação à produção ter se alojado no seio mesmo da esfera produtiva é que explica um sem-número de mudanças aí ocorridas, seja na relação de trabalho (crescimento do trabalho precarizado e informal, do número de trabalhadores temporários, autônomos e em tempo parcial etc.), seja na forma de gestão do processo de trabalho (trabalhadores flexíveis, toyotismo), seja ainda na organização do processo produtivo como tal (generalização do *just in time*, costumeirização da produção, deslocalizações produtivas) (PAULANI, 2009, 27-28).

De outra parte, mesmo que tenham esses “apontamentos comuns”, existem diferenças pontuais, tais como a apresentada por Paulani (2011, p. 65, grifo nosso), quando se refere ao conceito de “capital fictício”. Vejamos:

¹⁰³ “O sistema de crédito brasileiro reúne essa massa de capital mediante suas instituições, que são compostas pelo sistema bancário, pelas seguradoras, pelos fundos de investimentos e de pensão; por um lado, o transfere para a esfera real, transformando-o em capital produtivo, e, por outro, multiplica-o sob diversas formas e o transforma em capital fictício. Este permanece na esfera financeira, expandindo-se continuamente enquanto suas próprias contradições não exigem sua desvalorização forçada” (NAKATANI, SABADINI, 2010, p. 77).

Quando apresenta o capital fictício, o que faz de modo mais detalhado no Capítulo XXIX do Livro III, Marx apresenta também o instrumento por excelência por meio do qual opera o capital portador de juros, qual seja o princípio da capitalização. É a onipresença da capitalização em todas as transações (o que justamente faz dela um princípio) que torna objetivo o poderio do capital portador de juros. *Assim, qualquer soma de dinheiro, qualquer rendimento monetário determinado, provenha ele ou não de um capital, aparece como juro de um capital e faz surgir o capital fictício, seja ele dívida pública, ações, ou letras sobre vento.*

Diferente da ideia de Paulani, vimos que uma parcela do capital bancário ainda tem base real e, sendo assim, não poderia ser entendida como capital fictício, mas como capital portador de juros, que financia o capital produtivo e comercial. Neste sentido, nem todo “rendimento monetário” e que “aparece como juro de um capital” pode ser compreendido como capital fictício.

Na outra linha de análises que foi apresentada neste capítulo, Bonnet (2002), por exemplo, afirma que o regulacionismo transforma certos traços específicos e determinados historicamente em “modelos weberianos”. Vejamos:

En segundo lugar, porque la operación de elevar algunos rasgos específicos e históricamente determinados de ciertas economías capitalistas al status de un menú de “modelos”, verdaderos tipos ideales weberianos entre los cuales podría optarse a gusto, es un recurso metodológico insostenible (BONNET, 2002, p 59).

Assim, o resultado geral a que chegam as análises que caminham por essa perspectiva regulacionista é o desprezo pelas contradições entre o capital e o trabalho, privilegiando a contradição entre modelos de capitalismo.

El mercado mundial, que debería operar como punto de partida del análisis, se convierte entonces en mero escenario para la disputa de hegemonía entre esos modelos de capitalismo. esto acarrea, a sua vez, dos desgraciadas consecuencias: el antagonismo entre el capital mundial y el trabajo mundial es desplazado del centro del análisis en beneficio de la competencia entre modelos de capitalismo y, puesto que en definitiva se trata de modelos nacionales de capitalismo, la competencia entre capitales es desplazada por la competencia entre capitalismo nacionales (BONNET, 2002, p. 59).

Este ponto é de fundamental importância. Parece que em maior ou menor grau todos os críticos das “teorias da financeirização” alimentam este incômodo com elas. Parece-nos que, derivado de uma matriz keynesiana de alguns dos “teóricos da financeirização”, entre eles, diretamente, Husson, Duménil e Lévy e, indiretamente, Chesnais, todos os autores que estamos caracterizando como “teóricos da financeirização” receberiam as mesmas críticas.

Parece ainda que, mantendo a esfera financeira como objeto central de análise, estes teóricos seriam, todos eles, indistintamente, partidários de uma matriz keynesiana – muito

presente no regulacionismo. Isto a nosso ver, além de equivocado, marca uma leitura superficial de inúmeros trabalhos apresentados até aqui. Trabalhos que, ainda que sejam marcados pela perspectiva marxista, caminham por caminhos muito diferentes no interior do marxismo. Estes trabalhos vão desde Harvey (1990; 1996) até Carcanholo e Nakatani (1999) e Carcanholo e Sabadini (2009), passando por Paulani (2009; 2011; 2012), Lapavitsas (2009) e mesmo entre os que mais recebem críticas entre as “teorias da financeirização” tais como Chesnais (1998a; 1998b; 2005; 2010), Duménil e Lévy (2003a; 2003b).

É como se, pelo fato de que algumas análises que têm a esfera financeira como objeto e que mantêm um traço keynesiano, todo o conjunto de trabalhos posteriores sejam signatários da mesma matriz. E, que, decorrente deste fenômeno, os caminhos e soluções apontadas sejam as mesmas: um retorno a um capitalismo “regulado” como no período do pós-guerra.

O resultado geral que polariza modelos distintos de capitalismo, em detrimento das contradições entre capital e trabalho parece ganhar na análise crítica de Bonnet (2002), um importante porta-voz. Vejamos a ilustrativa afirmação:

El resultado de esta combinación de interpretaciones de orígenes diversos tende a ser entonces una suerte de dicotomía donde la nociones de capital-dinero, de proceso de financiarización y parasitismo rentístico y de imperialismo son asociadas con EEUU – expoente del modelo anglosajón de capitalismo –, en un polo, y las nociones de capital productivo, de producción, productividad y competitividade, y de subordinación son asociadas con la Unión Europea y Japón – exponentes de los modelos renano y japonés –, en el otro polo. *Posiblemente esta dicotomía, aunque estrictamente carente de sentido, constituya empero la matriz común subyacente a la mayor parte de las interpretaciones críticas de la financiarización* (BONNET, 2002, p. 59-60, grifo nosso).

Ou seja, nesse sentido, a matriz keynesiana (que, por vezes, tem traços até de uma tipologia weberiana) estaria subjacente na maioria (por que não dizer, em todas!) as “teorias da financeirização”. Este ponto geral é o que mais discordamos pelos inúmeros motivos apresentados. Reside nesta visão, que diga-se mais uma vez, não é única de Bonnet (2002), uma leitura superficial do conjunto dos trabalhos que se propõe a analisar criticamente a financeirização nas últimas décadas.

Assim, ainda que algumas destas análises críticas às “teorias da financeirização” levantem pontos com os quais mantemos concordância, como vimos, a recusa em aceitar a autonomia da esfera financeira – e, diga-se mais uma vez, não estamos tratando de uma separação total – sobre o ciclo global de reprodução capitalista, faz com que mantenhamos essas divergências. Acreditamos que é o próprio movimento da realidade que tem

demonstrado essa autonomia financeira na medida em que o crescimento financeiro das últimas décadas tem se contraposto à queda (ou estagnação) de longo prazo das taxas de crescimento, de investimento e de lucro.

Mas, nesse sentido, vimos que alguns pontos levantados por essas críticas são extremamente relevantes, na medida em que contribuem para um melhor desenvolvimento das análises que têm como objeto a valorização do capital, fundada, predominantemente, na esfera financeira.

Considerações finais

1. Primeiras conclusões

Procuramos ao longo da dissertação apresentar alguns elementos que nos permitiram caracterizar a atual fase do capitalismo contemporâneo como uma fase financeirizada ou, simplesmente, como *financeirização*. Para nós, a financeirização é um dos eixos centrais do atual processo de acumulação capitalista.

Inicialmente, começamos por apresentar alguns argumentos dos defensores de que estaríamos vivendo em uma nova fase do capitalismo¹⁰⁴. Em seguida, apresentamos, com base no que Marx expõe no terceiro livro d'*O Capital*, algumas características internas da esfera financeira e sua relação dialética com a esfera produtiva do capital. Por fim, apresentamos alguns trabalhos críticos das “teorias da financeirização”, nome dado ao grupo de trabalhos apresentados no primeiro capítulo da dissertação.

Ainda no segundo capítulo, assinalamos que, a nosso ver, o capital fictício e o capital especulativo parasitário seriam os pilares fundamentais da financeirização mundial atual. Vimos que o capital fictício nasce como existência generalizada do capital a juros. E quando este ultrapassa os limites necessários ao funcionamento normal do capital industrial, não contribuindo para financiar a produção de valor, nem a comercialização das mercadorias, notamos a existência de um capital ilusório que se multiplica sem substância real por trás dele.

Neste sentido, esse capital é real na perspectiva de quem o detém, mas é fictício na perspectiva da totalidade do movimento capitalista. Ao olharmos o exponencial crescimento da esfera financeira percebemos que estamos, de fato, diante de um quadro diferente. Um novo quadro que caracterizamos como uma nova fase, em que o crescimento da esfera financeira, *predominantemente fictícia*, é um dos seus eixos centrais.

Vimos que é essa dinâmica que nos confere a possibilidade de caracterizar a atual etapa capitalista como especulativa e parasitária, também marcada pela insuficiente capacidade do capital produtivo de gerar o necessário excedente para atender às exigências de remuneração do chamado capital fictício. E isso apresenta não só consequências na relação intracapitalista, mas também na relação que existe entre o capital e o trabalho.

¹⁰⁴ Novamente, os trabalhos que foram analisados, sobretudo no primeiro capítulo da dissertação foram: Amin (2002), Beinstein (2001; 2009), Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 2005; 2010a; 2010b), Carcanholo (2011; 2013), Carcanholo e Nakatani (1999; 2001), Carcanholo e Sabadini (2009); Carcanholo (2006a; 2006b), Duménil e Lévy (2003), Lapavitsas (2009), Marques (2010), Marques e Nakatani (2009; 2013) e Paulani (2009; 2011; 2013).

A relação de exploração se intensifica, os mecanismos de geração de valor são levados ao extremo, aumenta-se, de forma global, o nível de exploração sobre o trabalho e a dinâmica da precarização do trabalho se impõe ainda mais. Essas seriam marcas da influência da esfera financeira sobre o capital produtivo. Assim, para nós, o trabalho humano continua sendo a fonte geradora, por excelência, do valor.

Nesse sentido, na atual fase capitalista, o capital fictício e o capital especulativo parasitário retiram parcelas consideráveis de mais-valia produzida pelo trabalho humano, fazendo com que a esfera financeira se aproprie de uma magnitude de valor muito maior. Assim, para Duménil e Lévy (2003a), a fração burguesa conhecida como “finanças” ascende à posição de “classe dominante” hegemônica em nível mundial. Essa “fração” de classe seria composta por,

[...] um vasto conjunto de indivíduos endinheirados e de instituições – capitais monetários e financeiros (*sic*). Ao recorrer ao termo “hegemonia”, enfatizamos que, para além do crescimento das instituições monetárias e do desenvolvimento dos mecanismos financeiros, a finança fixa as regras do jogo econômico em matéria de renda, emprego e macroeconomia, e exerce o controle sobre o seu próprio funcionamento (DUMÉNIL; LÉVY, 2003a, p. 31).

Dessa forma, com a ascensão das “finanças” à hegemonia mundial, ocorre um processo de mudança nas relações de trabalho, que tem como marca fundamental o aumento da taxa de extração de mais-valia nos países centrais, bem como do aumento da exploração sobre os trabalhadores nos países periféricos.

Ocorre também uma mudança nas formas de gestão do capital em que as finanças passam a comandar e orientar a ação dos grandes capitais, em detrimento do setor produtivo. Trata-se aqui da contradição subjacente entre a *produção* e a *apropriação* de valor. Ou, como nos indica Beinstein (2001) e Lapavistas (2009), é o fenômeno caracterizado como o da “financeirização das grandes empresas”, no qual, no interior das firmas transnacionais, a “área financeira” passa a comandar as operações de investimento.

Em seguida, como decorrência do ponto anterior, na atual fase capitalista, o capital produtivo (forma funcional autonomizada) não consegue mais gerar o excedente necessário com vistas a garantir a reprodução do capital de forma “ampliada”, nos termos de Marx. Assim, uma enorme magnitude de valor que nos aparece como excedente de riqueza é redirecionada para a esfera financeira. A esfera financeira é o local onde a valorização de capital ocorre de forma mais acelerada, mas também mais arriscada, na perspectiva dos detentores de títulos financeiros. Trata-se, então, do redirecionamento de parcela considerável da mais-valia que aparece sob a forma de lucro e que é canalizada para a esfera financeira.

Por fim, a última e talvez mais importante característica da atual fase capitalista, é a da dominância do capital a juros e, acrescentamos aqui, do capital fictício e do capital especulativo parasitário sobre o capital produtivo e o capital comercial. Acreditamos que a fase atual é marcada, fundamentalmente, pela ilusão de rendimentos gerados infinitamente a partir da especulação.

A este grupo de argumentos, apresentamos os trabalhos contrários à afirmativa de que estaríamos vivendo em uma nova fase do capitalismo. Isso foi feito no terceiro capítulo. À medida que apresentamos os argumentos críticos, apresentávamos os nossos comentários em relação a eles. Assim, pudemos perceber que alguns dos argumentos levantados pelos trabalhos críticos às “teorias da financeirização” tinham bastante fundamento e, a nosso ver, estes argumentos devem ser aprofundados para o desenvolvimento teórico dos trabalhos apresentados no primeiro capítulo e que descrevemos como “teorias da financeirização”, nome dado por Katz (2011). Entre estes argumentos, elencamos os seguintes:

1. Para Astarita (2012), por exemplo, o capitalismo, nas últimas décadas não passou por nenhum “regime de acumulação especial” e, ainda que tenha havido crescimento da esfera financeira, este crescimento foi acompanhado do desenvolvimento do capital produtivo. Neste ponto, acreditamos que Astarita (2012) está correto. Mas entendemos, contudo, que para o aprofundamento desta linha de raciocínio, devemos levar em conta os trabalhos de Amin (2009) e Beinstein (2001), para quem, no momento atual, as forças destrutivas superam o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo e, nesse sentido, estaríamos diante de um capitalismo “senil” ou em sua “fase senil”, ou ainda em “contração”.

Alguns dados corroboraram para ilustrar esse argumento. Marques e Nakatani (2013, s/p), por exemplo, indicaram que a economia mundial

[...] cresceu 1,33%, em 2008, -2,25%, em 2009, 4,34%, em 2010 e 2,71%, em 2011. Nos Estados Unidos (EUA), após a retração de 2008 e 2009, com taxas de crescimento do PIB de -0,36% e -3,53% respectivamente, a ligeira recuperação de 2010 (3,02%) foi seguida de nova retração em 2011, com uma taxa de crescimento de apenas 1,70%.

Assim, o crescimento da esfera financeira foi acompanhado até certo ponto do desenvolvimento das forças produtivas. Mas, à medida que o futuro é alcançado pelo presente, o ritmo do crescimento mundial vai se estagnando e mesmo se contraindo. E, pela relativa velocidade com que as crises vão se substituindo umas às outras, e pela fragilidade financeira (que aumenta a velocidade da irrupção das crises), esta parece ser uma característica estrutural do sistema, mais que uma característica conjuntural.

2. Outra crítica que julgamos pertinente foi a levantada por Prado (2014) e Bonnet (2002) e que consiste em afirmar que para se compreender o momento atual do capitalismo não se deve buscar as contradições entre as frações de classe no interior da burguesia e na sua busca pelo poder do Estado¹⁰⁵, mas sim nos mecanismos e processos de valorização do capital. Essa crítica precisa ser desenvolvida. Acreditamos, contudo, que alguns dos trabalhos que se “enquadraram” como “teorias da financeirização” não incorrem neste equívoco. Entre eles elencamos os trabalhos de Carcanholo e Nakatani (1999; 2001), Carcanholo e Sabadini (2009), Carcanholo (2013), Marques e Nakatani (2009; 2013), Paulani (2011; 2012; 2013), os quais começam suas análises pelos movimentos de valorização de capital para se chegar às disputas políticas entre classes e frações de classe.

Assim, ainda que essas críticas devam ser levadas em conta, talvez a principal entre elas e que reuniu a maior parte dos trabalhos críticos às “teorias da financeirização” apresentados no terceiro capítulo, diz respeito ao fato de que não se pode estudar a acumulação financeira “descolada” da acumulação produtiva (real) de capital e que uma enorme parcela dos capitais que se valorizam na esfera financeira seriam “reflexo” da acumulação produtiva, como indicaram Cipolla e Pinto (2010).

Para nós, de fato, a compreensão do momento atual do capitalismo não pode se dar privilegiando-se apenas uma esfera do ciclo de reprodução global do capital. Como vimos, o ciclo global do capital constitui uma unidade contraditória em que um mesmo capital aparece sob várias formas em distintos momentos. E que as empresas, no movimento real de valorização do capital, normalmente aparecem associadas e combinadas. Por isso tratamos de utilizar o termo: empresas “predominantemente” financeiras ou produtivas.

Ocorre que, no momento atual, no interior do ciclo global de reprodução do capital, a forma funcional autonomizada do capital a juros passa, cada vez mais, a ter predominância sobre as outras formas funcionais autonomizadas: capital produtivo e capital comercial (e, da forma que se autonomiza desta: capital de comércio de mercadorias). A maioria das críticas às “teorias da financeirização” – e aqui pudemos incluir os trabalhos de: Katz (2011), Cipolla e Pinto (2010), Bonnet (2002) e mesmo, em menor medida, Astarita (2012) – insistem no fato de que o capital produtivo continua a manter o predomínio sobre o ciclo global do capital. Para nós, esta posição deriva de uma leitura focada no primeiro livro de *O Capital*, no qual um mesmo capital “em geral” executa todas as funções no processo de valorização.

¹⁰⁵ Neste caso, a crítica de Bonnet (2002) e Prado (2014) direciona-se mais à Chesnais (1998a; 1998b), mas julgamos que caberia ser feita, principalmente, à Duménil e Lévy (2003a; 2003b).

Assim, estas análises não fazem a distinção das formas funcionais autonomizadas (capital a juros, capital produtivo e capital comercial) do ciclo do capital *industrial*. O máximo a que chegam é compreender que, no interior deste capital industrial “em geral” as formas funcionais, ainda *não* autonomizadas (capital-dinheiro ou monetário, capital produtivo e capital mercadoria) podem manter uma relação de dominância entre si, mas que normalmente é ocupada pelo capital produtivo.

Essa compreensão da obra de Marx leva a que estes críticos não acompanhem o movimento da realidade em toda a sua complexidade. Assim, as mudanças ocorridas no processo concreto de acumulação de capital, como se apresenta na realidade e que foram apontadas no primeiro capítulo da dissertação, expressam relações de poder no interior da burguesia. E, justamente, por acharmos que o caminho indicado por Bonnet (2002) e Prado (2014), neste ponto, são pertinentes, julgamos necessário compreender primeiro o processo de valorização do capital em nível mundial.

Assim, tendo feito este percurso, podemos afirmar que, nesta disputa pelo poder (que também se expressa por uma disputa pelo Estado e no interior do Estado), essa nova fase do capital assistiu à ascensão de uma nova fração de classe designada por Duménil e Lévy (2003a) como “finanças”, mas que pode receber outros nomes contanto que, em seu interior, estejam os grandes grupos, predominantemente financeiros, fundos de investimento, acionistas majoritários dos grupos predominantemente industriais e os maiores e mais importantes banqueiros.

2. Para onde caminha a nova fase do capitalismo?

Acreditamos, assim, que ainda que possamos falar em uma nova fase do capitalismo, esse não é um debate vencido. Ao contrário, o desenvolvimento de pesquisas que contrariem o que Katz (2011) chama de “teorias da financeirização” e que Astarita (2012) denomina de forma parecida por “teses da financeirização” contribui para o desenvolvimento das mesmas. Ainda que os trabalhos de Chesnais (1996; 1998a; 1998b; 2005), Duménil e Lévy (2003a; 2003b) e Lapavistas (2009) concordem que se trata de uma nova fase, em que ainda pouco se acredita ou se dá pouca ênfase ao papel desempenhado pelo capital fictício.

Entendemos que o capital fictício nasce do capital portador de juros (forma funcional autonomizada do capital industrial), assumindo quatro formas de capital. Três delas são identificadas por Marx pelo fato de que já existiam à sua época: *capital bancário*, *capital acionário* e *dívida pública*. E uma quarta forma desenvolvida nas últimas décadas: o *mercado de derivativos*. À medida que o capital portador de juros passa a não ter correspondência com

as enormes massas de dinheiro depositadas nos bancos, distanciando-se de sua origem, estaremos tratando de uma nova forma de capital, o capital fictício (MARQUES; NAKATANI, 2009, p. 43):

Assim, esse capital fictício nasce como existência generalizada do capital a juros. E, quando este ultrapassa os limites necessários ao funcionamento normal do capital industrial (não contribuindo para financiar suas formas funcionais na produção de valor, nem na comercialização das mercadorias) é que se pode falar de um capital que é ilusório.

No entanto, a ideia sobre esse “capital criado” é “puramente ilusória”. Mas deixa de ser ilusória se o direito de apropriação da receita ou rendimento regular for transferível, isto é, caso ele possa ser representado por um título de propriedade e possa ser transferido comercialmente. Nessa circunstância, a ideia de constituir aquilo capital deixa de ser puramente ilusória. Isso significa que o capital, criado daquela maneira, seja realmente capital? Lamentavelmente a resposta é negativa: aquele título aparece nas mãos de seu detentor como seu verdadeiro capital, mas, para a sociedade como um todo, não passa de um capital ilusório, de um *capital fictício* embora com movimento próprio e com certa independência do capital real. Do ponto de vista individual, é capital real, do ponto de vista da totalidade, do global, é *capital fictício* (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 295).

Neste sentido, esse capital é real na perspectiva de quem o detém, mas é fictício na perspectiva da totalidade do movimento do capital.¹⁰⁶ Essa é a caracterização básica do que podemos classificar por capital fictício, mas que possivelmente será desenvolvida em trabalhos futuros no interior do campo crítico.

Assim, quando observamos o exponencial crescimento da esfera financeira podemos perceber que estamos diante de um novo cenário. Neste novo cenário em que a esfera financeira assume um papel central destacamos o crescimento das formas de valorização fictícia de capital, como o capital especulativo parasitário e o próprio capital fictício.

Primeiro, pode-se notar o aumento da dívida interna de alguns governos atingidos pela liberalização dos mercados no período em que se abre a financeirização. Atualmente, a soma da dívida interna de todos os governos chega a 41,059 trilhões de dólares, maior que o Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA e da União Europeia juntos (MARQUES; NAKATANI, 2013, s/p).

Nesse sentido, a compra e a venda de títulos de dívida dos Estados está sendo realizada em um ritmo muito rápido pelas bolsas de valores ao redor do mundo. Como vimos, uma parcela de capital fictício que está nas mãos de um acionista pode comprar títulos da dívida pública norte-americana e, se esse capital é utilizado para realizar investimentos

¹⁰⁶ “Destaque-se que o *capital fictício* tem existência real e sua lógica interfere realmente na trajetória e nas circunstâncias da valorização e da acumulação. O *capital fictício* tem movimento próprio. Assim ele é real de certa maneira e, ao mesmo tempo não é”. (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999, p. 295-296).

produtivos, reverte-se em capital a juros. Mas, na perspectiva da totalidade, não há aumento da riqueza global produzida. O que haveria, nesse exemplo, seria a troca de propriedade de uma mesma quantidade de capital fictício.

Outro indicador é oferecido pelo valor de mercado das ações das empresas nas bolsas de valores pelo mundo. A criação de ações é por si só criação de capital fictício, na medida em que um mesmo capital é contabilizado duas vezes: o valor real da empresa (força de trabalho, meios de produção) e o valor de mercado das ações¹⁰⁷. Assim, pelo mundo, até 2011, o valor de mercado das ações das empresas cotadas nas bolsas chegava a 45,083 trilhões de dólares (MARQUES; NAKATANI, 2013, s/p).

Outro importante indicador é o do mercado de derivativos que, em 2011, chegava à incrível marca de 647,762 trilhões de dólares. Para Marques e Nakatani (2013, s/p, grifo nosso):

A parte mais espetacular do crescimento de capital fictício apareceu na forma de novos instrumentos financeiros cada vez mais complexos chamados de *derivativos*. *Esse mercado, junto, com as bolsas de valores, são essencialmente de apostas sobre preços futuros de tudo o que se possa imaginar.*

Estes são apenas alguns dos indicadores das formas assumidas pelo capital fictício: a dívida dos estados, o mercado acionário e o mercado de derivativos (apostas sobre os preços futuros de títulos). Qual é quantidade exata destes mercados que corresponde ao capital fictício? E ao capital especulativo parasitário como indicado em Carcanholo e Nakatani (1999)? Não é possível precisar.

O capital, como nos ensina Marx é, essencialmente, movimento, relação social de exploração de seres humanos. E o capital está em incessante movimento de valorização e acumulação extraindo valor dos trabalhadores. Não é possível precisar exatamente qual é a parcela desses mercados que consiste em capital a juros, capital fictício e capital especulativo parasitário, mas acreditamos, pelo que vimos ao longo da pesquisa e pelas indicações dadas por Marx, principalmente no terceiro livro d'*O Capital*, que a maior parte desses mercados constitui capital fictício. E, ademais, acreditamos que a maior parte do mercado de derivativos constitui capital especulativo parasitário, que não se converte mais em capital a juros e necessita sugar quantidades crescentes de mais-valia produzida pelo trabalho humano.

* * *

¹⁰⁷ O capital fictício surge também como “[...] resultado mais direto do capital a juros, do sistema de crédito, quando duplica aparentemente a riqueza real, como é o caso das ações de uma empresa. Esse tipo de capital fictício constituído por ações com valor igual ao do patrimônio real das empresas produtivas, será por nós chamado de *capital fictício do tipo I*”. (CARCANHOLO; SABADINI, 2009, p. 44).

Partimos da hipótese de que a expansão do capital fictício passou a ser um elemento fundamental para o processo que caracterizamos como o de *financeirização*. Acreditamos que o gigantesco crescimento da esfera financeira está funda do no capital fictício. Ainda que não se possa precisar exatamente qual é a parcela que corresponde ao capital fictício e o capital especulativo parasitário acreditamos que são essas formas de capital que têm adquirido predominância no interior da esfera financeira. Essa expansão, confirmando nossa hipótese, ao mesmo tempo em que se autonomiza no ciclo global, pressiona e intensifica o capital produtivo, aumentando o grau de exploração da força de trabalho.

E, como essas formas de capital não financiam nem a produção, nem a circulação comercial das mercadorias, podemos afirmar que, na fase atual, a humanidade direciona a maior parte da riqueza que é produzida pelo trabalho para a satisfação das necessidades de remuneração do capital fictício e do capital especulativo parasitário. Caminhamos, nesse sentido, para um momento em que a humanidade não terá mais condições de atender às exigências de remuneração desse tipo de capital.

Talvez esse momento esteja próximo. Nos momentos de crise pode-se perceber um aumento da concentração da riqueza e da renda. Atualmente, a parcela mais rica da humanidade que corresponde a 1% da população mundial detém 40% dos bens globais, enquanto a metade (50% da população mundial) mais pobre detém apenas 1% dos bens (ONU BRASIL, 2014). Acreditamos que essa concentração é fortemente condicionada pela existência generalizada do capital fictício e do capital especulativo parasitário. E, de acordo com Marques e Nakatani (2013, s/p) essas formas de capital foram as primeiras a se recuperar depois da crise manifestada em 2008.

Assim, quais serão os traços das próximas crises capitalistas? Não é possível precisar com exatidão, mas acreditamos que um retorno ao debate desenvolvido por Marx e ao seu famoso *Prefácio* de 1859 nos daria elementos para apontar os próximos desdobramentos. Sabemos, entretanto, que o capitalismo tem uma enorme capacidade de regeneração.

Assim, a atual etapa do capitalismo tem como principal marca a dominância da esfera financeira sobre a esfera do capital produtivo. E isso não significa que as contradições capitalistas desapareceram ou que o trabalho deixa de ser a principal fonte geradora de mais-valia. Pelo contrário, significa que na atual fase capitalista, o capital fictício e o capital especulativo parasitário retiram parcelas consideráveis de mais-valia da esfera produtiva, fazendo com que a esfera financeira apresente um crescimento muito mais acelerado e em uma magnitude muito maior.

Não significa, ainda, que estamos tratando da transição para outro modo de produção. Expusemos, no início do primeiro capítulo, alguns trechos do *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, para ilustrar que a transição para outro modo de produção, para além do desenvolvimento desenfreado das forças produtivas, deve estar articulado, também, com o desenvolvimento retardatário das relações sociais de produção.

Parece que estamos em um momento em que as forças destrutivas do capitalismo superam as forças produtivas, como indicam Amin (2009) e Beinstein (2001). E, somado a essa característica particular da fase atual (e extremamente recente no interior desta nova fase), acreditamos que ainda que os elementos estruturais estejam amadurecidos, não podemos falar em uma crise terminal do sistema. Isso implicaria um estudo das relações sociais de produção e um estudo sobre as últimas crises capitalistas que, a nosso ver, parecem ser crises de superacumulação em todas as esferas.

Nesse sentido, para nós, a nova fase do capitalismo funda-se em algo mais profundo, mas ao mesmo tempo mais frágil do que as mudanças nas formas de propriedade, ou no desenvolvimento desenfreado das forças produtivas. Funda-se no desenvolvimento desenfreado de formas de valorização fictícias. E isso pode colocar em xeque o conjunto das relações sociais de produção à medida que estas formas fictícias de capital necessitam, sempre em quantidades crescentes de maiores remunerações que deverão recair sobre os ombros da humanidade e dos trabalhadores.

Acreditamos, como *hipótese* para possíveis trabalhos futuros, que os limites da financeirização estão próximos. Os níveis atuais da desigualdade de riqueza e de renda chegam a conter o avanço das forças produtivas e se tornam pouco funcionais à lógica de acumulação. Resta também saber se, com o fim do período atual, caracterizado por nós como financeirização, conheceremos uma fase similar ao período keynesiano posterior à segunda guerra mundial ou nos aproximaremos para algo radicalmente diferente?

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. São Paulo: Graal, 2003.

AMIN, Samir. “O capitalismo senil”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 11, pp. 79-102, dezembro, 2009.

ANTUNES, Jadir. **As determinações das crises do capital na concepção de Marx**. Dissertação de mestrado. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002. Mimeo.

ASTARITA, Rolando. “Crítica de la tesis de la financiarización”. 2012, mimeo. Disponível em: <<http://rolandoastarita.com/dt-Critica%20tesis%20de%20la%20financiarizacion.htm>>. Acesso em: 23/05/2012.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BELLUZZO, L. G. “Prefácio”. IN: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BERNABUCCI, Claudio. “O estopim das crises”. **Revista Carta Capital**. Nº 752, 12 de junho, 2013.

BETELHEIM, Charles. **A luta de classes na União Soviética**. Paz e Terra, São Paulo, 1979.

BONNET, Alberto R. “El fetichismo del capital-dinero. Um comentario sobre el debate Chesnais-Husson”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 8, p. 49-79, junho, 2002.

BRAGA, José Carlos de Souza. “A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”. **Economia e Sociedade**, nº 2. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, agosto de 1993. pp. 25-57.

CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, vol. 20, n. 1, pp. 284-302, 1999.

_____; NAKATANI. “Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina”. **XI Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Vitória: 2006.

_____. “Resenha: Uma nova fase do capitalismo?”. **Revista Crítica Marxista**. n. 19. São Paulo: julho, 2006b, pp. 146-151.

_____; SABADINI, Maurício. “Capital fictício e lucros fictícios”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 24, pp. 41-65, junho, 2009.

_____. **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

_____. **Capital: essência e aparência**. Vol. 2. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

_____. “A atual crise capitalista”, 2011b, mimeo. Disponível em: <http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br#_ftn4>. Acesso em: 1/8/2013.

_____. **A categoria marxista de trabalho produtivo**. 2012, mimeo. Disponível em: <<http://www.fag.edu.br/professores/rkrupiniski/PDF%20A%20categoria%20marxista%20de%20trabalho%20produtivo.pdf>>. Acesso em: 19/05/2012.

CHESNAIS, François. **Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. “Introdução Geral”. IN: CHESNAIS, F (org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998a, pp. 11-33.

_____. “Mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica”. IN: CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998b, pp. 35-59.

_____. “A ‘nova economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003, pp. 43-70.

_____. “Introdução Geral”. IN: CHESNAIS (org.): **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005, pp. 25-33.

_____. “A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento de mundialização do capital”. IN: CHESNAIS, F; BRUNHOFF, S; DUMÉNIL, G; HUSSON, M; DOMINIQUE, L (org.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010a, pp. 97-182.

_____. “Prefácio”. IN: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010b, pp. IX-XV.

CIPOLLA, Francisco Paulo; PINTO, Geane Carolina Rodrigues. “Crítica das teorias da financeirização”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. São Paulo, nº 27, pp. 6-28, outubro, 2010.

COGGIOLA, Osvaldo; MARTINS, José. **Dinâmica da Globalização**. Florianópolis: UFSC, 2006.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. “Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003a, pp. 15-41.

_____. “Uma nova fase do capitalismo? Três interpretações marxistas”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003b, pp. 93-114.

FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. “Financeirização: impacto nas prioridades de gasto do Estado – 1990 a 2007”. IN: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 51-74.

FOLHA SOCIAL. “Ex-advogada do Banco Mundial revela como a elite domina o mundo”, mimeo, 2014. Disponível em: <<http://www.folhasocial.com/2014/03/ex-advogada-do-banco-mundial-revela.html>>. Acesso em: 26/04/2014.

GERMER, Claus M. **Dinheiro, capital e dinheiro de crédito** – o dinheiro segundo Marx. Tese de doutoramento, UNICAMP, 1995.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 6a edição, 1996.

_____. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de cultura econômica, 1990.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

KATZ, Frederico Jayme. **Questionando as teorias da dependência e da financeirização: o Brasil na encruzilhada do desenvolvimento do capitalismo**. São Paulo: Plêiade, 2011.

KLAGSBRUNN, Vitor H. “Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito”. **Ensaio FEE**, volume 13, nº 2, p. 592-615, 1992.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAPAVITSAS, Costas. **El capitalismo financiarizado: expansión y crisis**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1989.

MARQUES, Rosa Maria. “O regime de Acumulação sob a Dominância Financeira e a Nova Ordem no Brasil”. IN: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs.). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 1-20.

_____. “A leitura da crise econômica de alguns marxistas franceses”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 29, pp. 35-56, junho, 2011.

_____; NAKATANI, Paulo. **O que é capital fictício e sua crise**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____; NAKATANI, Paulo. “Capital fictício e capitais estrangeiros no Brasil”. **Anais do 13º Encontro da SEP**. Belo Horizonte, maio, 2013.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro I, vol. I e II.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro III, vol. IV, V e VI.

_____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro III, vol. IV, V e VI.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de Oliveira. “Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007”. IN: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 21-50.

NAKATANI, Paulo; SABADINI, Maurício de Souza. “Sistema Financeiro e Mercado de Capitais”. IN: MARQUES, Rosa Maria; FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen (orgs). **O Brasil sob a nova ordem**. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 75-102.

NETTO, José Paulo: **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ONU BRASIL. “Apenas 1% dos mais ricos detém 40% dos bens globais”. Extraído de: <<http://www.ecodebate.com.br/2014/01/30/apenas-1-dos-mais-ricos-detem-40-dos-bens-globais-alerta-relatorio-da-onu/>>, acesso em: 12/02/2014.

PAULANI, Leda. “A Autonomização das Formas Verdadeiras Sociais na Teoria de Marx: Comentários sobre o Dinheiro no Capitalismo Contemporâneo”. **Revista Economia**, Brasília (DF), v.12, n.1, pp. 49-70, jan/abr, 2011.

_____. “O capital portador de juros em *O Capital* ou o sistema de Marx”. **Trans/Form/Ação**, Marília (SP), v. 35, n. 2, pp. 69-92, maio/ago, 2012.

_____. “A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil”. **Estudos Avançados**. USP, vol. 23, pp. 25-39, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a03v2366.pdf>>. Acesso em: 01/08/2013.

PINTO, Nelson Prado A. **O capital financeiro na economia contemporânea**: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. UNICAMP, tese de doutoramento, 1994.

PRADO, Eleutério F. S. “O que é financeirização?” Mimeo, 2013a. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 10/12/2013.

_____. “Exame crítico da teoria da financeirização”. Mimeo, 2013b. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2013/09/exame-crc3adtico-da-teoria-da-financeirizac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 10/12/2013.

_____. “Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação?” Mimeo, 2014, Disponível: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>>. Acesso em: 15/03/2014.

_____. “A dialética de Marx e o evolucionismo de Hayek”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 23, pp. 26-47, dezembro, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

REINHART, Carmen. **The First Global Financial Crisis of the 21 th Century**. London: VoxEU.org Publication, 2008.

SABADINI, Maurício. “Sobre o conceito de capital financeiro (I)”. **Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Rio de Janeiro: junho, 2012.

_____. “Valor, formas funcionais do capital e capital fictício em Marx”. **Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política / Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)**, Rio de Janeiro: junho, 2009b.

SAUVIAT, Catherine. “Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do poder acionário”. IN: CHESNAIS. **A finança mundializada**, São Paulo: Boitempo, 2005.

SERFATI, Claude. “O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia”. IN: CHESNAIS, F. (org.). **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1998.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Mundialização ou era de transição? Uma visão de longo prazo da trajetória do sistema-mundo”. IN: DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique (org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo e Campinas: Xamã e CEMAR, 2003, pp. 71-92.